



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

JAMILLE RODRIGUES BRAGA

**AVALIAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À
FAMÍLIA (PAIF) EM MARACANAÚ/CE: AS (RE)CONSTRUÇÕES DA POLÍTICA
EM CONTEXTO DE PANDEMIA**

FORTALEZA

2022

JAMILLE RODRIGUES BRAGA

AVALIAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À
FAMÍLIA (PAIF) EM MARACANAÚ/CE: AS (RE)CONSTRUÇÕES DA POLÍTICA EM
CONTEXTO DE PANDEMIA

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de Concentração: Políticas Públicas e Mudanças Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Celecina de Maria Veras Sales.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- B794a Braga, Jamille Rodrigues.
Avaliação do serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF) em Maracanaú/CE : as (re)construções da política em contexto de pandemia / Jamille Rodrigues Braga. – 2022.
164 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2022.
Orientação: Profa. Dra. Celecina de Maria Veras Sales.
1. Política de assistência social. 2. Serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF). 3. Família.
4. Mulher. 5. Avaliação em profundidade. I. Título.

CDD 320.6

JAMILLE RODRIGUES BRAGA

AValiação DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À
FAMÍLIA (PAIF) EM MARACANAÚ/CE: AS (RE)CONSTRUÇÕES DA POLÍTICA EM
CONTEXTO DE PANDEMIA

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de Concentração: Políticas Públicas e Mudanças Sociais.

Aprovada em: 02/05/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Celecina de Maria Veras Sales (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Kelly Maria Gomes Menezes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Danielle Maia Cruz
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

Prof.^a Dr.^a Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Dedico esta dissertação às mulheres mais importantes da minha vida, minha mãe, Francisca Jaqueline Brito Rodrigues (*in memoriam*), e minha avó materna, Albaniza Brito Rodrigues (*in memoriam*). Os laços de amor criados por vocês estão enraizados em nossa família e nos fortalecem diariamente. Agradeço a total dedicação e o cuidado de vocês, que me permitiram sonhar e alçar voos inimagináveis. Concluo esse ciclo com gratidão e com sentimento de dever cumprido. Pois, estou aqui por nós.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa social faz-me viajar e conhecer o mundo a partir de novos olhares e perspectivas. É um caminho, uma possibilidade de construção coletiva de resistências políticas, sociais e culturais que nos permite acreditar que um dia viveremos em uma sociedade menos desigual. Logo, tenho muito a agradecer pela oportunidade de estar em constante aprendizado, acreditando em novas estratégias e em outras possíveis formas de sociedade.

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, que com sua infinita bondade e misericórdia, me rege, me protege e guia meus passos em direção à luz.

À Nossa Senhora, que com seu manto sagrado, me ampara e cuida das minhas dores e alegrias. Minha mãezinha, consagro minha vida a Ti.

A minha mãe e meu porto seguro, Francisca Jaqueline Brito Rodrigues (*in memorian*), agradeço a imensidão do seu amor, que com sabedoria me incentivou a viver, sonhar e florescer mesmos nos dias mais tortuosos. A sua história é a herança mais linda que carrego, ela me marca, me atravessa e manifestar-se na infinitude de sua existência. A senhora é meu exemplo de força, serenidade e esperança. Guardarei eternamente o nosso amor, juntamente a todas as memórias felizes que partilhamos.

Ao meu pai Francisco Juarez Braga Ferreira e ao meu irmão Joelmir Rodrigues Braga, agradeço por me incentivaram a seguir todos esses anos com carinho e afago. Sei que a vida não foi fácil e reconheço todas as abdicções que vocês fizeram para eu trilhar novos caminhos. Essa conquista é compartilhada, ela é nossa.

As minhas tias Ana Maria Serafim e Eduarda Viana e a minha madrinha Altair Felício, agradeço por serem abrigo e moradia nos dias difíceis. Vocês são suporte emocional e acalento.

A todos os meus amigos e amigas, que diretamente e indiretamente, estiveram presentes em minha caminhada pessoal e acadêmica, compartilhando e colorindo a vida com muitas cores. Muito obrigada.

As minhas irmãs de coração Lívia Kelly e Beatriz Dias, que trilham os percursos da vida ao meu lado, nos bons e maus momentos, com amizade e compreensão. Eu as escolhi para fazer parte da minha família e sei que vocês torcem por mim, assim como eu torço por vocês.

A minha amiga Carolina Rocha, que foi/é um lindo presente em minha vida. Obrigada por me ensinar tanto profissionalmente e por contribuir diretamente na minha

viagem de autoconhecimento. Agradeço-te, imensamente, por acreditar no meu potencial e me incentivar a sonhar cada vez mais alto.

A minha amiga Ingrid Lorena, que sempre esteve disponível em compartilhar seus afetos e saberes comigo. A sua amizade me deixa confortável em ser quem eu sou, com as minhas vulnerabilidades e medos. Os meus mais sinceros agradecimentos, você contribui muito nesse mundo e em minha jornada.

As minhas amigas Betiza Santos e Ruth Aline e ao meu amigo Paulo Júnior, por me ouvirem reclamar e por acreditarem que o sonho de ser Mestre é real, o apoio de vocês foi imprescindível neste percurso.

Aos meus colegas de mestrado - turma 2019.2, em especial, ao Marcos Vinícius e Amanda Vital, que dividiram comigo as angústias e alegrias de ser mestranda/o. Desejo que os caminhos da vida nos façam reencontrar e rir dos apertos da vida acadêmica. Sei que tudo se tornará histórias hilárias para contar.

À professora Celecina Sales, que, desde o primeiro momento, aceitou a difícil missão de me orientar, por toda sua paciência e compreensão. Sou grata por ter a senhora como orientadora e exemplo de mulher e pesquisadora.

Às professoras Kelly Menezes, Danielle Cruz e Teresa Esmeraldo, por aceitarem participar do processo de qualificação e defesa, contribuindo para a construção deste estudo, com sugestões e dicas valiosas para a construção de uma avaliação em profundidade.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Gênero, Idade e Família – NEGIF e aos membros integrantes, que mantiveram acesa em mim a chama dos estudos de Gênero e carinhosamente me acolheram nos *campus* da Universidade Federal do Ceará. Em especial, às professoras Nazareth Soares e Rita Cláudia, por todo conhecimento compartilhado.

À Secretaria de Assistência Social e Cidadania e aos/às trabalhadores/as do CRAS Pajuçara, que me receberam e me ajudaram desde o primeiro momento da pesquisa. Agradeço por todas as contribuições e partilhas, sem vocês esta pesquisa não seria possível. E agradeço, mais uma vez, à dedicação de vocês como profissionais do SUAS.

À Universidade Federal, em específico, ao Programa de Pós-graduação em Avaliação de Políticas Públicas e a todas as pessoas que dela fazem parte, as quais estiveram presentes e foram solícitos durante todo o processo do Mestrado. Os meus sinceros agradecimentos!

“Sim, eu trago o fogo,
o outro,
aquele que me faz,
e que molda a dura pena
de minha escrita.
é este o fogo,
o meu, o que me arde
e cunha a minha face
na letra desenho
do auto-retrato meu”.

(Do fogo que em mim arde – Conceição
Evaristo)

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo avaliar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), executado na Política de Assistência Social em Maracanaú/CE, em contexto de pandemia. Os objetivos específicos pretenderam analisar como a dimensão da família é abordada nos marcos legais da Política de Assistência Social em correspondência com o cotidiano do serviço, apreender como os/as profissionais do PAIF executam o serviço no CRAS Pajuçara e entender como o PAIF alcança, em contexto de pandemia, as mulheres da Política de Assistência Social em Maracanaú/CE. Procuramos compreender os entraves e as possibilidades da operacionalização do serviço, trazendo para a discussão a dimensão de família e gênero, tendo como horizonte a garantia de direitos, no contexto de desmonte das políticas sociais, por intermédio da atuação da equipe multiprofissional no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Pajuçara. Problematizamos as bases conceituais, trajetórias e o contexto socioeconômico e político dessa política pública. Nos aspectos metodológicos, optamos por realizar uma avaliação em profundidade (RODRIGUES, 2008), sendo um trabalho de natureza qualitativa, com pesquisa bibliográfica, documental e de campo para apreensão teórica e legal das categorias Política de Assistência Social, família e mulher, perpassando também por gênero, interseccionalidades, pobreza e vulnerabilidade social. Para dar conta do enredamento dos objetivos, essa avaliação seguiu as dimensões analíticas propostas pela autora Rodrigues (2008; 2011a; 2016): análise de conteúdo, trajetórias institucionais e espectro temporal e territorial, com a finalidade de interpretar as categorias e marcos regulatórios presentes na Política de Assistência Social, os discursos institucionais advindos da observação direta e das entrevistas com os/as trabalhadoras/trabalhadores do PAIF e os tensionamentos com a realidade vivenciada pelas/os sujeitas/os. Nessa perspectiva, refletiu-se sobre o acesso e a autonomia das sujeitas e/ou a renovação do conservadorismo e clientelismo nas políticas sociais. Por fim, compreendemos que não existe um processo linear na construção das políticas públicas no Brasil, mesmo com todo aparato legal e institucional que as regulariza. Observamos, ao longo da história, que existem projetos societários políticos e econômicos que interferem diretamente na implantação e implementação das políticas públicas em âmbito nacional e municipal. Os desmontes das políticas sociais estão em curso, e com a pandemia, esse cenário é escancarado, em vista da: precarização do trabalho dos profissionais do SUAS, o corte orçamentário financeiro, a supervalorização dos programas e benefícios e, a centralidade dos atendimentos individualizados em detrimento das ações coletivas. Diante disso, concluímos que o PAIF é

um serviço que pode oferecer possibilidades de construções coletivas para a Assistência Social, entretanto, como todos os serviços, programas e benefícios, enfrenta dificuldades para sua execução e carrega resquícios arcaicos do assistencialismo.

Palavras-chave: política de assistência social; serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF); família; mulher; avaliação em profundidade.

ABSTRACT

This study aimed to evaluate the Comprehensive Family Care and Protection Service (PAIF), implemented in the Social Assistance Policy in Maracanaú/CE, in the context of a pandemic. The specific objectives aimed to analyze how the family dimension is addressed in the legal frameworks of the Social Assistance Policy in correspondence with the daily service, learn how PAIF professionals/women perform the service in CRAS Pajuçara and understand how PAIF reaches, in the context of a pandemic, the/the interlocutors/the Social Assistance Policy in Maracanaú/CE. It seeks to understand the obstacles and possibilities of the operationalization of the service, bringing to the discussion the dimension of family and gender, having as a horizon the guarantee of rights, in the context of dismantling of social policies, through the work of the multiprofessional team at the Social Assistance Reference Center (CRAS) Pajuçara. The conceptual bases, trajectories and the socioeconomic and political context of this public policy were questioned. In the methodological aspects, it was decided to carry out an in-depth evaluation (RODRIGUES, 2008), being a qualitative work, with bibliographic, documentary and field research for theoretical and legal understanding of the categories Social Assistance Policy, family and woman, also passing by gender, intersectionalities, poverty and social vulnerability. To account for the entanglement of the objectives, this evaluation followed the analytical dimensions proposed by the author Rodrigues (2008; 2011a; 2016): content analysis, institutional trajectories and temporal and territorial spectrum, with the aim of interpreting the categories and regulatory frameworks present in the Social Assistance Policy, institutional discourses arising from direct observation and interviews with/or workers of the PAIF and tensions with the reality experienced by the interlocutors. In this perspective, it was reflected on the access and autonomy of the interlocutors and/or the renewal of conservatism and clientelism in social policies. Finally, it was understood that there is no linear process in the construction of public policies in Brazil, even with all the legal and institutional apparatus that regularize them. It is observed throughout history that there are political and economic societal projects that directly interfere in the implementation and implementation of public policies at the national and municipal levels. The dismantling of social policies is ongoing, and with the pandemic, this scenario is wide open, in view of: precariousness of the work of SUAS professionals, the financial budget cut, the overvaluation of programs and benefits and, the centrality of individualized care to the detriment of collective actions. Therefore, it was concluded that the PAIF is a service that can offer possibilities of collective construction for Social Assistance, however,

as all services, programs and benefits, faces difficulties for its execution and carries archaic remnants of assistance.

Keywords: social assistance policy; protection service and comprehensive family care (PAIF); family; woman; in-depth assessment.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ano 2015.....	113
Quadro 2 – Ano 2016.....	113
Quadro 3 – Ano 2017.....	114
Quadro 4 – Ano 2018.....	114
Quadro 5 – Ano 2019.....	115
Quadro 6 – Ano 2020.....	116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADÚNICO	Cadastro Único
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMC	Comunicação Mediada pelo Computador
CCI	Centro de Convivência do Idoso
CCS	Centro de Convivência Social
CMIC	Cartão Mais Infância Ceará
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EPAN	Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INSS	Instituto Nacional de Previdência Social
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MAPP	Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEI	Microempreendedor Individual
NAF	Programa Núcleo de Apoio à Família
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos

PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAS	Política de Assistência Social
PBF	Piso Básico Fixo
PBF	Programa Bolsa Família
PCS	Programa Comunidade Solidária
PIB	Produto Interno Bruto
PLOA	Lei Orçamentária Anual
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PMB	Partido Municipalista Brasileiro
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGAPP	Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas
PSB	Proteção Social Básica
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSE	Proteção Social Especial
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos/as trabalhadores/as
PTR	Programas de Transferência de Renda
RF	Responsáveis Familiares
SAGI	Sistema de Avaliação e Gestão da Informação
SASC	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SIBEC	Sistema de Benefícios ao Cidadão
SIS	Síntese de Indicadores Sociais
SISAN	Sistema de Segurança Alimentar Nutricional
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	TRILHAS METODOLÓGICAS: NARRANDO AS APROXIMAÇÕES AO OBJETO DE ESTUDO – PROBLEMATIZAÇÕES E JUSTIFICATIVAS DA PESQUISA.	21
2.1	Perfil das interlocutoras: vivências singulares da equipe multiprofissional.....	30
2.2	Avaliação em profundidade: um paradigma contra-hegemônico	32
2.3	Os percursos metodológicos percorridos: do método ao campo..	37
3	CONTEXTO SOCIAL, ECONÔMICO E POLÍTICO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	48
3.1	Trajetória institucional da política de Assistência Social em âmbito nacional e municipal.....	55
3.1.1	<i>As políticas neoliberais e a estrutura do Estado brasileiro que fortaleceram o golpe de 2016.....</i>	<i>58</i>
3.1.2	<i>O golpe de 2016.....</i>	<i>61</i>
3.1.3	<i>Ascensão do neoconservadorismo no pós-golpe de 2016 em articulação ao neoliberalismo confessional no Brasil.....</i>	<i>72</i>
3.2	A pandemia, o isolamento social e o impacto direto no PAIF....	76
3.2.1	<i>Atendimento do PAIF em período de pandemia e isolamento social.....</i>	<i>79</i>
4	NOS CIRCUITOS DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL E DA VULNERABILIDADE SOCIAL NO ESTADO CAPITALISTA.....	86
4.1	Insegurança alimentar e o empobrecimento dos/as sujeitos/as da política de Assistência Social.....	90
4.2	As sujeitas do PAIF: a construção da categoria “mulher” e suas interseccionalidades no PAIF.....	94
4.2.1	<i>As dimensões de gênero, mulher e interseccionalidade em discussão.....</i>	<i>96</i>
4.3	Família no serviço, em discussão no CRAS Pajuçara.....	106
4.4	Conceituando a categoria família, com ênfase no PAIF.....	109

5	O PAIF NO CRAS PAJUÇARA – ENTRE OS DOCUMENTOS OFICIAIS E O COTIDIANO DO SERVIÇO.....	119
5.1	As possibilidades e os entraves do maior serviço da política de Assistência Social em Maracanaú.....	129
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
	REFERÊNCIAS.....	147
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	161
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	163

1 INTRODUÇÃO

“Quando eu morder
a palavra,
por favor,
não me apressem,
quero mascar,
rasgar entre os dentes,
a pele, os ossos, o tutano
do verbo,
para assim versejar
o âmago das coisas.”

(Da calma e do silêncio – Conceição Evaristo)

A presente pesquisa avalia o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS¹) Pajuçara, em Maracanaú-CE², em contexto de pandemia. Buscamos compreender os entraves e as possibilidades da operacionalização do serviço, trazendo para a discussão a dimensão de família e gênero, tendo como horizonte a garantia de direitos, no contexto de desmonte das políticas sociais, por intermédio da atuação da equipe multiprofissional do supracitado equipamento.

A investigação é desenhada a partir da experiência de sua autora durante sua trajetória em pesquisas de Iniciação Científica e da construção do seu Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará. Experiência essa que é atravessada pela condição de ser mulher, residente de Maracanaú-CE e pelo reconhecimento das desigualdades de gênero nesse território.

Dessa forma, o trabalho possui como objetivo geral avaliar o PAIF no CRAS Pajuçara, em contexto de pandemia. Em perspectiva correspondente, os objetivos específicos são: analisar como a dimensão da família é abordada nos marcos legais da Política de Assistência Social em correspondência com o cotidiano do serviço, apreender como os/as profissionais do PAIF executam o serviço no CRAS Pajuçara e entender como o PAIF

¹ CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, o qual é localizado em áreas de vulnerabilidade social, as quais abrangem um total de até 1.000 famílias/ano. Além disso, executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da Política de Assistência Social (BRASIL, 2004). A PNAS (BRASIL, 2004) ainda destaca que existem critérios para a escolha da localização da instalação do CRAS, que deve ser baseada na identificação das famílias e dos territórios em situação de vulnerabilidade e risco social. Mais ainda, a implantação do CRAS deve buscar a descentralização da Política de Assistência Social, sendo esse um dos aspectos que lhe conferem característica de inovação perante as novas proposituras da Assistência Social.

² O Maracanaú é um município localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, localizando-se a 13 km da capital cearense. Ele possui uma população estimada de 227.886 pessoas, segundo o IBGE (2019), e se caracteriza como um município de grande porte.

alcança, em contexto de pandemia, as mulheres da Política de Assistência Social em Maracanaú/CE.

Esta pesquisa tem como recorte temporal os anos 2015-2020, com ênfase no contexto de pandemia. Com o objetivo de compreender as diferentes agendas políticas desse período, que abarca os governos da presidenta Dilma Rousseff e dos presidentes Michel Temer e Bolsonaro, que perpassam por avanços e retrocessos nas políticas sociais e interferindo diretamente na execução dos serviços, benefícios e programas da Política de Assistência Social.

Logo, justificamos a realização da avaliação da política de Assistência Social pelo atual contexto político do País, marcado pelo avanço do neoconservadorismo³ social, tendo como expressão máxima o governo Bolsonaro, caracterizado pela negação das políticas públicas, em especial, as do viés social. Com o golpe de 2016, o Brasil virou palco para a demonstração de um novo conservadorismo que colocou em perigo o sistema internacional de proteção dos direitos humanos e, até mesmo, a tão recente conquistada democracia. Nesse momento, os ‘valores’ conservadores aparecem como fonte de autoridade política e desarticulam os princípios do Estado Democrático de Direito.

Diante disso, observamos que o discurso utilizado pela extrema-direita⁴ se dá em defesa da família patriarcal⁵ e do combate à igualdade de gênero, figurando, portanto, como um neoconservadorismo articulado ao neoliberalismo⁶, ao militarismo, ao punitivismo e ao anticomunismo (LACERDA, 2019). Assim, entendemos como urgentes as avaliações da Política de Assistência Social, no sentido de reafirmar sua relevância frente a redução das desigualdades sociais.

³ “O neoconservadorismo busca legitimação pela repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana. Essas formas de repressão implicam violência contra o outro, e todas são mediadas moralmente, em diferentes graus, na medida em que se objetiva a negação do outro: quando o outro é discriminado lhe é negado o direito de existir como tal ou de existir com as suas diferenças” (BARROCO, 2011, p. 209).

⁴ Nesta interlocução, a extrema direita corresponde aos grupos políticos que se alinham às ideias neoconservadoras propostas na candidatura de Jair Bolsonaro (sem partido), as quais estão à frente das reformas de desmonte das políticas públicas.

⁵ O termo família patriarcal foi difundido, principalmente, por Gilberto Freyre, como uma histórica organização familiar e doméstica, na qual os seus personagens, uma vez definidos, apenas se substituem no decorrer das gerações, em um Brasil colonial, em grupos políticos de parentesco. Portanto, ao mesmo tempo, era unidade familiar e de produção (CORRÊA, 2013).

⁶ O neoliberalismo é um sistema político e econômico globalizado, que atua com os Estados nacionais, em sistemas de governos democráticos cujas autonomias são diminuídas, essencialmente na esfera da proteção social. Nessas circunstâncias, a existência de um Estado de bem-estar social não é mais vista como necessária pelos neoliberais. Então, desenvolve-se “no dizer de Netto, um ‘Estado mínimo para o social e máximo para o capital’, aonde, conforme Wacquant (2006), a redução do ‘Estado Social’ se acompanha da ampliação do ‘Estado Penal’” (MONTAÑO, 2001, p. 8).

Ademais, consideramos que o debate sobre os ‘valores da família’ e ‘ideologia de gênero’ são imprescindíveis para a realização de estudos que se debruçam sobre os novos aspectos da dinâmica social no País, os quais visam a compreender como as relações de gênero e suas respectivas configurações familiares influenciam as relações sociais, no sentido de reafirmar os direitos das mulheres.

Muitas inquietações trazidas pela própria dinâmica social instigou a questão problematizadora da pesquisa que foi compreender como o PAIF vem sendo executado no município de Maracanaú de 2015 a 2020, com ênfase no contexto de pandemia. Apreendendo as características trazidas e/ou reformuladas durante o desmonte das políticas sociais, pós-golpe de 2016, e como isso implica no trabalho da equipe multiprofissional do CRAS Pajuçara e na realidade dos/das sujeitos/as da política de Assistência Social.

Considerando a complexidade da política pública em questão e compreendendo a importância da discussão metodológica no campo da avaliação de políticas públicas, apontamos para a necessidade de procurar aporte em uma perspectiva de avaliação que supere a pretensa neutralidade, objetividade e métrica do modelo positivista, bem como a limitação que é narrar a realidade social, como na avaliação de 4^o geração (GUBA; LINCON, 2011).

Sendo assim, a pesquisa utilizou a proposta de avaliação em profundidade de Rodrigues (2008), em uma perspectiva pós-constitutiva e contra-hegemônica, pois, acreditamos que esta oferece suporte para apreender como a noção de família e a dimensão de gênero têm sido abordadas no serviço PAIF, ao propiciar um olhar atento necessário para apreensão de como as mulheres têm vivenciado tais dimensões na realidade em que o serviço é implementado, em especial, no contexto de pandemia.

Em termos metodológicos, optamos pela abordagem qualitativa, com o auxílio das técnicas de observação direta, entrevistas semiestruturadas realizadas junto à equipe técnica do PAIF do CRAS Pajuçara. Após o trabalho de campo, todas as entrevistas e os dados foram submetidos à técnica de análise de conteúdo.

Com esse trajeto teórico-metodológico adotado, procuramos profunda aproximação com os espaços reais e simbólicos do mencionado serviço, levando em consideração a relação dialética entre as categorias Política de Assistência Social, família e mulher, perpassando também por gênero, interseccionalidades, pobreza e vulnerabilidade social, com o objetivo de trazer para esta investigação uma discussão plural sobre a política de Assistência Social, quanto a sua operacionalização, as suas sujeitas e trabalhadores/trabalhadoras do SUAS.

Quanto à estrutura da dissertação, o texto está dividido em seis seções, achados de pesquisa e referências, e para instigar a curiosidade das/os leitoras/es será introduzido o conteúdo das sessões a seguir, de forma sucinta. A segunda seção é intitulada “Trilhas Metodológicas: Narrando as aproximações ao objeto de estudo – Problematizações e Justificativas da Pesquisa”, a qual é dedicada à delimitação do objeto de estudo com suas problematizações e justificativas, além disso, aborda as escolhas metodológicas de pesquisa. Cumpre destacar que, nesse capítulo, utilizamos uma escrita afetiva para contar detalhadamente os trajetos, desafios e descobertas que a pesquisa social oferece.

A pesquisa social é dinâmica, ela permite que o/a pesquisador/a caminhe junto com as transformações que o campo vai oferecendo durante o trajeto da pesquisa. Durante o desenvolvimento da pesquisa e escrita dessa dissertação ocorreram intensas transformações ao longo das aproximações com lócus de investigação. Com o contexto de pandemia, tivemos que encontrar novas estratégias para sua execução.

Devido ao isolamento social, e em respeito aos decretos das três instâncias de governo, as coordenadorias da Assistência Social do Maracanaú vêm realizando as suas ações a partir do seu Plano de Contingência. Diante desta nova realidade, encontramos dificuldade em coletar os dados empíricos, nos aproximar das sujeitas da política de Assistência Social e ter um tempo mais extenso de observação, como foi proposto, inicialmente, no projeto de pesquisa. Vamos contanto isso ao longo do texto, a partir dos dados secundários e nos depoimentos dos/as profissionais do equipamento.

Na terceira seção “Contexto Social, Econômico e Político da Política de Assistência Social” é discorrido um breve contexto histórico-econômico da Política de Assistência Social, sua trajetória institucional e as novas (re)construções trazidas pelo desmonte das políticas sociais, que são intensificadas pela pandemia da Covid-19. É apresentada a categoria neoconservadorismo em associação com as políticas neoliberais e a estrutura do Estado brasileiro, com ênfase nos avanços e retrocessos pós-golpe de 2016.

Na quarta seção, “Nos Circuitos da Pobreza Multidimensional e da Vulnerabilidade Social no Estado Capitalista”, focamos nas categorias pobreza multidimensional, vulnerabilidade social, família e mulher. Para assim, compreender o contexto socioeconômico familiar que as sujeitas do serviço PAIF estão inclusas e interpretar os discursos dos profissionais do SUAS. Compreendendo que as dificuldades e possibilidades de execução do serviço PAIF atravessam o cotidiano dos/das trabalhadores/as e interlocutores/as do CRAS Pajuçara, conseqüentemente na qualidade e efetivação das políticas públicas.

Por sua vez, na quinta seção “O PAIF no CRAS Pajuçara – Entre os documentos oficiais e o cotidiano do serviço”, trabalhamos os resultados da pesquisa, apresentando as possibilidades e os entraves vivenciados pelo serviço PAIF, problematizando sua base empírica e os caminhos indicados pelos/as trabalhadores/as para a construção de um serviço que contribua para o fortalecimento de vínculos e protagonismo das sujeitas, como é estipulado nos documentos oficiais da política de Assistência Social.

Reafirmamos a relevância desse estudo do ponto de vista metodológico, visto que se alinha a uma perspectiva de avaliação que tem como norte a produção de conhecimento no campo de políticas públicas, superando uma visão meramente formal. Desejamos que esta avaliação possa contribuir com a agenda contra-hegemônica construída pelo Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP) e Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas (PPGAPP) nos últimos anos, de forma a desenvolver a perspectiva de avaliação em profundidade e fomentar a produção bibliográfica.

2 TRILHAS METODOLÓGICAS: NARRANDO AS APROXIMAÇÕES AO OBJETO DE ESTUDO – PROBLEMATIZAÇÕES E JUSTIFICATIVAS DA PESQUISA

“Meu caminhar pelo mundo
 É minha forma de semear
 Do grão da vida o germe da vida que vai
 multiplicar
 Minha canção é o sêmen de vida
 Que jogo no ar
 Cantar
 É a festa da paixão”
 (Sêmen – Milton Nascimento)

A Política de Assistência Social é definida e organizada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), implementado, em 2004, pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS). O SUAS possui como princípios:

- I. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II. Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III. Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.
- IV. Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
- V. Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (BRASIL, 2004, p.32).

Na definição das diretrizes do sistema, encontramos: a descentralização político-administrativa nas três esferas de governo e o comando único das ações; participação popular na formulação de políticas e na efetivação do controle social; primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social e a centralidade da família na implementação de benefícios, programas e projetos (BRASIL, 2004).

O SUAS está estruturado em dois níveis: a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE). A PSB é destinada à população que vive em situação de vulnerabilidade social⁷ decorrente da pobreza⁸. Enquanto, a PSE atende às famílias que se

⁷ Para a Política Nacional de Assistência Social (2004), as/os interlocutoras/es que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos são: “famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social” (p. 33).

encontram em situação de risco pessoal e social, sejam por “[...] maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil [...]” (BRASIL, 2004, p. 37).

No âmbito da PSB, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009) estabelece parâmetros para operacionalização dos serviços oferecidos pela política, delimitando a existência de três serviços: o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Serviço de Proteção Social Básica (PSB) no domicílio para pessoas com deficiência e idosas e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) (BRASIL, 2015).

Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), o PAIF consiste no trabalho social com famílias, tendo o caráter continuado; além disso, possui a finalidade de fortalecer e potencializar os vínculos familiares e comunitários, promovendo, assim, o acesso e usufruto dos direitos sociais, com intuito de contribuir com a melhoria de qualidade de vida de seus sujeitos e sujeitas, por meio de ações de caráter preventivo, proativo e protetivo.

O público-alvo do PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, corresponde às famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social e pobreza, fragilização de vínculos e risco social, decorrentes do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, os quais vivem nos territórios de abrangência do CRAS, em especial:

[...] famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais, famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas, famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros, pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social. (BRASIL, 2009, p. 12)

Conforme apontado pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), o serviço tem por objetivo:

Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida; - Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade sociais vivenciadas; - Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades; - Promover acessos a benefícios,

⁸ A categoria pobreza aqui explanada possui uma perspectiva totalizante e multidimensional, compreendida como manifestação da questão social. A pobreza vem como expressão das relações vigentes da sociedade capitalista, sendo um sistema extremamente desigual, no qual as pessoas convivem com a dualidade da acumulação e da miséria. Por esse motivo, a pobreza não deve ser definida apenas pelo não acesso aos bens materiais, mas, sim, pelo não acesso aos direitos sociais, oportunidades, informação, possibilidade e esperança (SILVA, 2016).

programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de Assistência Social; - Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos; - Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares. (p. 12)

A PNAS (BRASIL, 2004) normatiza os padrões dos serviços oferecidos, a qualidade do atendimento, os indicadores de avaliação e resultado, a nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial e, ainda, divide a política em eixos estruturantes⁹ e subsistemas. Dentre os eixos estruturantes da gestão do SUAS que indicam a centralidade da família, destacamos: a territorialização e a matricialidade sociofamiliar (TEIXEIRA, 2009).

Nos termos da matricialidade sociofamiliar, a PNAS apresenta a centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetivação de todas as ações e serviços da Assistência Social. A família, com todos os seus formatos e modelos, é mediadora das relações entre os sujeitos e a comunidade, sendo continuamente provedora dos deslocamentos entre os âmbitos público e privado, bem como sendo formadora de modalidades comunitárias de vida (BRASIL, 2004).

Ainda segundo a PNAS (BRASIL, 2004), a família é trazida pela política como espaço privilegiado de proteção e socialização primária, como provedora de cuidados aos seus membros. No entanto, ela também precisa ser cuidada e protegida. Diante disso, os/as sujeitos/as do PAIF, conforme já sinalizado, corresponde às famílias em situação de vulnerabilidade social, tendo como prioridade o atendimento dos sujeitos que se enquadram nos critérios de participação de programas de transferência de renda, os sujeitos dos benefícios assistenciais e as pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de fragilidade (BRASIL, 2009).

Problematizamos a visão da família como algo abstrato e genérico, sendo deslocada de um contexto contemporâneo precário, pois compreendemos que existe uma pluralidade de entidades familiares que estão em disputa na sociedade ocidental. Sendo assim, não existe um modelo de família, e as políticas públicas precisam atender a essas multiplicidades que coexistem. Além disso, entender como essa família nuclear é vista como “padrão” serve também para o capital, especialmente na sua esfera de reprodução social.

⁹ A PNAS (BRASIL, 2004) apresenta os eixos estruturantes e os subsistemas da Política de Assistência Social, a saber: matricialidade sociofamiliar, descentralização político-administrativa e territorialização, novas bases para a relação entre Estado e sociedade civil, financiamento, controle social, o desafio da participação popular/cidadão usuário, a política de recursos humanos, a informação, o monitoramento e a avaliação.

Diante disso, questionamos de que forma o sistema de família nuclear¹⁰, defendido pelo capitalismo, e a centralidade da família nas políticas públicas trazem implicações diretas para as mulheres. A feminilização da Política de Assistência Social (CISNE, 2007) e o matriarcado da miséria (CARNEIRO, 2000) são dois conceitos que podem embasar essa análise.

De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano de 1995 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), “a pobreza tem o rosto de uma mulher”, e, conseqüentemente, a riqueza tem rosto de homem. Em complementaridade, sujeitos e profissionais são, em sua maioria, mulheres, isso demonstra evidentemente as dificuldades coletivas enfrentadas por elas.

O Banco Mundial e os demais organismos internacionais ditam como as políticas públicas devem lidar com as expressões da questão social¹¹ com o discurso que falta empoderamento dos/as sujeitos/as. Entretanto, esse conceito foi incorporado pelo discurso conservador e neoliberal, perdendo o seu real sentido. É necessário entender que a pobreza tem suas raízes na relação capital e trabalho, alocada na estrutura da sociedade capitalista. É necessário destacar que a responsabilização de romper com esse ciclo não recai sobre as mulheres, em relação às suas condições de pobreza e miséria, pois é responsabilidade do Estado ser provedor e garantidor máximo dos direitos sociais para toda sociedade.

Diante disso, é desafiador olhar para as desigualdades sociais, ou seja, para as adversidades, sem encontrar suas interseccionalidades (PISCITELLI, 2008). O conceito de interseccionalidade pode explicar a articulação entre os processos de subjetivação e as condições de vida. Portanto, aqui a interseccionalidade é utilizada para compreender a relação entre os/as sujeitos/sujeitas da Política de Assistência Social, a família, gênero e a classe social (DETONI; NARDI, 2012). Tendo em conta que a própria política seleciona os seus sujeitos, podemos afirmar que: “a própria política ao designar os sujeitos que necessitam de atenção, produz performativamente os sujeitos considerados vulneráveis, ou seja, que necessitam do atendimento ou são prioridades no serviço de assistência” (DETONI; NARDI, 2012, p. 63).

¹⁰ A autora Oyèrónké Oyèwùmí (2004) sugere que os conceitos feministas estão enraizados sobre a família nuclear que é uma forma especificamente europeia ocidental de uma família generificada, com uma casa unifamiliar, centrada em uma mulher subordinada, com um marido patriarcal, com filhos e filhas.

¹¹ De acordo com Iamamoto e Carvalho (2011), questão social são [...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 77).

De acordo com Detoni e Nardi (2012), as políticas assistenciais deveriam garantir o acesso e a autonomia para todos os sujeitos. Entretanto, por vezes, reproduzem o papel paternalista e de tutela sobre estes, estigmatizando e afirmando lugares já reconhecidos nas performances de gênero que instituem feminilidades e masculinidades.

Uma evidente demonstração dessa realidade é o fato de as mulheres serem colocadas como responsáveis legais pelas famílias no Cadastro Único (CadÚnico)¹², excluindo os homens desse espaço. Uma das alternativas para explicar o público presente nos CRAS ser, majoritariamente, feminino é o Programa Bolsa Família¹³. Como ressalta Silva M. (2016), o Programa Bolsa Família foi expressão máxima do processo de desenvolvimento dos programas de transferência de renda no Brasil, que se desenvolveram do nível local ao nacional, ocupando a centralidade da proteção social até sua extinção em 2021. Cumpre destacar que os principais pontos de referência para esse programa eram os CRAS, este parece impactar, diretamente, no aumento da procura por esses equipamentos.

Nesse sentido, a Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que criou o Programa Bolsa Família (PBF), é enfática ao definir que o “pagamento dos benefícios previstos nessa Lei será feito preferencialmente à mulher” (BRASIL, 2004, s. p.). Dessa forma, o gênero majoritário que compõe o público interlocutor’ da Política de Assistência Social é feminino, pois, como preconiza o documento norteador, são elas prioritariamente as Responsáveis Familiares (RF) pelo Cadastro Único.

Para Cisne (2007), a partir disso, conseguimos perceber a continuidade dos modelos conservadores em torno dos “lugares” tidos, historicamente, como femininos, os quais provocam uma sobrecarga de trabalho e responsabilidade sobre as mulheres, enquanto existe a desresponsabilização da figura masculina e, em última instância, do Estado frente a questão social. Sua linha de argumentação sustenta que existe uma histórica feminilização da Assistência Social, a reproduzir estereótipos sobre qual o público a ser atendido por essa política.

Observamos, diante da pandemia da Covid-19, um novo vírus que circula entre todos e todas, sem distinção de corpos e/ou classe social. Entretanto, com o avançar do isolamento social, apreendemos que existe sim uma população que sente, severamente, as consequências desse vírus, e que esta não mata tão indiscriminadamente quanto se julgava.

¹² O Cadastro Único reúne informações sobre as famílias de baixa renda, aquelas com renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa, sobre cada um de seus integrantes e sobre as condições dos domicílios onde moram. Isso permite ao governo conhecer as reais condições de vida da população (MDS, 2015).

¹³ O Programa Bolsa Família, criado em 2003, regulamentado pela Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, foi extinto durante o governo de Bolsonaro, decisão que consta na Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021, a qual regulamenta a criação do Auxílio Brasil.

Além disso, não é coincidência que a mesma população mais atingida, na maioria das vezes, também é interlocutora da Política de Assistência Social.

Em julho de 2020, foi apresentado o Boletim de Vigilância Socioassistencial de Maracanaú – 1ª edição com o objetivo de informar o cenário epidemiológico e social durante os meses de abril, maio e início de junho de 2020. Além disso, o documento visou demonstrar a capacidade de oferta da Política de Assistência de Maracanaú, com base na intersetorialidade do SUAS e do Sistema de Segurança Alimentar Nutricional (SISAN), bem como em outros sistemas e nas políticas públicas que atuaram em conjunto, com o propósito de diminuir as consequências que a Covid-19 trouxe para a população e aliviar os efeitos da pandemia.

Em dados¹⁴ gerais, do Ministério da Saúde, de maio de 2022, o novo coronavírus já havia levado à morte quase 6,24 milhões de pessoas ao redor do mundo. No Brasil, essa marca chega a mais de 664 mil mortes e 30,5 milhões de casos confirmados. No estado do Ceará, eram 1,24 milhões de casos confirmados e 26.910 mil mortes.

Conforme o Boletim de Vigilância Socioassistencial de Maracanaú (2020b), esse município ficou em quarto lugar no ranking de cidades cearenses em número de contaminados, representando 3,39% dos casos do estado. Destacamos que a maior incidência de casos foi na faixa etária entre 30-34 anos com 1.052 casos (615 mulheres e 437 homens), seguido da faixa entre 40-44 anos com 1.042 casos (646 mulheres e 401 homens). É importante citar também que essas faixas etárias são de pessoas economicamente ativas, sendo possível que estas e suas famílias tenham sofrido não apenas com os problemas de saúde, mas também com a economia doméstica.

Considerando o enorme corte de financiamento da Política de Assistência Social e a centralidade da mulher nas famílias contemporâneas, um assunto emergente é a desigualdade de gênero, inclusive inserida no fator renda. Como nos alertam os dados apresentados pelo Jornal Agência O Globo (2018), baseados no IBGE (2009), as mulheres recebem 67,1% a menos que os homens, mesmo detendo maiores índices de escolaridade.

Os dados apontam que, em 10 anos, o Brasil acumulou mais 1,1 milhão de famílias chefiadas por mães solas. Em 2005, eram 10,5 milhões de famílias como essas. Porém, em 2015, houve o aumento para 11,6 milhões de famílias chefiadas por mulheres. Apesar disso, o número de mães solas caiu, na medida em que se ascenderam novos contextos familiares, como casais sem filhos.

¹⁴ Dados disponíveis em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 03 maio. 2022.

Durante a *live* realizada pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, em maio de 2020, foram socializados diversos dados socioeconômicos do Brasil e do Ceará. Entre eles, existe a projeção, do Banco Mundial, de que 5,4 milhões de brasileiros vão entrar na extrema pobreza em 2020, em consequência da pandemia. Além disso, há uma previsão de que o Brasil sofrerá uma retração de 5% no Produto Interno Bruto (PIB), a maior em 120 anos. Sobre o ranking da pobreza extrema, o Ceará ocupa a 4ª posição no número de miseráveis, pois já ultrapassa um milhão de pessoas, sendo, exatamente, 1.027.487 cearenses, de acordo com os dados difundidos pelo Ministério da Cidadania, em agosto de 2019.

Conforme dados divulgados pelo Boletim de Vigilância Socioassistencial (2020b), retirados do Sistema de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do Ministério da Cidadania, em maio de 2020, o município possuía 40.369 famílias (109.600 pessoas) inscritas no CadÚnico do Governo Federal para programas sociais, correspondendo a 48,09% da população maracanaense. Cumpre destacar que 48,08% das famílias do Cadastro Único são beneficiárias do Programa Bolsa Família, sendo equivalente a 19.573 famílias que vivem em situação de pobreza e/ou extrema pobreza, segundo os critérios dos programas sociais do governo federal.

Em específico, o território do CRAS Pajuçara atende a cinco bairros oficiais diferentes: Boa Esperança, Cidade Nova, Industrial, Esplanada Mondubim e Pajuçara, o que caracteriza a particularidade desse equipamento social, levando em consideração que são territórios que possuem realidades socioeconômicas bem distintas. O bairro Industrial, por exemplo, possui 535 famílias referenciadas pelo CadÚnico, enquanto o bairro Pajuçara possui 4.618 famílias referenciadas.

No total, no CRAS Pajuçara, são 6.319 famílias (17.315 pessoas) referenciadas no CadÚnico e 72 famílias acompanhadas pelo PAIF, como aponta o Perfil das Famílias do Cadastro Único de 2019. De acordo com o Relatório de Gestão da Política de Assistência Social do Maracanaú/CE (2019), o PAIF realizou 45.599 atendimentos particularizados, 1.259 acompanhamentos, 220 oficinas e 42 palestras.

É importante citar que houve uma oscilação no número de famílias referenciadas no CadÚnico. Em janeiro de 2020, eram 41.008 famílias inscritas; em fevereiro, esse número reduziu para 39.909 famílias e, com o isolamento social, o quantitativo de famílias subiu para 40.369, sendo consequência dos processos de Averiguação Cadastral e de Revisão Cadastral comandado pelo Governo Federal. Por conseguinte, entendemos que o novo contexto político

do país influencia diretamente nas ações das políticas públicas, principalmente, ao utilizar-se de discursos conservadores em relação aos programas de transferência de renda.

No decorrer do isolamento social, surgiu um novo público, denominado, pela Assistência Social de Maracanaú, como os “novos usuários da Assistência Social”, em virtude da crise econômica, ocasionada pela pandemia do Coronavírus. Essas novas/os sujeitas /es, que passaram a buscar os serviços e auxílios das políticas sociais, são pessoas que não estavam inseridas no CadÚnico, mas, por conta do fechamento do comércio e da suspensão das atividades econômicas, eles ficaram sem condições financeiras para subsistência (MARACANAÚ, 2020b).

Entendemos que o isolamento é direito social, não privilégio, como foi colocado durante a pandemia, discurso este que é defendido pelo Governo Federal. Durante esse período, vimos as pessoas arriscando suas vidas e de seus familiares para garantirem as necessidades básicas para sobrevivência; contudo, ao mesmo tempo, esse risco leva à violação do direito fundamental que é a vida.

A maioria das/os novas/os sujeitas/os da Assistência Social foram contempladas/os com o auxílio emergencial do Governo Federal. Não obstante, muitos outros não conseguiram o benefício por diversos motivos. Em consideração a isso, a Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC), com o “Projeto Cuida Maracanaú”, começou a identificar esse público e a distribuir cestas básicas, as quais, em sua maioria, foram frutos de doações de empresas privadas. Até junho de 2020, já haviam sido doadas 400 cestas básicas (MARACANAÚ, 2020b).

Além dessas/es novas/os sujeitas/os, a Assistência Social acompanha, por meio de seus serviços, benefícios, programas e projetos, algumas famílias que já viviam em condições de extrema pobreza e de pobreza, as quais viram suas situações agravarem com o isolamento social. A partir disso, a SASC elencou três públicos que necessitam de um olhar mais atento do poder público, por meio dos benefícios eventuais e/ou intervenções em longo prazo, como políticas públicas de emprego e renda (MARACANAÚ, 2020b).

O primeiro público selecionado é um grupo de 3.968 famílias do município, as quais declararam, no CadÚnico, não possuir nenhuma renda para sobreviver, os chamados, pela equipe técnica, de “renda zero”. Essas famílias estão concentradas, em sua maioria, nos territórios dos CRAS Pajuçara e CRAS Mucunã. O segundo público é composto por 350 famílias que possuem, em sua composição, sujeitos idosos, caracterizando um grupo de alto risco durante a pandemia, devido a sua condição de renda e idade. Os maiores números desse

público estão localizados nos territórios dos CRAS Jereissati e CRAS Pajuçara (MARACANAÚ, 2020b).

E, por fim, o terceiro público listado é aquele composto por famílias, nas quais os membros, segundo o CadÚnico, exercem o trabalho como catadores de materiais recicláveis. No município, são 389 famílias que se autodeclararam dessa forma. E o maior número de catadores e catadoras está localizado no território do CRAS Parque São João, com 82 famílias, e na Pajuçara, com 43 famílias (MARACANAÚ, 2020b).

Sobre os dados do auxílio emergencial, até maio de 2020, 26.008 pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família, 18.532 pessoas inscritas no CadÚnico (não beneficiárias do Bolsa Família) e 22.715 pessoas que fizeram solicitação via plataforma digital (ou seja, que não estão no CadÚnico) – o que totalizou 67.255 pessoas – foram beneficiadas pelo auxílio emergencial, o que representa, em média, 29,51% da população do município (MARACANAÚ, 2020b).

Em Maracanaú, no mês de maio de 2020, houve a transferência direta à população de mais de 57 milhões de reais por meio dos programas de transferência de renda, compostos pelo Auxílio Emergencial, Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Cartão Mais Infância Ceará¹⁵ (MARACANAÚ, 2020b). Diante disso, é fato que, com o isolamento social, a crise econômica comprometeu os meios de sobrevivência de milhares de famílias, assim como ocorreram outras situações alarmantes, as quais necessitam que o poder público garanta um conjunto de ações para atenuar as condições das famílias pobres, como o aumento da violência doméstica, a sobrecarga de trabalho feminino e o desemprego.

Portanto, percebemos que as situações de vulnerabilidade social se agravaram durante a pandemia e que o colonialismo e o patriarcado¹⁶ estão vivos e reforçam-se nos momentos de crise aguda. A partir disso, novas formulações e problematizações surgiram no percurso da pesquisa, tornando-se prioridade a elaboração de uma análise conjuntural e a atenção na apreensão das transformações que a Política de Assistência Social teve de realizar para alcançar os/as sujeitos/as durante o contexto de pandemia.

¹⁵ O Mais Infância Ceará é um programa do governo estadual, o qual tem por objetivo promover e desenvolver ações intersetoriais para promoção do desenvolvimento infantil nos 184 municípios do Ceará. Um dos eixos de atuação é o Cartão Mais Infância, que ocorre por meio de transferência de renda no valor de R\$ 85,00 para famílias em vulnerabilidade social com crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, a partir de critérios determinados (MARACANAÚ, 2020a).

¹⁶ O patriarcado está em permanente transformação, atravessando a sociedade como um todo. Um dos elementos nucleares do patriarcado reside, exatamente, no controle da sexualidade feminina, sendo o espaço doméstico um espaço de privação para as mulheres (SAFFIOTI, 2015).

2.1 Perfil das interlocutoras: vivências singulares da equipe multiprofissional

Tivemos como interlocutoras 8 mulheres e 1 homem. Entre os 9 interlocutores/as, 8 eram técnicos do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), vinculados ao CRAS Pajuçara, situado em Maracanaú/CE e 1 era a interlocutora do equipamento, acompanhada pelo mesmo serviço.

As vivências dos/as interlocutores/as são singulares, dotadas de significados e sentidos únicos. Pensamos, pois, em prol de dar visibilidade às suas individualidades, utilizar codinomes referentes às suas situações no equipamento, sendo assim, dividimos os/as sujeitos/as em categorias: interlocutora, coordenadoras e técnicas/técnico.

- **Interlocutora 1:** Mulher, mãe, autodeclara-se parda, estado civil separada e é acompanhada pelo PAIF desde 2016. Tem 49 anos, ensino fundamental completo, encontra-se atualmente sem renda, pois está afastada do trabalho há 8 anos por problemas de saúde, estando há 2 anos e 6 meses com seu benefício bloqueado pelo INSS, situação que está sendo questionada judicialmente. Reside em casa própria no território da Pajuçara com seu filho de 19 anos, o qual trabalha meio expediente de forma informal, recebendo menos de meio salário por mês. Não é beneficiária de nenhum Programa de Transferência de Renda e frequenta o CRAS Pajuçara diariamente para receber a quentinha, em relação à qual é isenta, oferecida pela Rede de Segurança Alimentar e Nutricional de Maracanaú.
- **Coordenadora 1:** Mulher, autodeclara-se negra, estado civil solteira, 52 anos, reside no território da Pajuçara com um sobrinho e sua mãe. Possui renda salarial entre 3-4 salários-mínimos. Tem nível superior completo em Pedagogia e é concursada da Política de Assistência de Maracanaú desde 2012. Atuou, inicialmente, na gestão da política e atua atualmente como coordenadora do CRAS Pajuçara.
- **Coordenadora 2:** Mulher, autodeclara-se negra, 46 anos, estado civil casada, reside em Fortaleza/CE com seu esposo e dois filhos, tem uma renda familiar entre 8-10 salários-mínimos. Possui ensino superior em Serviço Social e tem mestrado em Políticas Públicas e Sociedade. Atua na Assistência Social há 17 anos e é servidora pública de Maracanaú. Entre 2017-2019, atuou na supervisão do PAIF. No período da pesquisa de campo, estava atuando como técnica do PAIF e como professora universitária.

- **Técnica 1:** Mulher, autodeclara-se parda, tem 37 anos, ensino superior completo em Serviço Social, porém não atua na área. Reside em Fortaleza/CE com familiares e possui renda familiar de 1-2 salários-mínimos. É concursada nível médio desde 2012 como educadora social, fazendo parte da equipe técnica do PAIF no CRAS Pajuçara há 10 anos.
- **Técnica 2:** Mulher, autodeclara-se parda, estado civil solteira, tem 36 anos, ensino superior completo em Pedagogia, possui pós-graduação em gestão educacional e especialização em educação a distância. Reside em Fortaleza/CE com seus pais e tem uma renda salarial de 2-3 salários-mínimos. Atua na Política de Assistência Social de Maracanaú há 13 anos, sendo concursada desde 2012. Começou a atuar no CRAS Pajuçara, em 2009, como pedagoga contratada, passou um período como coordenadora do CRAS Antônio Justa e voltou para a equipe PAIF do CRAS Pajuçara em 2013.
- **Técnica 3:** Mulher, autodeclara-se preta, mãe, estado civil solteira, 34 anos, é formada em Serviço Social, com pós-graduação em saúde da família, modalidade residência. Possui renda salarial entre 1-2 salários-mínimos e reside em Fortaleza/CE. Atua na Política de Assistência Social de Maracanaú há 3 anos, foi assistente social do CREAS e atualmente é técnica contratada do PAIF no CRAS Pajuçara.
- **Técnica 4:** Mulher, autodeclara-se parda, mãe de 3 filhos e avó de 4 netos, estado civil casada, tem 61 anos. Possui graduação em Pedagogia com especialização em psicopedagogia. Reside em Maracanaú/CE, possui renda salarial entre 1-2 salários-mínimos. É técnica pedagoga contratada do PAIF no CRAS Pajuçara. Atua na política de Assistência Social de Maracanaú há quase 13 anos, passou pelos CRAS Jereissati e CRAS Acaracuzinho.
- **Técnica 5:** Mulher, autodeclara-se branca, mãe, estado civil casada, tem 34 anos. Reside em Maracanaú/CE. Possui ensino superior em Serviço Social e especialização em Serviço Social, Política Social e Seguridade Social, com renda salarial de 2-3 salários-mínimos. É técnica efetiva do PAIF no CRAS Pajuçara há 7 anos, e técnica de referência da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), uma entidade filantrópica, vinculada ao conselho municipal da Assistência Social. É concursada desde 2012, passou também pela equipe técnica do PAIF do CRAS Bandeirantes.
- **Técnico 6:** Homem, autodeclara-se pardo, estado civil solteiro, tem 29 anos.

Ensino superior completo em Psicologia com especialização em Psicologia Organizacional e do Trabalho. Reside em Maracanaú/CE, tem renda salarial entre 1-2 salários-mínimos. Foi estagiário no CRAS Pajuçara de 2014 a 2016. Retornou ao equipamento em 2019 e ficou como técnico contratado do PAIF até o final de 2021. Atualmente, é técnico PAIF no CRAS Indígena.

No tópico a seguir, vamos discorrer sobre as escolhas metodológicas para alcançar os objetivos supracitados e os trajetos decorridos em nossas aproximações ao campo empírico.

2.2 Avaliação em profundidade: um paradigma contra-hegemônico

A avaliação de políticas públicas chegou ao Brasil durante a década de 1990, implementada no governo de Fernando Henrique Cardoso, tornando-se um campo de disputas. A avaliação passou a fazer parte da agenda governamental neoliberal, como elemento constitutivo da gestão pública, após se tornar uma exigência dos organismos internacionais, como o Banco Mundial (GUSSI; OLIVEIRA, 2015; BOULLOSA *et al*, 2021).

Existem vários referenciais teóricos e abordagens metodológicas disponíveis para realização de avaliações de políticas públicas. As hegemônicas, as primeiras a ganharem espaço na agenda neoliberal, são reconhecidas pelos critérios pré-definidos de eficiência¹⁷, eficácia¹⁸ e efetividade¹⁹, sendo baseadas unicamente em indicadores estatísticos, sem nenhuma preocupação com a análise dos dados qualitativos e, principalmente, sem levar em consideração os sujeitos sociais, os contextos sociopolíticos e culturais envolvidos nas políticas públicas (GUSSI; OLIVEIRA, 2015). À vista disso, entendemos que os paradigmas positivistas buscam pela otimização de custo-benefício, tendo uma sobreposição da dimensão econômica, a qual segue os moldes do Estado regulatório em prol da liberalização do mercado capitalista.

Diante do exposto, afirmamos nossa escolha pela avaliação em profundidade, um paradigma contra-hegemônico, com o intuito de superar as perspectivas avaliativas hegemônicas de caráter positivista, as quais compreendem a realidade como única, objetiva e

¹⁷ A eficiência é a relação entre custo e benefício, entre o esforço empregado na implementação de uma política e os seus resultados alcançados, tendo como objetivo alcançar mais resultados com menor custo.

¹⁸ A eficácia seria a relação entre os objetivos e instrumentos explícitos de um dado programa e seus resultados efetivos.

¹⁹ A efetividade é a relação entre a implementação de determinado programa e seus impactos e/ou resultados.

exterior, regida por leis gerais e passíveis de manipulação, a partir de procedimentos lógicos com pretensão de neutralidade (CRUZ, 2019). Nessa mesma linha de pensamento:

A avaliação de políticas públicas nunca é um exercício desinteressado e formal. É um processo de aproximações sucessivas que assume uma dimensão política. O avaliador pensa e avalia de um lugar sócio-político, a exigir uma vigilância permanente para não cair nas armadilhas da subjetividade, dos próprios interesses, da vinculação institucional que podem implicar em vieses avaliativos. (CARVALHO; GUSSI, 2011, p. 7)

No artigo “Avaliar em Profundidade: Dimensões Epistemológicas, Metodológicas e Experiências Práticas de uma Nova Perspectiva de Avaliação de Políticas Públicas, de Torres *et al.* (2020), os autores mostram a trajetória intelectual da Avaliação em Profundidade, que iniciou com o lançamento da obra original de Lejano em 2006, a qual sugeria outros parâmetros para a análise de políticas públicas, traduzida posteriormente em 2012.

Em 2008, temos o lançamento da Revista Aval, vinculada ao MAPP/UFC, onde os autores Léa Rodrigues (2008), Alcides Gussi (2008) e Alícia Gonçalves (2008) alargaram as ideias inicialmente trabalhadas por Lejano, consecutivamente, a partir dos quatro eixos analíticos, da noção de trajetória institucional e dos indicadores socioculturais (TORRES *et al.*, 2020).

Em 2011, Léa Rodrigues avança da discussão dos eixos analíticos e Gussi e Oliveira afirmam a avaliação em profundidade como um processo de natureza sociopolítica e cultural. Posteriormente, os autores Gussi e Oliveira (2015) trouxeram, em suas construções, a necessidade de estruturação de um “*ethos* epistemológico” e situam a avaliação em profundidade em um lugar contra-hegemônico. Em 2017, Léa ampliou o aspecto metodológico da avaliação, a partir dos conceitos ecologia política e a metodologia situacional, trabalhados, respectivamente, pelos autores Paul Elliot Little e Van Velsen.

Por fim, a autora Daniele Cruz reitera a necessidade da apreensão das subjetividades, como elemento-chave para entender as nuances e tensões no fazer avaliativo. Diante disso, entendemos que a avaliação em profundidade rechaça a neutralidade científica e compreende a política pública como instrumento de promoção de cidadania, justiça social, equidade e emancipação (CRUZ, 2019).

No paradigma contra-hegemônico, é importante a compreensão dos aspectos sociais, políticos e culturais em âmbito municipal, nacional e internacional, como também apreender as trajetórias institucionais das políticas, suas agendas políticas e os agentes envolvidos para sua construção.

Ao pensar na avaliadora/pesquisadora como um agente político, conseguimos observar a aproximação da avaliação em profundidade com a perspectiva Crítico-Dialética, também conhecida como Avaliação Política das Políticas Públicas. Porquanto, para a autora Silva M. (2008), a superação do modelo positivista pode ser construída a partir do método crítico dialético, uma vez que se trata de uma tentativa de construção da realidade, partindo do abstrato para o concreto, com o uso articulado de diferentes fontes, construídas por diferentes sujeitos envolvidos no processo da política ou do programa avaliado, privilegiando as/os interlocutoras/es, os quais são os maiores interessados no processo de avaliação.

Essa perspectiva pressupõe que toda reflexão teórico-metodológica da avaliação deve ser percebida na relação dialética de duas dimensões: a dimensão técnica e a dimensão política.²⁰ Por conseguinte, as políticas públicas representam um conjunto de ações ou omissões do Estado, decorrente de decisões e não decisões, constituída por jogos de interesses, tendo como limites e condicionantes os processos econômico, político, social e cultural (SILVA M., 2008).

Diante disso, Silva M. (2008) se contrapõe à percepção da política pública como mero recurso de legitimação política ou de uma intervenção estatal subordinada tão somente à lógica capitalista. Logo, ela serve a interesses contraditórios, que ora se situam no campo do capital, ora no campo do trabalho. Portanto, recusa-se qualquer raciocínio linear e consensual, pois falar de política é falar de diversidade e de contradição.

A perspectiva metodológica sugerida pela avaliação política das políticas públicas situa a política ou o programa na sua relação com o Estado e a Sociedade, considerando que a avaliação é desenvolvida em contextos de sujeitos e interesses. Dessa forma, ela nunca é consensual ou definitiva. Consequentemente, compreendemos que os resultados de qualquer avaliação são considerados parciais e questionáveis, assim como todo saber científico sobre a sociedade é uma interpretação histórica, parcial e relativa (SILVA M., 2008).

Marta Arretche (2001) apresenta que seria impossível imaginar que um programa público seja implementado tal qual foi previsto no desenho proposto por seus formuladores, visto ser influenciado pelo contexto econômico, político e institucional em que operam. Assim, a autora propõe a compreensão de que a implementação modifica as políticas públicas.

²⁰ A dimensão técnica fornece subsídios para correção de desvios no decorrer do processo de implementação de um programa, indicando em que medida os objetivos e mudanças ocorreram e subsidiando a elaboração ou o redimensionamento de políticas e programas. A dimensão política oferece informações para sujeitos sociais fundamentarem lutas sociais para o controle social das políticas públicas (SILVA M., 2008).

Além disso, a vida de uma política pública possui diversas dimensões: a formulação, a implementação e a avaliação, de maneira que estas se influenciam entre si de modo dialético.

Entretanto, não encontramos na avaliação política das políticas públicas um salto metodológico que alcance a complexidade do objeto em tela, pois, para dar conta dos objetivos propostos, entendemos que existe a necessidade de uma profunda relação e experiência com o lócus de pesquisa (LEJANO, 2012; RODRIGUES, 2016). Reconhecemos, assim, que o objeto de pesquisa está circunscrito dentro da realidade que o investigador participa e os fenômenos são compreendidos dentro de uma perspectiva histórica e holística.

Compreendemos que a avaliação em profundidade e o modelo experiencial são duas propostas de avaliação que se interconectam, pois estão centradas na noção de experiência. Na avaliação em profundidade, exemplifica Rodrigues (2016) que o caráter etnográfico permite apreender, de forma mais acabada, a experiência dos sujeitos, ou seja, o entendimento sobre como a política é experienciada na prática.

À vista disso, é inicialmente no modelo pós-construtivista experiencial que se constata que a verdade é algo que pode ser experienciado, permitindo uma completa nova consciência, o *satori*, distante das formas pré-concebidas de pensamento. Mediante a isso, a política é vista como experiência, tendo por objetivo partir da riqueza da experiência e refletir isso em uma riqueza paralela de perspicácia analítica. Além disso, já que a experiência é complexa e multidimensional, essa análise também é (LEJANO, 2012).

O autor sugere uma virada epistemológica ao propor que o avaliador não é um sujeito distante do seu objeto, pelo contrário, o avaliador deve, por meio de recursos metodológicos e técnicas distintas, tornar-se um nativo no seu campo de avaliação, submerso nas experiências dos sujeitos. Em consequência, as características do modelo experiencial consideram que a análise de políticas deve ponderar as múltiplas dimensões da experiência e do entendimento, atentando-se para a complexidade dos fenômenos, compreendendo, assim, a política na prática e no diálogo. Isso é possível a partir da utilização dos recursos etnográficos (RODRIGUES, 2016; LEJANO, 2012).

Portanto, a avaliação não é mais vista como um processo linear, mas como um processo sinérgico, no qual os atores da política participam de todas as etapas do processo de avaliação. A avaliação em profundidade não segue um modelo a priori, mas sim um processo de construção no qual o avaliador/pesquisador participará (RODRIGUES, 2016; LEJANO, 2012).

Para os autores Boullosa *et al.* (2021) é o pensar na avaliação em uma concepção “antimanual”, “contracartilha” ou “antigua” – que nos faça questionar os métodos e técnicas

historicamente reproduzidos nos modelos positivistas – que dificulta uma reflexão crítica densa. Ela se estrutura a partir de concepções e repertórios epistemológicos, ontológicos e axiológicos. Ou seja, o método surge a partir de uma construção, não é algo que já encontramos pronto e construído em manuais e cartilhas.

O avaliador/pesquisador faz escolhas metodológicas ao longo de suas aproximações ao campo empírico, além disso, ele tem a difícil tarefa de ir a campo, se aproximar do cotidiano da política, por meios de técnicas que se associam a “etnografia da experiência”, formando uma base fundamental para sua avaliação. Essa abrangência metodológica, para Gussi (2008), refere-se a uma postura relativista, o avaliador apreende as experiências e significados de vários destinatários, sem atribuir valores hierárquicos de um único agente envolvido da política.

Rodrigues (2008) sugere a adoção de instrumentais teórico-metodológicos, com possíveis utilizações de aproximações etnográficas, propondo, assim, quatro eixos de análise, que são eles: análise de conteúdo do programa, análise de contexto da formulação da política, trajetória institucional e o espectro temporal e territorial.

Na análise de conteúdo, a autora propõe três aspectos iniciais para a sua elaboração. Primeiro, a atenção à formulação da política quanto aos seus objetivos, critérios, dinâmica de implantação, acompanhamento e avaliação. Em segundo, a análise das bases conceituais para considerar os paradigmas orientadores, as concepções e valores que os informam, bem como os conceitos e noções centrais que sustentam a política pública em questão (RODRIGUES, 2008).

O terceiro aspecto encontra-se na coerência interna, na não contradição entre as bases conceituais que informam o programa, na formulação de sua implementação e nos itens priorizados para seu acompanhamento, monitoramento e avaliação. Esses três aspectos dizem respeito à análise do material institucional sob forma de leis, portarias, documentos internos, projetos, relatórios, atas de reuniões, fichas de acompanhamento, dados estatísticos e outros (RODRIGUES, 2008).

O segundo eixo analítico, conceituado por Rodrigues (2008), é a análise de contexto da formulação da política. Nesse momento da pesquisa, é realizado o levantamento de dados sobre o momento político e as condições socioeconômicas em que foi formulada a política, com atenção para articulação entre as instâncias local, regional, nacional, internacional e transnacional.

O terceiro eixo é da trajetória institucional, essa dinâmica analítica pretende perceber a coerência e a dispersão do programa ao longo do seu trânsito pelas vias

institucionais. Para se avaliar um/a programa/política a partir dessa dinâmica, necessita-se construir uma reconstituição de sua trajetória²¹. Cumpre destacar que as trajetórias são como instrumentos metodológicos estratégicos utilizados para compreender a processualidade e a construção do diálogo entre as temporalidades, os contextos sociais coletivos e individuais e as vivências singulares e individuais dos agentes envolvidos na política (GUSSI; OLIVEIRA, 2015; RODRIGUES, 2008).

Por fim, no espectro temporal e territorial, neste momento da avaliação, procura-se capturar a configuração temporal e territorial do trajeto que a política percorreu, com o objetivo de confrontar as propostas e os objetivos gerais da política com as especificidades locais e sua historicidade (RODRIGUES, 2008). Trata-se de conhecer para além dos indicadores quantitativos, pois é necessário conhecer quem está recebendo a política pública e como a ressignifica, em que contexto político e econômico ela se dá e quais as mediações de ordem simbólica e política a atravessam (GONÇALVES, 2008).

Para dar conta do enredamento dos objetivos, essa avaliação seguirá os eixos analíticos propostos por Rodrigues (2016), citados a seguir: a interpretação das categorias e marcos regulatórios presentes na Política de Assistência Social, nos discursos institucionais advindos da observação direta e das entrevistas com os/as trabalhadores/trabalhadoras do PAIF e no tensionamento com a realidade vivenciada pelas sujeitas.

A avaliação em profundidade busca abordar todo o processo da política e não somente os resultados, como se faz nas avaliações hegemônicas, as quais apenas confrontam os objetivos da política com os seus resultados mensuráveis. Além disso, considera-se que o esforço para desenvolver uma avaliação em profundidade deve ser empreendido a partir de diversos dados e informações, sendo a pesquisa um longo processo de construção que requer tempo, disponibilidade e empenho (RODRIGUES, 2008; 2019).

2.3 Os percursos metodológicos percorridos: do método ao campo

Esta dissertação é fruto da avaliação da Política de Assistência Social, em específico, do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) executado em Maracanaú/CE, a partir de um paradigma contra-hegemônico, a saber: a avaliação em

²¹ “Similarmente ao que propõe Bourdieu (1996) e à sua noção de trajetória biográfica, sustentamos a ideia que uma política pública não tem um sentido único e, portanto, está circunscrita a ressignificações de acordo com os fluxos organizacionais, processos burocráticos e modificações interpretativas” (GUSSI; OLIVEIRA, 2016, p. 96).

profundidade (RODRIGUES, 2008; 2011a; 2016). Em razão, percebemos que, para alcançar os objetivos traçados, seria necessária uma profunda aproximação com o lócus de pesquisa e com os atores envolvidos na política pública, fazendo uma articulação com o contexto sócio-histórico político e com as (re)construções da atual conjuntura nacional brasileira e municipal.

A avaliação em profundidade é um paradigma de caráter eminentemente qualitativo, o qual não despreza a utilização de dados quantitativos quando estes vierem a ser relevantes para a compreensão do objeto. Nessa esteira, cumpre destacar que esta pesquisa possui abordagem qualitativa, pois compreendemos que essa metodologia fornece a possibilidade de a pesquisadora conhecer profundamente os (as) sujeitos (as) envolvidos (as) no lócus de pesquisa.

À vista disso, a pesquisadora/avaliadora e os atores sociais estão inter-relacionados e influenciados reciprocamente, em um processo multidirecionado, no qual se busca compreender um determinado contexto. Na investigação qualitativa, todos se expressam como sujeitos políticos – a pesquisa é um exercício político, pois, a pesquisadora/avaliadora faz parte do processo de recorte, (re)conhecimento e interpretação dos fenômenos, atribuindo-lhes significados. Diante disso, o objeto de pesquisa não é uma escolha inerte e neutra (BAPTISTA, 1994).

Não existe nenhuma pesquisa qualitativa que se faça longe de uma opção política, ela é permeada por intencionalidade e busca objetivos explicitamente definidos. Quando se estabelece o recorte de pesquisa e busca os sujeitos que participarão, certamente, existe um embasamento ético-político, o qual se articula a projetos mais amplos da pesquisadora, até mesmo pelo projeto de sociedade que se acredita (BAPTISTA, 1994). Posto isso, Martinelli (1994) considera que a direção da pesquisa qualitativa está ligada à experiência social dos sujeitos, que se constituem a partir de uma fonte oral, na busca por significados e vivências.

Martinelli (1994) disserta sobre três pressupostos que fundamentam o uso de metodologias qualitativas, que são: assentir, da singularidade do sujeito, o reconhecimento da importância de conhecer sua experiência social e não apenas as suas condições de vida e consentir que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe sua experiência social. É por isso que as pesquisas qualitativas se encaminham para a experiência social, na busca dos significados e vivências dos sujeitos.

O método desta pesquisa é o interpretativo hermenêutico-holístico²². O autor Palmer (2006 *apud* SIDI; CONTE, 2017) aponta a hermenêutica como a ciência da compreensão, a qual expõe as estruturas existenciais que permeiam as ações das pessoas, no sentido de expor o que parece familiar, questionando e buscando explicações. Dessa forma, a hermenêutica procura uma reflexão e uma compreensão sobre aquilo que se lê, se vive, se vê, com o intuito de construir uma cultura baseada em diferentes tradições e experiências.

A hermenêutica está ligada à interpretação e à compreensão dos fenômenos, das ações e dos comportamentos dos sujeitos, dos textos e das palavras. Por sua vez, a avaliação em profundidade, que é “extensa, detalhada, densa, ampla e multidimensional”, articula a multi e a interdisciplinaridade como condição primeira da tarefa de pesquisa (RODRIGUES, 2008, p. 11).

Diante disso, esta pesquisa possui análise bibliográfica e documental. Sob o olhar de Gil (2002), existe uma diferença essencial entre a natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza-se fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto e é desenvolvida com base em material já elaborado, sendo, portanto, uma fonte secundária, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa, sendo de fonte primária.

A pesquisa documental dedica-se a produzir novos conhecimentos e a construir novas formas de compreender os fenômenos, a partir das perspectivas incluídas nos documentos, contribuindo para a área na qual está inserida (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015), enquanto a pesquisa bibliográfica é realizada com base em material já elaborado, formado principalmente por livros e artigos científicos. Na ótica de Gil (2002), a principal vantagem da pesquisa bibliográfica é porque ela permite que a pesquisadora consiga ter uma cobertura maior sobre o fenômeno de pesquisa, a partir de diversas abordagens e posicionamento.

A pesquisa documental incidirá nas normatizações e legislações reguladoras da Política de Assistência Social, nas suas normas operacionais, em seus estatutos, pesquisas em bancos de dados públicos, além dos relatórios disponíveis, contemplando o eixo da análise de conteúdo, conforme Rodrigues (2016), na intenção de analisar como a noção de família é

²² O compromisso com o paradigma hermenêutico é, portanto, com a compreensão dos significados construídos pelos formuladores de políticas públicas e as suas respectivas instituições, bem como com os sujeitos tidos como seu público-alvo (RODRIGUES, 2019).

abordada nos textos da Política de Assistência Social e para caracterizar as possibilidades e dificuldades da política entre os anos de 2015 e 2020, com ênfase no contexto de pandemia.

Os documentos para análise, disponibilizados pela Gerência de Gestão do Trabalho da SUAS, foram o Relatório de Gestão, Perfil das Famílias do Cadastro Único no período de 2015-2020, Plano Municipal de Assistência Social (2018-2021), Diagnóstico Socioterritorial e o Boletim de Vigilância. Nesses materiais, foram examinadas, qualitativamente e quantitativamente, as famílias e pessoas cadastradas no município e, especificamente no território do CRAS Pajuçara, foram observadas as condições sociais e territoriais do município. Foi analisado também o número de homens e mulheres cadastrados no supracitado equipamento, renda *per capita* e famílias acompanhadas pelo PAIF.

A análise documental foi realizada por meio da análise de conteúdo, tomando-se como base Bardin (1979), seguindo as etapas: 1) Pré-análise – começa com a organização do material, a partir da escolha e seleção dos documentos, e a criação de indicadores que embasam a interpretação final; 2) Exploração do material – exame aprofundado baseado na elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação dos resultados; 3) Tratamento dos resultados – compreensão referencial, reflexão e intuição dos documentos e a relação entre eles, visando a revelar o conteúdo potencial que os documentos possuem.

Sobre a pesquisa bibliográfica, utilizamos, fundamentalmente, as contribuições das diversas autoras: Léa Rodrigues, Heleieth Saffioti, Sueli Carneiro, Carla Akotirene, Adriana Piscitelli, Cynthia Sarti e Maria Ozanira Silva e Silva sobre as categorias em análise, o que nos ofereceu suporte para compreender o contexto de formulação da política, com atenção aos aspectos econômicos, culturais e sociais que moldaram essa política (RODRIGUES, 2016).

Ressaltamos que o campo empírico é a região do município de Maracanaú, com foco no CRAS Pajuçara. Os/as interlocutores/as são a equipe multiprofissional do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família do CRAS Pajuçara, a qual intermediou, de forma macro, a realidade das mulheres acompanhadas pelo PAIF, como também o cotidiano em que o serviço é executado, com foco no contexto da pandemia, suas possibilidades e entraves. Como critério de inclusão, optamos por aquelas/aqueles que demonstraram disponibilidade em colaborar com a pesquisa e que estavam diretamente ligados ao serviço, fazendo parte da equipe técnica que acompanha as famílias PAIF.

Corroboramos Oliveira (1998), ao anunciar que existem três etapas de apreensão dos fenômenos sociais, a saber: o olhar, o ouvir e o escrever. Mesmo que a pesquisadora acredite estar familiarizada com tais atos cognitivos, é necessário problematizar sua natureza

epistêmica. Inicialmente, em campo, o olhar é direcionado para a apreensão do objeto, principalmente, pelo modo como a pesquisadora compreende a realidade em que está incluída. Um olhar bem-preparado da (o) pesquisadora (o), a partir das teorias, possibilita uma análise específica e densa do território.

A primeira aproximação com o lócus de pesquisa foi em outubro de 2020, com uma visita de reconhecimento do espaço institucional e da equipe multiprofissional, realizada com apoio da coordenadora da instituição. O CRAS Pajuçara está localizado na Rua São Sebastião, nº 273, tendo, em sua área de atuação, os bairros: Boa Esperança, Industrial, Pajuçara, Cidade Nova, Esplanada do Mondubim, Conj. Paraíso e Pq. Novo Mondubim. O Conjunto Paraíso e o Parque Novo Mondubim são territórios afetivos citados pela equipe.

A estrutura física do equipamento é uma readaptação de um antigo Polo ABC, a instituição apresenta uma estrutura física com muitos problemas estruturais, contém: duas salas para atendimentos individuais, uma sala para o cadastro único, uma sala para a equipe PAIF, um auditório, sala de coordenação, recepção e uma cozinha comunitária. Antes o CRAS Pajuçara funcionava no bairro Boa Esperança, sendo transferido para o endereço supracitado.

Com a pandemia e as condições sanitárias necessárias, o CRAS Pajuçara tornou-se um ambiente desfavorável para o atendimento da população e dos trabalhadores do equipamento, pois, a estrutura não contempla toda a equipe, as salas não são ventiladas e não é possível a realização do distanciamento físico durante os atendimentos.

Para a Técnica 5, o CRAS Pajuçara está bem localizado no território, pois está em um ponto central do bairro, próximo ao Posto de Saúde e à Unidade de Pronto Atendimento (UPA), bem como a paradas de ônibus, facilitando tanto para as/os sujeitas/es, como para os funcionários do equipamento.

Segundo os técnicos que atuam no equipamento, a estrutura física do CRAS dificulta os atendimentos, situação radicalizada durante a pandemia. Os principais problemas citados pelos/as trabalhadores/as são: os ares-condicionados quebrados, salas sem ventilação, oscilação na internet e no serviço de telefonia e a dificuldade de agendar carros institucionais para a realização das visitas domiciliares. Segundo o relato do Técnico 6, isso é um ponto negativo, como podemos observar na sua fala a seguir:

Às vezes, tínhamos um pouco de dificuldade de executar o próprio PAIF por conta dessas questões estruturais, como por exemplo, o carro, a internet. Outra coisa a ser citada é a grande rotatividade de pessoal, a fragilidade dos vínculos empregatícios. Aconteceram muitos cortes em 2020. (TÉCNICO 6)

O Técnico 6 trouxe, em sua fala, também a fragilidade dos vínculos empregatícios, pois, dos oito trabalhadores entrevistados, 5 são concursados e 3 trabalham em regime de contrato. Segundo os técnicos contratados, é feita uma seleção, e o contrato é renovado a cada seis meses. Porém, entre 2020 até o fim da realização desta pesquisa, em março de 2022, utilizando como justificativa a pandemia, os contratos estavam sendo renovados anualmente, com data máxima até completar 4 anos. Segundo o Técnico 6, essa é uma realidade totalmente diferente de todos os outros municípios nos quais ele já trabalhou.

Mesmo reconhecendo a fragilidade dos vínculos empregatícios e a rotatividade de profissionais, o Técnico 6 aponta que a equipe, dentro das possibilidades do real, é empenhada e proativa, como podemos visualizar a seguir:

A equipe Pajuçara é muito comprometida, organizada, instrumentalizada. Uma equipe bastante estudiosa, eles estão sempre se atualizando, para atender a população da melhor forma possível, somos pioneiros em muitos instrumentos, criamos muitos instrumentos através das demandas que recebíamos que depois se espalharam para outros equipamentos, tinha uma visão de futuro muito boa dentro do equipamento, é uma equipe todos os setores se integram e que conversa muito bem com as outras políticas. (TÉCNICO 6)

A equipe técnica encontrada em 2020 era composta por uma coordenadora, duas assistentes sociais, um psicólogo, dois educadores sociais, duas pedagogas, quatro agentes administrativos e um porteiro. A pesquisa de campo foi realizada no primeiro trimestre de 2022, quando fomos informadas da saída do psicólogo e de um educador social. Entretanto, ainda assim conseguimos dialogar com o psicólogo que havia sido transferido para outro equipamento e com a Supervisora do PAIF (2017-2019), a qual estava atuando durante o recorte temporal desta investigação.

No começo da pandemia, entre março e abril de 2020, a equipe técnica atendeu, exclusivamente, as sujeitas por meio das redes sociais *Whatsapp*, *Facebook* e *Instagram*. Na segunda quinzena de abril de 2020, a equipe já estava se dividindo entre os atendimentos presenciais agendados e os atendimentos virtuais em regime de teletrabalho. De abril de 2020 até o primeiro trimestre de 2022, o CRAS estava funcionando em horário reduzido das 8h30 às 14h00. Nesse período, o único grupo presencial que estava acontecendo era o programa focado na primeira infância, ou seja, o Programa Criança Feliz²³, o qual acontecia mensalmente com, no máximo, 15 pessoas presentes.²⁴

²³ O Programa Criança Feliz, criado pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 8.869, de 05 de outubro de 2016, consiste num Programa vinculado ao Serviço PAIF, com objetivo de fortalecer o atendimento e acompanhamento às famílias que tenham, em sua composição, gestantes e crianças. Tal atendimento teve início em 2018, já em 2019, deu-se continuidade às ações de fortalecimento da Primeira Infância no SUAS, visando a atender as diretrizes do programa nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Abrigo Domiciliar,

À vista disso, os/as colaboradores/as desta investigação não se trata de um grande número de sujeitos/as, pois se compreende que o importante é o aprofundamento relacional com os/as interlocutores/as da pesquisa. Desse modo, como não se está buscando medidas estatísticas, mas sim aproximações com significados, vivências, não é necessário se trabalhar com amostras aleatórias, pelo contrário, o grupo de interlocutores é escolhido intencionalmente (MARTINELLI, 1994).

De acordo com Martinelli (1994), outro recurso metodológico considerável é a concepção do sujeito coletivo, no sentido de que aquele interlocutor escolhido tem uma referência grupal, expressando, de forma particular, o conjunto de vivências de seu grupo. Portanto, o importante não é o número de pessoas que serão entrevistadas, mas o significado que esses sujeitos possuem. A riqueza encontra-se no aprofundamento efetivo da relação avaliador-interlocutor e seu objeto de análise.

Em vista disso, as equipes dos CRAS e CREAS²⁵ adaptaram-se ao trabalho remoto e passaram a realizar atendimentos por meio das redes sociais, telefone e e-mail, ou seja, todas as formas possíveis foram utilizadas para não deixar a população de seus territórios desassistidos. Houve também atendimento presencial nas unidades, principalmente para concessão de benefícios eventuais, como auxílio-natalidade, auxílio-funeral e auxílio-alimentação (MARACANAÚ, 2020b).

O projeto de pesquisa passou pela aprovação da Plataforma Brasil, número do parecer 4.339.843, e pela Gerência de Gestão do Trabalho SUAS de Maracanaú. Em comum acordo, foi decidido que a pesquisa de campo iniciaria em janeiro/2022, em respeito às normas sanitárias do município. Diante da atual circunstância, a observação de campo (VELHO, 1980) foi restrita a atuação dos/as trabalhadores/as do CRAS com o objetivo de apreender como os profissionais do PAIF executam o serviço e como estão (re)formulando as intervenções da Política de Assistência Social em contexto de pandemia, já que, neste momento, as reuniões com as sujeitas do PAIF não estão acontecendo, as visitas domiciliares estão suspensas e a própria dinâmica da Política de Assistência Social está passando por mudanças.

cujo os usuários são gestantes com crianças de até três anos e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF); Crianças de até seis anos e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC); Crianças de até seis anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida protetiva prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei 8. 069/90 (MARACANAÚ, 2019).

²⁴ No tópico 3.2.1 Atendimento do PAIF em período de pandemia e isolamento social, explicaremos melhor como ocorreram os atendimentos virtuais e agendados durante a pandemia e durante a pesquisa de campo.

²⁵ O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é um equipamento público da política de Assistência Social, no qual são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou que tiveram seus direitos violados.

Foram realizadas nove entrevistas semiestruturadas (DUARTE, 2004), duas virtuais, por meio do *Google Meet*, e sete presenciais no CRAS. Cumpre destacar que as interlocutoras da pesquisa são membros da equipe técnica do PAIF e uma interlocutora acompanhada pelo serviço. Nessa esteira, foram entrevistadas a supervisora do PAIF do município, que atuou entre os anos de 2017 e 2019, a coordenadora do CRAS Pajuçara, duas assistentes sociais, um psicólogo, uma educadora social, duas pedagogas e uma interlocutora. As entrevistas tinham por objetivo compreender como os/as profissionais do PAIF executam o serviço no CRAS Pajuçara e entender como o PAIF alcança, em contexto de pandemia, as mulheres da Política de Assistência Social em Maracanaú/CE.

A entrevista com a supervisora do PAIF foi dividida em dois momentos virtuais, combinados inicialmente. A primeira parte ocorreu antes de começarmos as entrevistas no equipamento, em janeiro de 2020, e o segundo momento se deu após a finalização da observação direta e da conclusão das outras entrevistas, em março de 2022. A supervisora demonstrou, durante todo o período, ser acessível e disponível para contribuir com a pesquisa, tendo em vista que o tema da avaliação é de seu interesse pessoal e profissional. Cumpre destacar que as duas entrevistas realizadas passaram de duas horas de conversa, com muito material para análise e com uma transcrição superior a trinta laudas.

As outras interlocutoras também demonstraram interesse em participar das entrevistas, e as gravações de suas respectivas contribuições têm uma média de 20-40 minutos cada. A interlocutora escolhida partiu de uma sugestão da equipe técnica, com a justificativa que a interlocutora frequentava diariamente o equipamento, estava presente na maioria dos grupos e palestras realizadas pelo PAIF. Todas as entrevistas foram transcritas em sua totalidade.

Sobre a observação direta, realizamos, no mesmo período das entrevistas, durante as pausas e esperas, o que nos ajudou a entender ainda mais a dinâmica do equipamento, como também correlacionar com os dados e falas disponibilizadas. Dividimos o período de observação em dois momentos: primeiro foi realizado do lado de fora do CRAS, em uma praça, na qual as/os sujeitas/es esperam o equipamento abrir, e também se acumulam à espera das quentinhas fornecidas pela cozinha comunitária que funciona no equipamento, e o segundo momento foi feito na recepção, observando as primeiras informações fornecidas as/os sujeitas/es.

De acordo com Mendes (2009), a comunicação mediada pelo computador (CMC) consiste no uso direto de computadores em um processo de comunicação. A utilização da tecnologia pode ser um ótimo custo-benefício para a pesquisadora e também pode contribuir

para a análise de dados, tendo em vista que os dados disponibilizados pelo formulário já são tabulados a partir dos critérios escolhidos para construção do arquivo.

Como já discorrido nesta dissertação, a pesquisa utiliza a mescla de técnicas, a fim de apreender, em diferentes níveis, a mesma situação ou aspectos diferentes de um mesmo fenômeno, como nos indica Mendes (2009). É comum, na CMC, que as entrevistas sejam acompanhadas por formulários, com auxílio também do diário de campo. Mesmo no ambiente virtual, é possível tomar nota de comportamentos e gestos. Inicialmente, pensamos em utilizar questionários para os dados socioeconômicos para as entrevistas que aconteceriam em ambiente virtual, no entanto, ao dialogar com as/os interlocutoras/es, acordamos que seria melhor responder às perguntas mesmo durante a entrevista, por questão de tempo.

Essa mescla de técnicas, segundo Denzin e Lincoln (2006), coloca as pesquisadoras/avaliadoras como um *bricoleur*, ou seja, como alguém que costura colchas. A pesquisadora vai criando uma “colcha de retalhos” a partir de várias realidades e vários dados. É com a interpretação e a reflexão dessas informações que são costurados retalhos em retalhos até se formar uma visão de mundo. Entendemos que essa “colcha” é uma visão dentre várias que existem na sociedade.

As entrevistas vão além de relatos pessoais, assim, por meio delas, podemos compreender com maior abrangência o contexto social, político e econômico do objeto em estudo, bem como (re)conhecer o mundo em que o interlocutor está inserido. A hermenêutica auxilia nesse processo de exploração de conceitos e na interpretação dos discursos proferidos, facilitando a contextualização e a historicidade para a formulação de novas questões e problemas de pesquisa (SIDI; CONTE, 2017).

A entrevista semiestruturada é eficaz quando se precisa mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Portanto, quando a entrevista semiestruturada é bem realizada, permite a pesquisadora fazer uma espécie de mergulho em profundidade, levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações as quais se estabelece no interior daquele grupo/indivíduo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados (DUARTE, 2004).

Existe uma enorme dificuldade de analisar entrevistas semiestruturadas já que as respostas podem ser ricas em significados e excessivamente subjetivas. Na visão de Duarte (2004), é um mito achar que as entrevistas darão vozes aos membros silenciados. Na verdade, a voz que ecoará é a da pesquisadora que guiou a pesquisa, incluiu sua subjetividade durante

todo o trajeto por meio de recursos teóricos e acadêmicos, mesmo que esteja incorporada com a das interlocutoras, pois, a pesquisadora está em um lugar que emite poder. Isso, de forma alguma, desqualifica os saberes e as contribuições das interlocutoras. É apenas a afirmação de que a pesquisadora definiu seu objeto de estudo e precisa reconhecer.

Velho (1980) e Duarte (2004) comentam sobre o cuidado que se deve ter com a subjetividade, principalmente, ao analisar o material coletado. Os autores sinalizam que se deve ter o cuidado de não extrair somente fragmentos que respondam às hipóteses da pesquisa. Além disso, é necessário analisar de forma ética e trazer para os resultados as falas dentro da confiabilidade que as interlocutoras depositam na pesquisadora, respeitando suas respostas e dando legitimidade ao material empírico. Entretanto, isso também não quer dizer que todo o material será interpretado e deve ser divulgado. Não se pode perder dos objetivos traçados, inicialmente, apesar de manter a flexibilidade diante dos achados em campo.

Acreditamos, assim como Duarte (2004), que a entrevista é um método mútuo, pois as entrevistas são essenciais para a finalização e para a coleta de dados. Ela também oferece a oportunidade de os profissionais refletirem sobre assuntos, possivelmente, naturalizados em seus cotidianos, contribuindo para a possibilidade de reavaliar as intervenções práticas que passam despercebidas, dando novos ângulos para as problematizações em que suas atuações profissionais estão submersas.

Após a coleta de dados, o material foi organizado e categorizado seguindo critérios relativamente flexíveis e preliminarmente definidos, de acordo com os objetivos da pesquisa. Foi um trabalho custoso, entre transcrever todas as entrevistas, mapear e categorizar todas as falas (DUARTE, 2002).

Logo após essa primeira etapa de coleta de dados, a técnica utilizada para análise foi a análise de conteúdo (MORAES, 1999) para compreensão dos dados, com o objetivo de interpretar o conteúdo dos textos, os significados das ações observadas e os discursos orais em um nível que vai além do senso comum. Isso se deu para que, dessa forma, não se perca a essência do material coletado e, de modo amplo, seja possível alcançarmos os objetivos propostos.

A análise de conteúdo, segundo Bardin (1979), é um conjunto de técnicas de análise de comunicação, que busca obter – por métodos sistemáticos e por objetivos de descrição do conteúdo das mensagens – discursos indicadores que permitam a inferência de conhecimento relativo às condições de produção dessas mensagens, seguindo as três etapas: 1) Pré-análise; 2) Exploração do material; 3) Tratamento dos resultados, explanadas anteriormente.

De acordo com Oliveira (1998), após o olhar e o ouvir, os quais seriam a primeira etapa da pesquisa, chegamos à segunda etapa: o escrever, traduzido em uma etapa um tanto quanto mais crítica. No escrever, relatamos, no papel, de forma conclusiva, o que conseguimos abstrair durante o percurso da pesquisa, assim como também as anotações realizadas no diário de campo.

Escrever consiste em uma nova forma, trata-se de um empreendimento bastante complexo, já que é nesse momento que tudo se encontra – o antes do campo, o estar no campo e o pós-período do campo –, articulados com o ambiente acadêmico. Escrever é um ato simultâneo ao nosso pensar, como lembra Oliveira (1998).

Com esse trajeto teórico-metodológico adotado, buscamos profunda aproximação com os espaços reais e simbólicos das/os interlocutoras/os envolvidas/os no PAIF, levando em consideração as relações dialéticas entre família, gênero e classe social, trazendo, assim, para esta pesquisa, uma discussão plural sobre a atuação da Política de Assistência Social em tempos de pandemia e as implicações no trabalho da equipe técnica e, em consequência, na vida das sujeitas dessa política pública.

3 CONTEXTO SOCIAL, ECONÔMICO E POLÍTICO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

“Você que inventou esse estado
E inventou de inventar
Toda a escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar
O perdão”

(Apesar de você – Chico Buarque)

Neste capítulo, buscamos trabalhar o eixo da análise de contexto da formulação da política de Assistência Social, atentando-se para a trajetória institucional da política, em âmbito nacional e municipal. Para isso, fizemos um breve contexto sócio-histórico econômico da política, compreendendo e problematizando os percalços trazidos pelo Estado neoliberal, que ora se apresenta como máximo para classes dominantes e mínimo para os pobres, situação que se acirra durante a pandemia da Covid-19 e, conseqüentemente, implica diretamente nos serviços e programas sociais.

A construção da Política de Assistência Social no Brasil, historicamente, não ocorre de forma linear, o seu percurso é marcado por movimentos de avanços, retrocessos e contradições. Essa política pública é afetada direta e indiretamente por limites e dificuldades, ora sendo vista como uma política pública não contributiva e universal, ora como um conjunto de práticas assistencialistas marcadas pela presença do patriarcado, conservadorismo e do patrimonialismo (SILVA M., 2019).

Na década de 1930, no Brasil, as intervenções da Assistência Social eram realizadas pelas famílias tradicionais, em específico por mulheres, a partir de ações de caridade e bem-estar. Essa visão de subsidiariedade distanciava a responsabilidade estatal, transferindo essa obrigação para família, comunidade e sociedade civil.

Em 1940, ocorreram alguns avanços durante o governo populista de Getúlio Vargas, foram conquistados direitos como o salário-mínimo, o Ministério da Educação e da Saúde e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em consequência dessas conquistas, surge a concepção de proteção social pautada em valores éticos e paradigmas democráticos cívicos (PEREIRA, 2008).

Em um resgate internacional, após a II Guerra Mundial, Sposati (2008) lembra que os ingleses e franceses conseguiram fechar um tratado entre “Estado-mercado-sociedade”

para fazer nascer a proteção social de cidadania para todos, garantida por serviços públicos custeados pelo orçamento estatal, cuja receita decorria do pagamento de impostos e taxas dos cidadãos. Seguindo os mesmos passos, o Plano Beveridge, de 1942, é um marco importante para a construção da seguridade social britânica, a qual contemplava o seguro saúde, seguro acidente de trabalho e a aposentadoria (PEREIRA, 2008).

Entre 1954-1964 os direitos sociais no Brasil ainda estavam marginalizados na sociedade brasileira. Segundo Potyara Pereira (2008), os planejamentos centrais dos governos desse período giravam em torno de serviços de rentabilidade e do crescimento industrial, incluindo como direito apenas a educação, como forma de preparar os recursos humanos para assumir funções no mundo econômico.

Em seguida, o período da ditadura militar ocorreu entre 1964-1985, com planos para o modelo econômico, os quais apresentavam características concentradoras e excludentes. Desse modo, a concepção de política social continuava com a perspectiva em prol ao desenvolvimento econômico, privilegiando as indústrias, oprimindo as organizações dos/as trabalhadores/as e sindicatos, e sem avanços sociais concretos.

Institucionalmente, as mudanças começaram a partir da década de 1980, pois a grande mobilização da sociedade civil deu forças para o movimento das “Diretas já”, que culminou com o fim da ditadura militar (1964-1985). E a Constituição Federal de 1988 veio para concretizar a redemocratização do país.

A CF de 1988, pelo artigo 194, instituiu a seguridade social, um conjunto integrado de ações destinadas a assegurar os direitos à Assistência Social, à saúde e à previdência. Assistência Social é reconhecida pelos artigos 203 e 204, passando a ser dever do Estado, independente da capacidade contributiva do indivíduo e universal para aqueles que dela necessitam.

Para Pereira (2008, p. 187), “[...] concretizar os direitos sociais significa prestar à população, como dever do Estado, um conjunto de benefícios e serviços que lhe é devido, em resposta às suas necessidades sociais”. Na visão de Ivanete Boschetti (2003), a inclusão da Assistência Social no sistema de seguridade social, com as políticas de saúde e previdência, está provocando, desde então, transformações legais e institucionais.

A década de 1980 foi marcada pela instabilidade financeira e pela hiperinflação. Entretanto, Mota (2008) fundamenta que a Assistência Social contribuiu para a expansão de um posicionamento democrático, compreendendo o movimento contraditório que ela se alinhava:

[...] enquanto avançam a mercantilização das políticas de saúde e previdência, restringindo o acesso e os benefícios que lhes são próprios, a Assistência Social se amplia, na condição de política não contributiva, transformando-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil. (MOTA, 2010, p. 133 - 134)

Diante dessa conjuntura, “a conjunção entre expansão pública e mercantilização faz parte das proposições neoliberais, postuladas como assecuratórias da equidade, cujo princípio é dar mais a quem tem menos” (MOTA, 2008, p. 140). Esse é um dos motivos da autora reconhecer a Assistência Social como um mito social, pois:

[...] o Estado capitalista amplia o campo de ação da Assistência Social ao mesmo tempo em que limita o acesso à saúde e à previdência social pública. Não se trata de uma visão estreita ou residual da política de Assistência Social – seja ela concebida como política setorial ou intersetorial [...]. (MOTA, 2008, p. 141)

Por conseguinte, a carta magna de 1988 repudia o conceito de população beneficiária como marginal, o que reforçaria a revitimização e a culpabilização do indivíduo, tendo em vista que as necessidades advêm da estrutura social e não do caráter pessoal, problematizando o viés social conservador reconhecido, até então, pelas práticas assistencialistas. A partir disso, surgiu a necessidade de criar um sistema, como nos aponta Sposati (2008, p. 42):

A necessidade da criação de um sistema de Assistência Social descentralizado, participativo e com garantias de alocação dos recursos financeiros, superação da fragmentação, da descoordenação, da superposição de programas sociais, introdução do controle do setor público sobre os recursos repassados às entidades privadas com mecanismos de avaliação e controle social, são todas demandas que aparecem na argumentação do Senador e relator da Constituição com todas as letras e fontes de consulta.

Esse novo sistema começa a ser articulado na Conferência Zero da Assistência Social, onde é aprovado o texto básico do projeto da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a qual foi regulamentada em 07 de dezembro de 1993. A LOAS foi construída com base em uma educação democrática que não consente que os profissionais falem pelas/os sujeitas/es. Ela veio para ser pedagógica e para dialogar com a população na ação, na decisão e na avaliação, distanciando-se do posicionamento moral republicano liberal (SPOSATI, 2008).

Em Maracanaú, na década de 1980, acompanhando os avanços institucionais, foi criada a Secretaria de Promoção Social pela Lei n° 016, de 27 de maio de 1985, durante a administração do primeiro prefeito eleito no município, Almir Freitas Dutra.

Sua primeira gestora foi a primeira-dama do município, que realizava trabalhos com idosos e ações conjuntas com creches conveniadas e entidades comunitárias. Contudo,

com o assassinato do referido prefeito, o município passava por consequências de ordem política que acarretaram a intervenção do Estado para garantir a “ordem” até que fossem realizadas novas eleições (ROSA, 2011).

Na década de 1990, em âmbito nacional, assume o presidente Fernando Henrique Cardoso, que insere o projeto neoliberal no Brasil. O neoliberalismo surge com uma nova roupagem, a qual prioriza a dominação política e econômica. Entretanto, em tese, o Estado passa a intervir em questões sociais, apesar da propensão focalizada e seletiva das políticas sociais, ao redirecionar investimentos para educação, saúde e infraestrutura.

Acompanhando o cenário internacional, o Brasil passa por intensas remodelações societárias, ficando no impasse entre a política econômica de ajuste fiscal e a política de proteção social. Contudo, compreendemos que existe uma sobreposição da política econômica. Com isso, o Brasil passa a enfrentar o desafio de manter o compromisso social-democrata, ao fazer diversas escolhas políticas neoliberais (DRAIBE, 2002).

Nos países latino-americanos, a tendência reformista neoliberal caminhava para a descentralização (potencializando a eficácia do gasto), privatização (forma de alívio da crise fiscal, redução do desperdício do gasto público e incentivo ao mercado) e concentração dos programas sociais em grupos sociais em situação de extrema pobreza (direcionando a atenção para grupos selecionados, em situação de urgência) (DRAIBE, 1993).

Para Draibe (2002), o Brasil não vivenciava um declínio intenso na proteção social na década de 1990. De maneira oposta, as reformas efetivadas pós-Constituição averiguavam a efetivação positiva do universalismo dos direitos. No entanto, as desigualdades sociais e a pobreza encontravam fonte de persistência na natureza estrutural do capitalismo para além das políticas sociais.

O Brasil detém uma estrutura social profundamente desigual, o que demanda uma longa trajetória para a efetivação de um sistema de proteção social com orientação democrática. Contudo, é inegável o avanço emergente no período da redemocratização do país, a partir da democratização das políticas públicas, na facilitação do acesso e eficácia dos gastos públicos no âmbito social, com foco em questões como a equidade na aplicação dos direitos (DRAIBE, 2002).

O Conselho Nacional de Assistência Social teve papel central nesse momento, no qual a política foi elaborando suas características democráticas. Mota (2008) percebe a seguridade social – como mediação da reprodução social – como “totalidade da esfera da reprodução material da força de trabalho, nela incluída a reprodução das contradições sociais e as lutas de classe” (p. 135).

Nesse período foi reconhecido também pela dualidade da “privatização e da assistencialização da proteção social, instituindo, ao mesmo tempo, as figuras do cidadão consumidor e do cidadão pobre” (p. 135). Nesse mesmo momento, a Assistência Social traz duas novas questões: “[...] O retrocesso no campo dos direitos já consolidados na esfera da saúde e da previdência e a relação entre trabalho e Assistência Social em tempos de desemprego e precarização do trabalho” (MOTA, 2008, p. 137).

Para amenizar as consequências da forte atuação do mercado neoliberal, o Estado precisava se colocar na sociedade por meio de políticas sociais que alcançassem, de forma urgente, pelo menos, os pobres dos mais pobres. Então, a LOAS, que foi a primeira regulamentação infrainstitucional, atualizada pela Lei 12.436, de 6 de julho de 2011, indicava uma nova perspectiva dos direitos, da universalização do acesso e da responsabilidade estatal.

A LOAS inovava pelo caráter não contributivo, independente da contribuição à seguridade social e para além dos interesses do mercado (YAZBEK, 2014). Dessa forma, o direito à Assistência Social é dever do Estado, e não compensação do mercado, combinando com proteção e segurança social (SPOSATI, 2008).

Não obstante, a Assistência Social passa a ser a “solução de todos os problemas” para a burguesia, assumindo toda responsabilidade deixada pela previdência e a saúde, com objetivo de combater a pobreza e as desigualdades existentes, sem uma mínima estrutura administrativa e orçamentária para isso. A autora posiciona-se diante da seguridade social, como: [...] produto histórico das lutas do trabalho na medida em que respondem pelo atendimento de necessidades inspiradas em princípios e valores socializados pelos/as trabalhadores/as e reconhecidos pelo Estado e pelo patronato (MOTA, 2008, p. 143).

Para Mota (2008), diante das transformações societárias, a questão social adquire novos significados a partir da exclusão, ausência de cidadania e direitos sociais, que não conseguem ser superados unicamente pela atuação das políticas sociais. Para Mota (2008, p. 145):

A impossibilidade histórica de o capitalismo superar as sequelas sociais e materiais do processo de acumulação é incontestável. Todavia, é possível utilizar meios para enfrentá-las no limite da ordem burguesa, como parte da luta social. A luta por direitos e institucionalização da seguridade social se dá no limite da emancipação política.

Nesse período, ocorre a substituição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar pelo Programa Comunidade Solidária (PCS), em resposta emergencial para lutar contra a fome no país. O programa que foi amadrinhado pela primeira-dama, Ruth Cardoso, objetivava, dentro da Rede de Proteção Social vigente, associar entidades privadas e

organizações não governamentais em prol de pensar e efetivar políticas sociais. O PCS recebeu várias críticas durante a 1ª Conferência Nacional de Assistência Social, pelo seu caráter pró-filantrópico focalizado e por dar preferência a ações seletivas em vez de expandir as políticas sociais de caráter universal (IVO, 2008).

Segundo o autor Sitcovsky (2008), o processo de reforma do Estado esteve alinhado ao receituário neoliberal. O PCS é um exemplo disso, tendo em vista que suas ações eram insuficientes e descontinuadas sob apelo da solidariedade e de parcerias público-privadas. Erroneamente, os programas baseados na solidariedade, filantropia e voluntariado perpetuam a imagem de caridade da Assistência Social, que se renova em momento de crise aguda.

Em Maracanaú, com a posse do prefeito Júlio César Costa Lima (Partido Municipalista Brasileiro – PMB), em 1989, ocorreram mudanças significativas na Política de Assistência Social. Com a promulgação da Lei nº 795, de 18 de dezembro de 2000, a Secretaria de Ação Social foi associada à Secretaria de Saúde. A associação viabilizou um trabalho fragmentado e desarticulado entre as duas secretarias (ROSA, 2011).

A exemplo do Governo Federal, a primeira-dama do município, Meire Costa Lima, em 2000, assumiu a gestão da Secretaria de Saúde e Ação Social. Os serviços oferecidos restringiam-se à assessoria jurídica, ao departamento de apoio comunitário e ao apoio à criança e ao adolescente. Entretanto, segundo Rosa (2011), em sua pesquisa de dissertação, aponta que o município buscava acompanhar as mudanças trazidas pela LOAS para estruturar e sistematizar o trabalho na Assistência Social e, para isso, contou com a ajuda do Estado para contratar uma equipe técnica (ROSA, 2011).

Em 2003, a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos/as trabalhadores/as – PT) 2003 – 2011 surgiu como resposta à crise de estratégia neoliberal. O país vinha de um período marcado por baixos índices de crescimento econômico, acarretando problemas na economia e na sociedade, a qual se tornava cada vez mais desigual e menos amparada por políticas sociais (CASSIN, 2015).

No Governo Lula, temos a criação do Ministério da Assistência Social e a elaboração de diversos documentos oficiais, os quais contribuíram ainda mais para o distanciamento do caráter assistencialista que a Assistência Social carregava. O primeiro deles foi a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), a qual materializava o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS define e organiza, em território nacional, os elementos essenciais à execução da política de Assistência Social, por meio de eixos estruturantes.

Os programas sociais criados no Governo Lula marcaram profundamente seus mandatos, o que popularizou o presidente mundialmente. Programas como Fome Zero (2003) e Bolsa Família (2004) ganharam centralidade na tentativa de reduzir as desigualdades sociais e retirar o Brasil do mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU). No aspecto econômico, até o final do governo Lula, o índice PIB *per capita*²⁶ aumentou consideravelmente (GRABOIS, 2007).

Cassin (2015) explicita que os meios utilizados pelo Partido dos/as trabalhadores/as para atingir a Presidência do país foi efetivado por intermédio de um presidencialismo de coalizão, no qual a hegemonia burguesa era preservada, na medida em que lideranças de trabalhadores e das classes mais populares apoiavam sua eleição. Assim, por meio dessa coalizão, o Governo Lula adquiriu governabilidade para empreitar conquistas sociais, preservando a ordem societária vigente.

Em 2011, Dilma Rousseff (PT) foi eleita como a primeira mulher presidenta do Brasil e, em 2014, foi reeleita, permanecendo até 2016. Em dados estatísticos, a presidenta foi eleita pelo Nordeste do país, região com maior número de beneficiários dos Programas Sociais vigentes e com a população mais pobre do país²⁷ (SINGER, 2010 *apud* CASSIN, 2015).

Em Maracanaú, atualmente, existe a Secretaria de Assistência Social e Cidadania, localizada na Av. II, n° 150 – Centro Administrativo – Jereissati I. A desvinculação com a Secretaria de Saúde foi possível a partir da criação da Lei n° 986, de 7 de janeiro de 2005, articulada pela gestão do município, do prefeito Roberto Pessoa (2005-2012). As mudanças administrativas garantiram maior autonomia ao órgão, cujo propósito é atuar como comando único na esfera municipal. A transição culminou em 2006, com a implementação de centros de referências para execução direta dos serviços de proteção social (ROSA, 2011).

Em 2005, o município possuía 5 polos de convivência, 1 CRAS, 1 abrigo e 1 equipamento de Proteção Social Especial. Em 2009, esses números cresceram para 6 polos de convivência, 6 CRAS, 1 restaurante popular, 1 CREAS, 1 abrigo e 1 Centro de Convivência do idoso. Em 2020, o Maracanaú conta com 11 CRAS, 1 Centro de Convivência do Idoso, 1 Centro de Convivência Social, 1 Unidade de Recebimento e Distribuição da Agricultura

²⁶ PIB *per capita* é o produto interno bruto – soma de todos os bens –, divididos pela quantidade de habitantes de um país.

²⁷ As estruturas do Estado e os percursos da Política de Assistência Social, entre 2015-2020, serão melhores analisadas no tópico 3.1 – “Trajetória institucional da política de Assistência Social em âmbito nacional e municipal” (2015-2020), tendo em vista que este é o período foco desta investigação.

familiar, 6 Cozinhas comunitárias, 1 Restaurante popular, 1 Centro Pop, 1 CREAS e 1 Banco de alimentos.

Ainda assim, o crescente número de equipamentos institucionais não é sinônimo de rupturas e/ou novas práticas, não sendo possível avaliar a qualidade dos serviços ofertados somente pela melhoria dos equipamentos. É necessário que esse número esteja articulado com equipes técnicas competentes e com condições básicas de trabalho, que os princípios e diretrizes da política sejam respeitados e que haja um bom orçamento disponível para regulação dos serviços, programas e benefícios.

Para Rosa (2011) as ações da nova secretaria, mesmo com todo aparato legal, continuavam com as práticas assistencialistas e paternalistas presentes no cotidiano da gestão e dos equipamentos institucionais. Sobre o repasse financeiro, a autora aponta uma preponderância de investimentos nos programas de transferência de renda, deixando de lado ações socioassistenciais articuladas em prol da superação da pobreza, do fortalecimento de vínculos e da autonomia dos sujeitos, reforçando a perspectiva da focalização da política em determinados segmentos. É contraditório o SUAS apontar numa direção, e o financiamento público apontar noutra.

Mesmo com todas as contradições apresentadas neste tópico, a Política de Assistência Social é um espaço para a defesa e atenção dos interesses e das necessidades sociais dos segmentos mais empobrecidos da sociedade, configurando-se como estratégia fundamental no combate à pobreza, discriminação e subalternidades econômicas, cultural e política, na qual vive grande parcela da população brasileira.

No item a seguir, atentamo-nos ao período 2015-2020, com ênfase no contexto de pandemia, da Política de Assistência Social, em âmbito nacional e municipal, e como as transformações econômicas e políticas afetam a operacionalização dos serviços e programas da política, e na realidade das mulheres, reforçando o neoconservadorismo, o patriarcado e a miséria.

3.1 Trajetória institucional da política de Assistência Social em âmbito nacional e municipal

Os Governos Petistas (2003-2016) formaram, para alguns autores, a “Era Neodesenvolvimentista” do Brasil, ao promover algumas mudanças em relação aos governos anteriores. Suas políticas buscavam o crescimento econômico e social em articulação com o fortalecimento do capitalismo. Para explicar esse movimento contraditório, podemos citar a

dinâmica criada pelos Programas de Transferência de Renda, os quais atendiam aos interesses da burguesia, em vez de romper com a política neoliberal iniciada na década de 1990.

Entretanto, a classe trabalhadora alcançou conquistas importantes durante as presidências de Lula da Silva e Dilma Rousseff. O Programa Bolsa Família, por exemplo, contribuiu positivamente para a diminuição da pobreza, mesmo que os Programas de Transferência de Renda tenham mantido um caráter compensatório, focalizado e seletivo (SOUZA; HOFF, 2019).

Seguindo a lógica neoliberal, os recursos das políticas sociais são reduzidos e transferidos para o pagamento dos juros da dívida pública, e as políticas sociais devem ser direcionadas apenas para os mais pobres entre os mais pobres (FILGUEIRAS, 2006). O que identificamos ao analisar esse percurso é um direcionamento para sistematização e integração das políticas sociais, bem como um crescente investimento em programas assistenciais focalizados no enfrentamento da pobreza, com ênfase nas Transferências Condicionadas de Renda.

A Coordenadora 2 corrobora o citado acima e nomeia os governos petistas de “governos progressistas”, além disso, reconhece que é nessa gestão que as políticas públicas ganham destaque na agenda governamental. A partir disso, discorre sobre a relação contraditória das políticas sociais e sobre a manutenção do capital. Diante disso, ela entende que a política de Assistência Social possui seus limites, assim como as outras políticas públicas, pois sua trajetória arcaica é algo difícil a ser superado, como podemos observar em sua fala:

Quando você tem os governos progressistas e aí dentro da assistência é onde a gente cresceu, se você olhar para história da Assistência Social, ela verdadeiramente cresce a partir do governo Lula. (...) O Fernando Henrique apostou tudo na sociedade civil, na época do terceiro setor. (...) Eu não tinha unidades públicas estatais que dissesse aonde é que eu entro nessa política, aonde eu vou procurar primeiro. Isso só se deu a partir da estruturação do sistema em 2005 (...) Ali você organiza o sistema aí você diz como é que vai ser a gestão, a gestão vai ser o sistema descentralizado e participativo denominado SUAS. Mas eu vou te dizer que hoje, diante do que eu já estudei, do que eu já operei, do que eu já vivi com essa política falta verdadeiramente uma incorporação do que seja a Assistência Social no direito. Inclusive, pelos que defendem ela como direito. Porque, no fundo, o peso cristão é muito forte, o peso do clientelismo é muito forte, o peso da cultura e da formação da sociedade brasileira é muito forte. (COORDENADORA 2)

De acordo com Garschagen (2007), os gastos sociais do governo federal cresceram de R\$ 179,8 bilhões para R\$ 312,4 bilhões entre 1995 e 2005, com um incremento de 74% no período, agregando valores da ordem de R\$ 11 bilhões ao ano, em média, às

políticas sociais. Então, mesmo que os Governos petistas tenham feito acordos com a burguesia, não podemos deixar de citar o alto investimento social para a população pobre.

No município de Maracanaú, tivemos, no Governo, o Prefeito José Firmo Camurça Neto (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), entre 2013 e 2020. Em 2014, o prefeito recebeu o prêmio Objetivo e Desenvolvimento do Milênio (ODM Brasil), premiação organizada pela ONU, em homenagem à Rede de Segurança Alimentar do município, e foi eleito também um dos Melhores Prefeitos do Ceará em 2017/2018. Entretanto, as acusações de corrupção e nepotismo eram frequentes em seu mandato, muitos cargos de gestão eram preenchidos por membros de sua família e da família do ex-vice-prefeito Roberto Pessoa (PSDB).

Partindo para dados estatísticos, de acordo com o IBGE (2017), mais de 25% da população brasileira vive em situação de pobreza, obtendo renda familiar de, em média, R\$ 387,07. O maior índice concentra-se na região Nordeste do Brasil, contabilizando cerca de 43% da população. As crianças, entre 0 e 14 anos, encontram-se enquadradas, em sua quase maioria, nessa conjuntura, pois 42% localizam-se em condição de pobreza.

Sobre os indicadores da pobreza extrema, o Brasil concluiu o ano de 2016 com 24,8 milhões de brasileiros vivendo com renda inferior a $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo por mês. Os dados indicam um aumento de 53% na comparação de 2014, isso significa que 12,1% da população do país passou a viver na miséria, conforme aponta a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), divulgada pelo IBGE (2017) (SILVA M., 2019).

Partindo para o aspecto regional, entre os anos de 2006 e 2015, o Ceará apresentou a maior redução de pobreza (-42,1%). Entretanto, a partir de 2014, o quadro é revertido. Entre os anos de 2016 e 2017, o Nordeste aumentou esse percentual (9,2% em 2016 e 11,2% em 2017) relacionado a pessoas em extrema pobreza (IPECE, 2017).

Como o foco deste tópico é o período de 2015-2020, a problematização encontra-se no esgotamento da gestão do Governo Dilma, entre 2014-2015, o qual ocorreu como consequência do Golpe de 2016. Para Souza e Hoff (2019), o governo adotou uma política econômica de austeridade fiscal, regime de metas de inflação e câmbio flutuante, em contrapartida ao neodesenvolvimentismo.

Para Leda Paulani (2006), os Governos Petistas estão alinhados ao neoliberalismo, mesmo com o grande avanço nas políticas sociais, pois favoreceram a plataforma de valorização financeira internacional, a partir de uma política ortodoxa entre os mercados internacionais de capitais. Isso se deu justamente por suas políticas sociais manterem o caráter

compensatório, como afirmam Souza e Hoff (2019), tendo em vista que essas políticas não possuem potencial para promover a “inclusão”.

Apesar da tentativa de manter o pacto de consenso traçado por Lula em seus dois governos, o período de Dilma foi marcado por constantes ataques da oposição política e da burguesia brasileira, os quais iniciaram, com entusiasmo, o processo de impeachment. As políticas sociais que tiveram centralidade nos anos 2000 perderam a vez, o que culminou em cortes em programas sociais, recessão econômica, agravamento do desemprego e falta de recursos na saúde e na educação pública (HOFF; SOUZA, 2019).

A presidenta Dilma foi acusada de realizar pedaladas fiscais²⁸ e edição de decretos de crédito suplementar, sendo indiciada por exercer crime de responsabilidade e improbidade administrativa. Apesar de diversos processos de resistência, falta de provas consistentes e ausência de crime administrativo explícito, o processo de acusação contra Dilma terminou vitorioso na Câmara dos Deputados e no Senado. O impeachment efetivou-se em agosto de 2016. No tópico a seguir, deter-nos-emos aos caminhos e trajetos que levaram ao Golpe de 2016.

3.2.1 As políticas neoliberais e a estrutura do Estado brasileiro que fortaleceram o golpe de 2016

Para analisar o Golpe de 2016, no Brasil, devemos nos atentar para a estrutura do Estado e para o contexto geopolítico de intensificação das políticas neoliberais mundiais (CARVALHO; GUERRA, 2017). O Estado brasileiro e a economia do país apresentam particularidades em relação aos aspectos neoliberais mundiais e à imposição do ajuste fiscal.

Conforme Leda Paulani (2010), o Estado brasileiro sempre funcionou como impulso para o processo de acumulação. Quando o Estado se retira, por causa das características do neoliberalismo, a acumulação produtiva estagna e depois retrocede. Atualmente, a economia brasileira é financeirizada, completamente dependente do capitalismo rentista dominante, sendo o Estado o instrumento fundamental para a acumulação dos recursos rentistas internos e externos.

Seguindo essa linha de raciocínio, para Mészáros (2002), existe um sistema sociometabólico do capital que está apoiado no tripé: trabalho assalariado, Estado e capital. Diante disso, não é possível o empreendimento socialista sem a derrota desse tripé. Para o

²⁸ Pedalada fiscal é o termo utilizado para nomear a prática do Tesouro Nacional de atrasar, de forma proposital, o repasse de dinheiro para bancos.

autor, o Estado foi criado por meio da sua necessidade de inter-relação recíproca com o desenvolvimento histórico do capital, não apenas criado por ele, mas também pelo seu papel ativo na construção do sistema do capital, o qual assume a estrutura hierárquica de comando do complexo.

Ainda citando Mészáros (2002), o Estado, com sua estrutura hierárquica de comando no sistema capitalista, tem como fundamento principal a preservação das condições para a existência do sistema sociometabólico, sendo assim, faz com que o capitalismo intensifique a lógica devastadora que afeta diretamente as condições sociais da população.

O capitalismo contemporâneo possui, essencialmente, uma natureza espoliadora, que significa uma permanente e recorrente prática de acumulação primitiva, de caráter duradouro. Diante disso, o processo de desenvolvimento capitalista e a reprodução da ordem social possuem uma relação contraditória das lógicas do território e do capital, sendo considerado, a todo o momento, o histórico-geográfico dado, uma ou outra dessas lógicas pode predominar (HARVEY, 2004).

À vista disso, Paulani (2010) compreende que o Estado possui possibilidades para transformar o cenário devastador brasileiro, seguindo para uma vertente mais autônoma em seu processo de desenvolvimento. Na falta dessa transformação, o Brasil continuará renovando seus traços de dependência aos capitais centrais. Logo, “não será possível então manter as modestas conquistas sociais conseguidas na última década, menos ainda avançar na direção desejada, de um país mais igualitário, com uma fratura social menos exposta, com direitos verdadeiramente universais” (PAULANI, 2010, p. 14).

A crise do capital inicia no pós-guerra, e, a partir da década de 1970, existe uma intensificação dessa crise. Cumpre destacar que as condições criadas por ela traziam para o debate a revolução socialista. Além disso, verificamos que o capitalismo possui crises cíclicas criadas, as quais possuem limites estruturais que as tornam incapaz de deslocarem-se diante das contradições acumuladas. Isso ocorre porque a crise possui caráter universal e um alcance global, não se limitando a um número específico de países, além disso, ela avança em escala temporal permanente. Assim sendo, a crise detém um desenvolvimento sub-reptício, com reflexos do sistema passado e com grandes convulsões para o futuro, dada a contínua destruição dos aparatos de controle das contradições do capitalismo (MÉSZÁROS, 2002).

Isso posto, o Estado e o capital apresentam uma complementaridade em sua base material, por consequência o Estado não é um espaço neutro de mediação para a solução das contradições orgânicas do sistema. Pelo contrário, ele é uma esfera reconciliadora entre os

elementos produtivos, os antagonismos e os conflitos existentes, possuindo um papel fundamental na tríade que sustenta o sistema sociometabólico (MÉSZÁROS, 2002).

Desse modo, o Estado moderno é representante dos interesses da burguesia, formando a materialidade do sistema do capital, que se articula com a estrutura da ordem sociometabólica capitalista, a qual busca manter sua lógica orientada pela acumulação e pela expansão. Além disso, são as necessidades particulares da classe burguesa que apontam o que deve ser realizado na esfera da administração. À vista disso, “o Estado moderno, imensamente ‘inchado’ por novas profissões e pela burocracia excessiva que lhe corporifica, ‘em si é totalmente inconcebível sem o capital como função sociometabólica’” (BIZERRA; GOIS, 2014, p. 5).

Para os autores, o Estado possui um papel decisivo no processo da atividade capitalista, pois, em associação com a constitucionalidade burguesa, possui características fundamentais para a longa geografia histórica do capitalismo (HARVEY, 2004; MÉSZÁROS, 2002).

Sendo assim, a condição favorita para o capitalismo é um Estado burguês que garanta e construa estruturas de regulação para conter conflitos de classes e institua regras contratuais legalmente garantidas. Logo, o Estado é forte quando possui poderes de polícia e o monopólio dos meios de violência, os quais garantam uma estrutura institucional para sustentar o capital (HARVEY, 2004).

A teoria de Harvey (2004) é construída a partir de duas determinações, a lógica privada de acumulação, o que ele nomeia de processo molecular de acumulação de capital; e a lógica territorial, que é sustentada na regulação social, aproximando, assim, Harvey das chamadas teorias da regulação, sendo também um conceito já trabalhado por Marx.

Para o autor, a regulação acontece fora do âmbito do Estado, entretanto, ela está diretamente ligada à lógica molecular da acumulação do capital, ou seja, mesmo que indiretamente, o Estado encontra-se nesse processo (HARVEY, 2004).

O autor inclui, ao Estado, uma atribuição virtualmente indispensável, que vai além do relacionamento com o efeito regulador do ambiente econômico. Na ausência daquele, o sistema inteiro das instituições de mercado ficaria desprotegido das garantias legais. Destarte, o Estado é uma instituição que tem funções bem definidas no processo de regulação, tendo como função essencial a garantia do dinheiro. Por isso, o seu papel seria essencialmente o monitoramento das taxas de câmbio e dos fluxos monetários externos, o que reconhecemos por política macroeconômica.

Assim sendo, o Estado é uma instância que coexiste com a reprodução econômica do capital. Dessa forma, a atuação reguladora do Estado burguês não possui uma natureza revolucionária, pois a sua principal funcionalidade é a reprodução da dominação de classes, sendo impotente para a emancipação dos indivíduos.

Essa explanação é necessária para a compreensão da possibilidade de uma futura superação das amarras do capital, da mesma maneira que se deve romper com as proposições reformistas que escondem as legítimas características do Estado regido pelo capital, ao pensar sobre a imaginação de que a PAS pode “incluir” e superar as mazelas do Estado capitalista (BIZERRA; GOIS, 2014).

Acentuamos, ainda, o projeto neoliberal implantado no Brasil em 1990, o qual possui seus antecedentes teóricos nos escritos de Hayek e começa a ter ascensão com a experiência chilena em 1973, até espalhar-se pelo mundo na década de 1980 (MONTAÑO, 2001). No entanto, essa estrutura de Estado neoliberal, que intervém diretamente na economia, torna-se um problema após a Constituição de 1988, pois um Estado com tantas demandas sociais não teria como garantir ganhos reais às aplicações financeiras (PAULANI, 2006).

Dentro desses modos, o Brasil configura-se como o elo mais forte do imperialismo neoliberal na América Latina. Entretanto, apresenta uma contradição abissal com os governos neodesenvolvimentistas de Lula e Dilma. Um exemplo evidente disso é a luta pelo orçamento público que permaneceu intacto nos governos neodesenvolvimentistas. Essa arquitetura geopolítica do lulismo, ao mesmo tempo em que implementou uma política externa contra-hegemônica ao imperialismo neoliberal, não conseguiu desconstruir o Estado neoliberal herdado da Era Collor-FHC.

Essa foi a falha fundamental do lulismo, incentivar a redução abissal da desigualdade social do país, mas esquecer da luta ideológica contra os valores neoliberais (ALVES, 2016). Essa lógica contraditória foi o bode expiatório que a oposição buscava para acentuar as dificuldades e fragilidades que levaram ao Golpe de 2016, como vemos a seguir.

3.1.2 O golpe de 2016

O Golpe de Estado de 2016 possui um caráter jurídico-parlamentar-midiático, o qual demarcou um novo ciclo de ajuste fiscal brasileiro, com graves consequências para a democracia do país e com a ampla promoção dos desmontes dos direitos sociais, como

também a construção de um caminho sombrio que levará à destruição das políticas públicas (BIZERRA; GOIS, 2014).

No início do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, o clima político no Brasil já apresentava uma tensão no ar, com muito terrorismo midiático e caos na economia brasileira (PAULANI, 2014 *apud* CARVALHO; GUERRA, 2015). Em 2016, começaram a ser contadas as primeiras ações de um Golpe de Estado que já havia sido planejado e já estava em curso.

Para as autoras Carvalho e Guerra (2017), o golpe possui especificidades contemporâneas, as quais se revelaram em nome de um ajuste fiscal utilizado como justificativa de superação da crise, o que seria a “salvação” dos problemas do Brasil. O ano de 2016 foi histórico, e os historiadores terão dificuldades para explicar para as gerações futuras a farsa jurídico-política criada para o Impeachment de Dilma Rousseff e como a sociedade comprou essa mentira por meio de ações articuladas baseadas em *Fake News*²⁹, em uma conjunção antipetista, anticomunista e anticorrupção.

A Constituição Federal de 1988 foi descaradamente desrespeitada, o Senado e a Câmara assumiram, em sua maioria, um posicionamento tenebroso e fora da lei durante o percurso do golpe. Assim, em 31 de agosto de 2016, o golpe de 2016 foi consumado, tornando Michel Temer o presidente em exercício (CARVALHO; GUERRA, 2017).

O Brasil intensificou a sua experiência do ajuste fiscal fixada na expansão do capitalismo financeirizado, que avançou com atuação da extrema direita e com o conservadorismo da elite brasileira. O próprio golpe de 2016 foi construído em cima de discursos extremistas e neoconservadores, embasados em valores morais que preservam, “teoricamente”, a família e a igreja, desrespeitando em primeira ordem o estado laico, em uma busca fantasiosa em romper com a corrupção. Dessa forma, o padrão de ajuste brasileiro está:

[...] nos marcos do “modelo rentistaextrativista”, a privilegiar os interesses do capital rentista e do capital vinculado ao extrativismo pela via do agronegócio e da mineração; o assumir da “política de negócios”, com crescentes concessões aos diferentes grupos de poder; a ausência de reformas estruturais, em uma estratégia de conciliação, a evitar confrontos com os interesses dominantes (CARVALHO; GUERRA, 2017, p. 6).

²⁹ O autor Newton Duarte criou o termo “obscurantismo beligente” e contribuiu com a discussão sobre a pseudociência, fenômeno que se espalha por diversas mídias sociais e que é alimentado pelas chamadas *Fake News*. Esse não é um fenômeno novo, desde 1964, com a ditadura, vários setores organizados já apresentavam característica do obscurantismo beligerante. No período das eleições de 2018 e no governo Bolsonaro, esse fenômeno volta à cena, agora com particularidades do mundo virtual, onde as pessoas se comportam como uma terra sem lei, onde acontecem ataques violentos, caluniosos e espalham notícias mentirosas, sem base científica (DUARTE, 2018).

Em suma, o golpe de 2016 veio pela insatisfação da burguesia que se incomoda arcaicamente com as mínimas conquistas da classe trabalhadora. Uma burguesia egoísta que não compreende e não aceita um Brasil que dava passos lentos para a diminuição das desigualdades sociais. Uma burguesia que não enxerga que um país menos desigual e com políticas públicas efetivas é também um país que caminha para uma economia mais sólida. Diante disso, o golpe de 2016 foi uma garantia de que o Estado deve servir inteiramente ao grande capital, sem fazer acordos benéficos com a classe trabalhadora (CARVALHO; GUERRA, 2017; BRAZ, 2017).

Assim, o Brasil implanta, no pós-golpe, uma agenda conservadora, que segue a agenda econômica e política do imperialismo na América Latina, possuindo os EUA como o comandante central. Com ações que nos levam a questionar até se o país está seguindo uma agenda com princípios neoliberais, ou apenas renovando cegamente sua dependência aos países centrais, utilizando estratégias corruptas, ilegais e conservadoras (BRAZ, 2017).

Observamos isso nitidamente no pós-golpe de 2016, quando o Estado brasileiro assume um posicionamento ultraconservador, contraditório e que segue a favor dos desmontes dos direitos sociais, entregando o país para a política externa, sem conseguir controlar a queda da PIB, o desemprego em massa e a baixa nos investimentos econômicos.

Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro – MDB), enquanto vice-presidente de Dilma, escolhido em estratégia para tentar garantir a governabilidade, graças à centralidade do MDB na política brasileira, assume, no pós-golpe, e compõe seu Ministério por 23 membros, sem mulheres e negros, demonstrando, a partir de suas escolhas políticas, para quem o seu governo trabalhará – para a classe dominante deste país.

O objetivo assumido por Temer em sua posse era defender a unificação do Brasil, por meio da superação da crise econômica brasileira e das contas públicas. Com isso, o governo implementa um rigoroso ajuste fiscal, aprovando a Proposta de Emenda à Constituição, nº 95, de 2016, denominada PEC do Teto de Gastos Públicos, a qual institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e irá vigorar por vinte exercícios financeiros (SILVA A., 2019).

Antes da PEC 95/2016, o orçamento fiscal e da Seguridade Social formavam o rodapé dos gastos públicos, ou seja, eram seguidos os mínimos preestabelecidos pela Constituição de 1988. Com a aprovação da PEC 95/2016, foi definido um teto de gastos, o que antes era assegurado um valor mínimo, agora existe um valor máximo, que significa severos cortes dos direitos sociais. Dessa forma, parte significativa do fundo público passou a

ser destinado aos capitais sob forma financeirizada, e o déficit de investimento da seguridade social abriu espaço para investimento de capitais (GRANEMANN, 2016).

O governo ilegítimo de Temer adquiriu, em 2016, o caráter de um governo de transição com uma tarefa suprema, a missão de reestruturar o capitalismo brasileiro da forma mais intransigente possível, de acordo com a agenda neoliberal, dando-lhe apoio na América Latina para se aliar ao projeto hegemônico dos EUA (ALVES, 2016).

Com 12 meses do Governo de Temer, Guilherme Boulos (2017) cita, em seu artigo, os 12 principais retrocessos legitimados por esse governo. Ele destaca inicialmente o desmonte das políticas sociais construídas nos treze anos de governos petistas, as quais estão sendo destruídas lentamente, como é o caso do Programa Minha Casa Minha Vida, o qual teve aportes radicalmente reduzidos, da Farmácia Popular e do Programa Ciência sem Fronteira – estes últimos foram extintos.

A PEC do Teto de Gastos Públicos, citada inicialmente, a abertura do pré-sal aos estrangeiros, o desmonte do setor nacional de óleo e gás, além da Reforma do Ensino Médio, que foi aprovada em fevereiro de 2017, sem nenhuma discussão com a sociedade. O retrocesso continuou quando o MEC excluiu da Base Nacional Curricular as expressões “identidade de gênero” e “orientação sexual” (BOULOS, 2017).

O desmonte não parou por aí, o governo seguiu entregando cargos-chave na gestão pública para figuras importantes do setor privado, propiciando evidente conflito de interesses. Além disso, realizou a indicação pessoal de Alexandre de Moraes ao Supremo Tribunal Federal, reconhecido por ser um “Tucano de carteirinha” (BOULOS, 2017).

Michel Temer realizou o verdadeiro entreguismo na política externa, com um pacote de medidas antinacionais. Desse pacote, podemos destacar três ações: o projeto de liberação da venda de terras para estrangeiros, a negociação para que os norte-americanos possam utilizar a base de Alcântara e o convite ao Exército dos EUA para participar de um exercício militar na Amazônia em 2017 (BOULOS, 2017).

A Fundação Nacional do Índio também foi destruída nesse período, a partir do comando da bancada ruralista no Ministério da Justiça. Além disso, o Projeto da Reforma Trabalhista foi aprovado na Câmara dos Deputados em 26 de abril de 2017. Tal projeto, sob forma da lei 13.467, alterou mais de cem pontos da CLT. Por fim, podemos mencionar o Projeto da Reforma da Previdência, o qual foi aprovado em 2019 durante o governo do Bolsonaro (BOULOS, 2017).

Nessa esteira, compreendemos que a destruição coletiva dos direitos sociais no Brasil segue a lógica do ajuste fiscal, com o único objetivo de favorecer a acumulação do

capital, ocorrendo, por outro lado, a “sua contraface: a política de espoliação de riquezas, de direitos, de Políticas Públicas!” (CARVALHO; GUERRA, 2017, p. 11).

Com o golpe de 2016, surgem grandes preocupações com a Política de Assistência Social brasileira e com os seus rumos diante do novo governo. Com Michel Temer como presidente interino, além de tentativas de reformas nas leis trabalhistas e na previdência social, também emergem mudanças na educação e nos Programas Sociais, caracterizando o adensamento do projeto neoliberal.

Em âmbito nacional, Michel Temer nomeou, em 2016, o médico Osmar Terra (MDB), que foi secretário-executivo do Programa Comunidade Solidária na década de 1990, para o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, extinguindo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), existente desde 2004.

O MDS deteve importância significativa nas políticas de Assistência Social e desenvolvimento social durante a Era Lula, pois consolidava as políticas públicas de caráter social como uma proposta central de governo para/com os mais pobres, mesmo diante de todos os acordos políticos fechados com a burguesia e as estratégias neoliberais.

O ministro Osmar Terra lançou o Programa Criança Feliz, que tinha a primeira-dama Marcela Temer como embaixadora, e declarou que cruzaria os dados das famílias integrantes do Programa Bolsa Família com outros bancos de dados, com a justificativa de identificar fraudes e tornar o Programa mais eficiente, como também cogitou a possibilidade de transferi-lo para o Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) (SILVA A., 2019) Como citamos na seção 2, essa cruzada de dados trouxe instabilidade para os/as sujeitos/as inscritos no CadÚnico, muitas famílias perderam seus benefícios, impactando diretamente na dinâmica das famílias pobres.

Diante disso, apreendemos a fragilidade da trajetória institucional da Política de Assistência Social como uma política pública de direitos, entre 2004-2016, pois a organização e a sistematização da política muda a cada nova gestão de governo, demonstrando a descontinuidade dos serviços e os programas e explicitando qual a importância dada por governo para a PAS. Para Silva e Lima (2019, p. 15), nesse contexto, o Estado brasileiro volta a ser considerado:

conservador e autoritário, profundamente submetido aos interesses do capitalismo financeiro internacional, com verdadeiro desrespeito a princípios democráticos que vinham regendo a sociedade brasileira, cuja consequência de maior destaque é um amplo retrocesso dos direitos sociais e trabalhistas, além de desativação e redução de programas sociais relevantes para a população pobre. (SILVA; LIMA, 2017 *apud* SILVA A., 2019, p. 299)

No Pós-golpe, o Sistema Único de Assistência Social vem sofrendo grandes retrocessos, em um contexto de desmonte do Sistema de Proteção Social brasileiro, cuja consequência mais cruel é a destituição dos direitos sociais conquistados historicamente a partir de lutas sociais levantadas pelos trabalhadores. O contexto de desmonte pode ser aprofundado no âmbito do governo Bolsonaro, o qual, na análise de Alba Carvalho (2018), se expressa a partir de três vetores, que são: o acirramento do neoliberalismo, o nacionalismo autoritário e o fundamentalismo moral e religioso (SILVA A., 2019).

A proposta orçamentária para Política de Assistência Social do Ministério do Planejamento do governo Temer (2016-2018) apresentava uma redução de até 99% em alguns serviços, os quais vinham, desde 2004, em uma trajetória orçamentária crescente e convergente com as propostas do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). O corte nos serviços de proteção social básica, desenvolvidos pelos CRAS, foi de 99,96%, reduzindo a verba de 2 bilhões para 800 milhões (SILVA A., 2019).

Os cortes orçamentários federais e as prioridades do novo governo rebatem no cotidiano dos equipamentos sociais, o desmonte acontece de forma generalizada e os/as trabalhadores/as medem essa ruptura a partir dos benefícios, serviços e recursos humanos, os quais são atacados diretamente. Elencamos 3 falas que se interconectam e resumem muito bem a “nova” realidade das políticas sociais, após o golpe de 2016:

Todos acompanham, porque embora você tenha entes federados com autonomia, você tem uma grande concentração de financiamento federal dentro da Assistência Social. [...] Estadual é pífia, não adianta nem discutir. Como existe cofinanciamento federal no Brasil. Poucos estados financiam como deveriam financiar a Assistência Social. Então, o que é que acontece, você tem ali, não os grandes, tipo Maracanaú, Fortaleza, a maioria dos nossos municípios de pequeno porte, a maior concentração de recurso é federal, se você tem desmonte federal ele é tipo como os dominós, vão rebatendo. (COORDENADORA 2)

Eu super observo essa relação, primeiro começa com a concessão dos benefícios, que até então vinha com regularidade, hoje em dia não tem. Quando questionamos a coordenação quando vão vir os benefícios, a resposta é que não tem nem previsão. Então, antigamente existia uma previsão, é a partir dessas coisas que a gente observa, e hoje principalmente, a falta de profissionais. Antigamente, não se via equipe PAIF devassada nos equipamentos, hoje já se percebe. Contratos de trabalho totalmente fragilizados, para os efetivos sem aumento há sete anos. Então eu percebo essas transições de governo na ausência dos benefícios e na fragilidade das relações de trabalho. E hoje ainda tem essa arrumação de Qualifica Maracanaú³⁰, que a gente tem profissionais aqui, que não são da equipe PAIF, mas são profissionais do CRAS em si, que eles participam de uma seleção que é feita em

³⁰ Qualifica Maracanaú é um programa da Prefeitura de Maracanaú, com parceria com o Centro de Treinamento e Desenvolvimento – CETREDE, tem como objetivo principal a qualificação profissional de jovens e adultos maracanaenses, garantido dignidade, através do trabalho no sentido de preparar e qualificar a mão de obra do Município, os bolsistas estão lotados nas Secretarias de Assistência Social e Cidadania, Educação, Esporte e Saúde. Existem várias críticas em volta do programa, pois os bolsistas estão executando atividades antes executadas por profissionais terceirizados, sem nenhum direito trabalhista.

comunhão da Prefeitura e o CETREDE, são para as funções desde o assistente administrativo que temos até porteiros e serviços gerais. Pessoas que recebem limpo e seco R\$ 1.200,00, sem recolhimento do INSS, sem possibilidade de férias, sem auxílio-transporte, sem auxílio-alimentação. Tudo bem, eles não são da equipe PAIF, mas para o PAIF acontecer precisamos deles. Equipe de nível fundamental e médio, de um equipamento essencial. Outra coisa é fragilidade dos contratos e a disparidade salarial entre os técnicos, entre contratados e efetivos. Profissionais que estão executando a mesma atividade, enquanto técnica. (TÉCNICA 2)

Com certeza, impacta completamente. Se formos parar para pensar em 2019, a gente tinha habilitação popular, nós tínhamos mais benefícios eventuais, nós tínhamos recursos para realizar algumas atividades dentro do equipamento, e o que temos hoje são muitas perdas, principalmente, de recursos financeiros, onde impactou também a população e os profissionais. Nós trabalhávamos 40 horas e viramos 30 horas para reduzir o salário, para que a gente pudesse atuar, impactou bastante essa mudança de governo, principalmente essa parte de repasse financeiro, prejudicou bastante. (TÉCNICO 6)

Os serviços de atendimento institucional para crianças tiveram uma redução de 99,8% no orçamento, e o Bolsa Família sofreu um corte de 29 para 26 bilhões. Entretanto, o Programa Criança Feliz, criado no governo Temer e representado pela primeira-dama Marcela Temer, ganhou mais centralidade do que o próprio SUAS, com o orçamento para 2018 de 1 milhão de reais, superior aos recursos destinados aos CRAS de R\$ 800 mil (SILVA M., 2019).

Tendo em vista o enorme corte na Política de Assistência Social e a centralidade da mulher nas famílias contemporâneas, um assunto emergente é a desigualdade de gênero, inclusive inserida no fator renda. Segundo o Conselho Nacional de Assistência Social (2018), a Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2019 sofreu um corte significativo na área da Assistência Social, com 57,39% de corte no Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa e 44% no Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência, além de cortes nos Serviços Socioassistenciais na ordem de 49,48%, conforme tabela comparativa da Resolução aprovada pelo CNAS com a PLOA 2019.

Segundo o jornal Diário do Nordeste (BARBOSA, 2019), no Ceará, o déficit nas transferências do Governo Federal gerou um débito de R\$ 83,7 milhões na Assistência Social dos 184 municípios cearenses. Devido a isso, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) foram os mais afetados no interior. O corte de 50% no orçamento federal desse ano do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a descontinuidade da transferência de recursos aos municípios têm gerado dificuldades para o atendimento a crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade nas cidades cearenses.

Em 2018, Jair Bolsonaro (até então do PSL – Partido Social Liberal) foi eleito para exercer o cargo de Presidente da República em 2019. Este é militar de reserva, possui

uma longa lista de familiares vinculados à política brasileira. Sua eleição representa uma ruptura definitiva do pacto de coalizão emergente na Era Lula, decretando uma nova/velha Era representada pelo neoconservadorismo, patrimonialismo e o corte de gastos no âmbito social. Bolsonaro é reconhecido por suas declarações preconceituosas e de pauta conservadora, contrárias às políticas públicas e aos direitos sociais, além de defender medidas como armamento da população e reformas trabalhistas e na previdência.

Com a posse de Jair Bolsonaro (sem partido), o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário é extinto e é criado, por meio do Decreto nº 9.674/2019, no dia 2 de janeiro, o Ministério da Cidadania, com Osmar Terra como ministro de Estado, reunindo as Secretarias Especiais do Desenvolvimento Social, Esportes e Cultura (BRASIL, 2019). Assim, o que antes era um ministério com pautas centralizadas, hoje é uma pasta no meio de diversas pautas.

Emerge nesse contexto o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que passa a ser responsável também pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Esse ministério detém como ministra a advogada e pastora evangélica Damares Alves. A ministra é reconhecida pelas argumentações polêmicas em nome do Estado, sobre questões sexuais e composição familiar, como é explicitado em diversas entrevistas dadas pela mesma. Além de dar declarações como “O Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã” (VIVAS, 2019).

Em uma palestra de 2014 cujo tema era “Riscos que corre a família brasileira”, Damares Alves disse que, estava preocupada com um decreto presidencial editado em 2009 pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo ela, o texto declarava “que a família brasileira tem que ser destruída”. O decreto mencionado na palestra pela ministra trata do Programa Nacional de Direitos Humanos e estabelece a “desconstrução da heteronormatividade” sob o argumento de que é preciso “incluir nos sistemas de informação do serviço público todas as configurações familiares constituídas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”. (VIVAS, 2019)

Na atual conjuntura, o Governo apresenta-se como um risco para a tão recente conquistada democracia brasileira. As declarações do Chefe de Estado e dos seus ministros/ministras alinham-se a um posicionamento neoconservador, preconceituoso e destruidor de direitos sociais. Inferimos que as ações do Estado estão explicitamente ligadas aos projetos de interesse do capital, o que acarreta a intensificação da superexploração da força de trabalho – em dados alarmantes em relação aos indicadores sociais –, a desarticulação das políticas públicas e, conseqüentemente, a atuação dos equipamentos institucionais, principalmente os de vieses sociais.

Corroboramos Silva A. (2019), quando afirmam que o desmonte dos direitos sociais e do SUAS não decorre essencialmente da crise fiscal do Estado Brasileiro, mas, sobretudo, da adoção de um projeto (neo)conservador que passa a explicar e justificar um projeto extremamente liberal, focalizador e residual para o enfrentamento da pobreza no Brasil. Existe um projeto societário em curso no Brasil, cujo objetivo é romper com o “pacto” de conciliação de classes, estabelecido pelos governos petistas de Lula e Dilma (2003-2016).

Temos de ter bem especificadas as particularidades do Brasil, pois toda essa explanação contemporânea é consequência de sua formação sócio-histórica, econômica e política. Trata-se de um país periférico, com perfil peculiar, atravessado por históricas contradições e assimetrias, o qual vivencia, nas últimas décadas, a prevalência de um Estado Ajustador, em coexistência com o Estado Democrático de Direito (CARVALHO; GUERRA, 2015).

Os obstáculos do desenvolvimento das economias periféricas, das economias latino-americanas e do Brasil são consequência do período colonial e da continuidade da presença de classes. Os problemas econômicos não podem ser separados das condições socioculturais e políticas. A situação periférica e a reprodução de grandes desigualdades sociais criam bloqueios à inovação e à difusão do progresso técnico, inviabilizando o movimento de transformação capitalista. Em outros termos, só mesmo o Brasil para conciliar a desigualdade social e o crescimento econômico (FURTADO, 1987).

Esse Estado Ajustador, o qual prevalece atuando para a burguesia, aprova atrocidades que atingem diretamente a população mais vulnerável. A crise tão bem explanada por Mészáros (2002) e Harvey (2004) é sentida com toda força nas periferias, pela população mais pobre e dependente da Política de Assistência Social. A PEC 95/2016 revelou toda a monstruosidade do Golpe de 2016, uma típica política neoliberal de Estado mínimo, a qual tirou bilhões da seguridade social.

Atualmente, estamos sofrendo com a pandemia da COVID-19, e esse Estado Ajustador está fazendo a sociedade pagar com a própria vida. Os severos cortes na Política de Assistência Social impactam diretamente na realidade dos nordestinos brasileiros. O Governo Federal, em março de 2020, cortou 158 mil famílias do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família e 61% dessas pessoas encontram-se no Nordeste.

Duas técnicas preferiram não opinar sobre os governos de Temer e Bolsonaro, por não conseguirem identificar se as dificuldades encontradas na sociedade, entre 2019-2020, têm relação com as agendas governamentais ou com a crise intensificada pela Covid-19, como podemos visualizar a seguir:

Eu não sei se consigo avaliar muito isso, porque, por exemplo, o governo Bolsonaro pegou esse período de pandemia. Quando era o governo da Dilma e Lula tínhamos muitos grupos. Já no período Bolsonaro não temos, não sei se é por conta de um governo. Tem a questão do estado mínimo, um governo mais liberal, que realmente não investiria muito nesse campo, ou não sabe se casou com a coincidência da pandemia. Então, não sei dizer. A pandemia mudou completamente a rotina da Assistência Social. (TÉCNICA 1)

Esse ano agora de pandemia, eu não sei medir, mas assim, cada um teve oportunidade de criar. Eu sei, engraçado que já vínhamos conversando sobre isso, cada teve o seu momento. Então, eu prefiro não mencionar muito, por que é muito sei lá. (TÉCNICA 4)

Entretanto, entendemos e concordamos com as outras seis interlocutoras, as quais indicam que, para o enfrentamento dos problemas particulares apresentados no Brasil, se faz necessária uma outra forma de Estado, o qual caminhe com o crescimento da economia mundial, mas que conheça os limites legais e as necessidades do seu povo.

De acordo com Nunes e Córdova (2014), é imprescindível modificar as formas normativas de gerir as políticas sociais, permitindo maior intervenção da população interlocutora nas ações de organização e desenvolvimento da proteção socioassistencial. Diante disso, acreditamos que é necessário também traçar novas bases para a relação entre o Estado e a sociedade civil, tornando a noção de direito e protagonismo cada vez mais evidente, com serviços abertos à avaliação, discussão e reflexão por parte dos/as sujeitos/as.

Encerramos este tópico com uma análise da Coordenadora 1, que nos fará refletir bastante nos tópicos a seguir, sobre o dismantelo das políticas públicas e a sobreposição dos programas sobre os serviços:

Não é a política que vai mudando, os direitos que vão sendo retirados, por exemplo: no governo Lula conseguimos vários direitos, no governo do Temer já foram tirando alguns e nesse do Bolsonaro estão tirando tudo. Então a política de Assistência Social é uma política nova, de 2005 pra cá, estão tirando tudo, ou seja, não tem recurso para os serviços, se eu não tenho recurso, eu não tenho como trabalhar. Então a dificuldade é muito grande, para termos os serviços. E os programas se sobrepondo aos serviços, que deveria ser o inverso. Os serviços eram para sobrepor os programas, estamos tendo uma inversão de papéis aí. Não temos recursos nos serviços, enquanto temos nos programas. São programas de que? Não são programas de Estado, são programas de governo, cada governo faz o seu para aparecer. O serviço não, ele está ali e vai morrendo, porque como não tenho recurso, uma política pública sem recurso não vai funcionar. Isso impacta diretamente no atendimento, porque eu venho aqui, faço só ouvir o usuário, eu não posso fazer mais nada por ele. Como eu disse, a assistência só, ela não consegue fazer nada. Toda política precisa de outra, é uma ramificação. Além de a gente ter a dificuldade da intersectorialidade, ainda temos a dificuldades das políticas públicas que não acontecem. (COORDENADORA 1)

A política de Assistência Social é uma política pública recente, estruturada em 2005, a qual carrega, desde os seus primórdios, características peculiares, como a benesse e a

caridade. Diante disso, é teoricamente mais “fácil” desestruturar uma política que ainda está caminhando para o reconhecimento popular, e essa dificuldade é acentuada com as quebras de governos. A política é bem embasada na lei, entretanto o que observamos na realidade é que cada governo busca a criação de um novo programa para se autopromover e acaba por supervalorizá-los, esquecendo o objetivo central da política.

Sim, o que eu percebi muito na transição dos últimos governos, depois de 2016, que no caso que já foi à época que eu estava aqui, eu não tenho referência anterior. Mas de modo geral, de 2016 pra cá, o que a gente percebe é uma supervalorização dos programas voltados para a primeira infância, inclusive no ponto de vista orçamentário, no sentido de nós, enquanto equipe PAIF, somos literalmente secundarizados orçamentariamente. Mas não só, o que me preocupa mais não é isso, que a partir do discurso do gestor é: oh gente, o que tá pagando o salário de vocês é o Criança Feliz, o recurso que nós temos é do Criança Feliz. Por exemplo, tem muito essa fala, é como se fosse uma coisa fora parte, um mundo dentro do CRAS, o Criança Feliz e CMIC, porque chegam demandas exageradas e de sistemas operacionais que temos que alimentar, de banco de dados, acompanhamento de famílias, no qual a gente não tem condições nem de recursos humanos, nem condições sanitárias e nem condições de trabalho para fazer. Aí eu acredito que toma uma proporção, que descaracteriza o PAIF, não é o PAIF como o serviço principal. Então, parece que houve uma inversão não só no ponto de vista financeiro, como também no ponto de vista moral, em que eu como profissional, acho que um programa é mais importante do que o principal serviço do CRAS. Porque existe uma exigência financeiro-orçamentária de cumprir metas, de entregar relatórios, de fazer grupos, nem que sejam *fakes*, *fake* no sentido de algo que não tem efetividade, não tem resolutividade, não tem continuidade, mas que tem que ser feito. A lógica agora é essa, eu percebi dentro desse momento que eu estou aqui, muito essa exigência do estado, do governo federal, para dar prioridade a esses programas, e o esvaziamento do PAIF. (TÉCNICA 3)

Com a entrada do governo de Bolsonaro, nós temos a supervalorização do Programa Criança Feliz, como citado inicialmente pela Coordenadora 1 e pela Técnica 3. O programa tem destaque nacional e municipal na execução orçamentária e financeira. Não entendemos como um problema dialogar sobre a primeira infância, pelo contrário, entendemos que esse é um debate internacional. Entretanto, problematizamos como esse discurso é incorporado pela política de Assistência Social, primeiro porque profissionais do Serviço Social não possuem qualificação para falar sobre conceitos da primeira infância, como desenvolvimento infantil, que é temática da saúde.

Em segundo lugar, porque os novos governos transformaram a política em um balcão de entrega de benefícios e doações, realidade que confunde as/os interlocutoras/es quanto aos programas oferecidos. A Coordenadora 2 evidencia essa situação como problemática para o cenário atual:

[...] você tem um governo que entra por um golpe, daí tu já imagina que você tem um grande conflito com a sociedade. [...] Então, o Temer foi péssimo, o Bolsonaro... Assistência Social virou balcão. Hoje, a Assistência Social se transformou dentro da pandemia num balcão de benefícios né? E é muito perigoso

isso, eu não estou dizendo que os benefícios não são necessários, estou nem louca de dizer isso, mas eu vou lhe dizer... Nós teríamos como operar esses benefícios de uma forma tão, mas tão lincada ao direito, pelo serviço PAIF que a gente não pode nem imaginar né? O problema é que a gente vai fazer o que a gente sabe fazer. A gente sabe fazer entrega de benefícios, tem problema entregar benefícios, muito pelo contrário. Só que eu tenho que criar estratégias da forma. Chega um vale-gás, eu não boto uma lista chamando as pessoas para receber vale-gás não, eu tenho que explicar para as pessoas porque elas estão recebendo o vale-gás, não custa nada se ali bota meia hora, você fala em 15 minutos ó: Vocês estão recebendo isso aqui por isso, por isso e por isso. Tem uns que vai entrar por aqui e sair por aqui (faz sinal indicando os ouvidos), mas tem uns que vão conseguir entender que aquilo não é favor, que aquilo não é porque o governo é bom, eles vão. Pelo menos, assim: Eu não quero saber disso não, eu só quero saber se estou recebendo. Eles podem não querer saber, mas eu como profissional tenho a responsabilidade de dizer. Tem problema em se dá cesta básica? Tem não! Tem mais doação? Tem não! Não tem problema se dá os benefícios da assistência, problema é que a gente reproduz a velha lógica da entrega pela entrega que vai do nada, pra mim, vai do nada a lugar nenhum. Se eu não consigo embutir nas pessoas o motivo pelos quais elas estão recebendo aquilo e que aquilo tem tanto dinheiro delas quanto de qualquer outra pessoa. (COORDENADORA 2)

De 2016-2020, a conjuntura brasileira ganhou novas/velhas formas, as quais foram viabilizadas pelo golpe e pelo dismantelo das políticas públicas, oficializadas pelos governos de Temer e Bolsonaro, o que reconhecemos por neoconservadorismo e necropolítica³¹, os quais intensificaram com a pandemia do Coronavírus.

Com Bolsonaro, o governo não lida mais com a gestão da vida, mas com o governo de gestão da morte (MARQUES *et al.*, 2019). Tais mortes poderiam ter sido evitadas com as vacinas que já existem, mas que não chegaram, a tempo, à população. Além disso, destacamos o absurdo das desigualdades sociais existentes no território brasileiro. No item a seguir entendemos melhor o que significa o neoconservadorismo e quais foram os impactos da pandemia para finalizar os aspectos direcionais desta análise de conjuntura.

3.1.3 Ascensão do neoconservadorismo no pós-golpe de 2016 em articulação ao neoliberalismo confessional no Brasil

Desde o primeiro tópico deste capítulo, discorremos sobre as tendências estruturais, que acreditamos terem fortalecido as eleições, em 2018, da agenda neoconservadora de Bolsonaro em articulação com o neoliberalismo, e como esses caminhos

³¹ A Necropolítica é um conceito criado por Achille Mbembe, o qual surge a partir da definição de soberania e biopoder, baseado em Foucault, para definir as diversas maneiras que, em contexto contemporâneo, armas de fogo são utilizadas com o interesse máximo de destruição, para determinar e exercer o controle sobre a morte. São estruturas de biopoder que definem quem deve viver e quem não deve viver, os ditos “descartáveis” para a sociedade (MBEMBE, 2016).

afetam as políticas sociais. De acordo com Almeida G. (2020), o Brasil está submerso a um projeto societário ultraliberal, o qual se constrói como um neoliberalismo confessional³².

Os temas neoconservadores ganharam visibilidade nos últimos cinco anos, conforme a análise de Corrêa (2018), pois, para a autora, as classes autoritárias e de extrema-direita não souberam lidar com o aumento da escolaridade feminina, a participação feminina no mercado de trabalho, o declínio da fecundidade das mulheres, as mudanças no contexto familiar e com o crescente número de sujeitos/as que se identificam como LGBTQIA+³³.

Consideramos importante diferenciar conservadorismo e neoconservadorismo. O conservadorismo clássico tem origem no século XVIII, com destaque para obras de Burke, Joseph de Maistre e Louis de Bonald, os quais defendiam os valores e instituições ameaçadas pelas revoluções americana e francesa. O neoconservadorismo surge como reação às transformações socioeconômicas da primeira metade do século XX, trazidas pelo *Welfare State*, a contracultura e a nova esquerda (ALMEIDA G., 2020).

Para a agenda neoconservadora, a crise econômica, que atingiu o capitalismo no final nos anos de 1960, era uma consequência de uma crise moral e pelo intervencionismo do *Welfare State*. O objetivo maior da pauta neoconservadora era restaurar a autoridade da lei, o restabelecimento da ordem e a implantação de um Estado mínimo que não interferisse na liberdade individual e na livre iniciativa (ALMEIDA S., 2018).

Para Lacerda (2019), o neoconservadorismo é um movimento intelectual e político, o qual leva à coalizão das pessoas e dos aspectos políticos. Em complemento, para David Harvey (2005 *apud* LACERDA, 2019), o neoconservadorismo é a exposição da fase autoritária do neoliberalismo, os quais, em conjunto, são a favor do individualismo, da propriedade privada e, indo em contrapartida à responsabilidade do Estado com as políticas públicas, o que justifica a sede da extrema-direita pela privatização e pelos cortes de orçamentários.

Lacerda (2019) defende a tese de que o neoconservadorismo brasileiro, ou nova direita brasileira, é uma reelaboração do neoconservadorismo norte-americano que fez aliança com o neoliberalismo e que ganhou força com os elementos da direita do Partido Republicano

³² O neoliberalismo confessional seria a utilização de estratégias econômicas concomitantes com discursos de origem religiosa e/ou moralizadoras, em particular de origem cristã, trazendo para pauta temas como gênero, sexualidade e comunismo, que antes não eram relevantes nem para a esquerda que estava no poder. (ALMEIDA, 2020)

³³ Segundo o Manual de Comunicação LGBTI+, elaborado pela Aliança Nacional LGBTI+, o termo LGBTQIA+ é o movimento sociopolítico mundial, que cresce na sociedade com o intuito de defender as singularidades e diversidades dos indivíduos. O movimento tem como objetivo defender a diversidade e busca por direitos sociais para a população. Cada letra representa um grupo de pessoas (REIS, 2018)

e com os intelectuais da eleição de Ronald Reagan, como presidente dos Estados Unidos em 1980.

O movimento neoconservador é consolidado a partir de valores morais rígidos, do nacionalismo cultural, do cristianismo, da defesa da família “natural”, e contra os movimentos sociais, como o feminismo, os direitos dos homossexuais e as ações afirmativas e ambientalistas (LACERDA, 2019). Para Barroco (2011), o neoconservadorismo legitima a repressão dos trabalhadores, criminaliza os movimentos sociais, intensifica as condições de pobreza e consolida a militarização da vida, a partir de ações pensadas por critérios morais.

Conforme Barroco (2011), o neoconservadorismo se dá como uma fonte de enfrentamento das apreensões sociais surgidas pelo neoliberalismo, no contexto da crise mundial do capitalismo nos anos 1970. A partir daí, o conservadorismo teria incorporado os princípios econômicos neoliberais, sem renunciar ao seu posicionamento moral. Sendo assim, o neoconservadorismo se apresenta como uma ordem dominante de cunho capitalista, o qual combate o Estado social e os direitos sociais, objetivando uma sociedade sem restrições ao mercado.

Os índices de violência e desigualdades permaneceram sem solução há, pelo menos, três décadas, assim, no pós-golpe de 2016, a recessão econômica e política acentuou ainda mais a crise do desemprego e a renda dos mais pobres (CORRÊA, 2018). Nesse cenário de instabilidade econômica e social, Marco Feliciano e Jair Bolsonaro, como deputados federais, assumem a defesa da agenda neoconservadora no Brasil, atuando em temas de política interna e nas relações exteriores. A autora analisou os pronunciamentos de Bolsonaro, quando este estava ocupando o cargo de deputado federal. Tais discursos estavam alinhados ao militarismo interno e externo, como um típico defensor da família patriarcal e da religião (LACERDA, 2019).

Bolsonaro ganhou força ao longo do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), ao popularizar seu viés militarista, antipetista, anticorrupção, com a defesa pelo rigor penal e com a invenção da existência do “kit gay” a ser distribuído pela esquerda nas escolas. Logo a seguir, ele se alinha à pauta religiosa ao ser batizado pelo Pastor evangélico Everaldo, no Rio Jordão, em Israel (LACERDA, 2019).

Por esse motivo, os/as eleitores/as de Bolsonaro pertenciam a diversas religiões, mas principalmente ao neopentecostalismo. O número de seguidores neopentecostais tem aumentado significativamente, e isso abriu espaço para uma expansão de representatividade no Congresso, o que trouxe mudanças culturais e políticas importantes para o Brasil (ALMEIDA G., 2020).

É somente com a sua vitória, que Bolsonaro passa a defender a doutrina neoliberal. De acordo com as análises de discursos de Lacerda (2019) entre 2000-2018, a única menção de Bolsonaro às privatizações foi para criticar as realizadas durante a gestão do presidente FHC. Provavelmente, essa virada se deu a partir de sua escolha em relação ao conselheiro econômico, Paulo Guedes, o qual é um defensor assíduo dos postulados neoliberais. Nessa esteira, o governo Bolsonaro se alinha também ao mercado e ao empresariado brasileiro. Inicialmente, a base de sustentação que levou Bolsonaro à vitória foi a bancada evangélica, as forças armadas, os policiais e os/as defensores/as da família tradicional, somente depois veio a aliança com o mercado.

Bolsonaro argumentava que o objetivo de sua gestão seria diversificar as relações exteriores do Brasil, para libertar o país das relações internacionais de viés ideológico, articuladas nos governos petistas. Entretanto, suas escolhas políticas se alinharam à subalternização do discurso neoconservador e neoliberal ao escolher os Estados Unidos, Israel e Chile, consecutivamente o berço do neoconservadorismo, os quais são aliados do movimento conservador e do laboratório do neoliberalismo no mundo (LACERDA, 2019).

Nas estruturas do neoliberalismo confessional e do neoconservadorismo, o Estado transfere uma parcela significativa de suas responsabilidades para as Organizações Sociais, Fundações e Comunidades Terapêuticas. Nessa esteira, as políticas sociais sentem isso por meio dos cortes orçamentários, da redistribuição do fundo público para o mercado privado, privatizações, retração da regulação do Estado, refilantropização das políticas públicas e intensificação das expressões da questão social (ALMEIDA G., 2020).

A defesa da pauta neoconservadora tenta esconder as mazelas do neoliberalismo, transferindo a culpa da precarização dos modos de vida para o individualismo, levantando o debate criminalizador sobre o uso de drogas, a ideologia de gênero, os homossexuais que contrariam as leis cristãs, as cotas que privilegiam a população negra, os/as macumbeiros/as, favelados/as, as mulheres que fazem aborto, os comunistas e defensores dos direitos humanos e os ecologistas (ALMEIDA G., 2020).

Concluimos que esse cenário neoconservador reflete na Política de Assistência Social, a qual tem seu público majoritariamente feminino em situação de extrema pobreza, como também contraria toda construção de uma política social baseada em valores democráticos e universais, desconstruindo os conceitos de famílias e sujeitos/as plurais. No item a seguir, explicamos como a pandemia evidenciou as desigualdades sociais no Brasil e como ela revelou a precariedade da política de Assistência Social.

3.2 A pandemia, o isolamento social e o impacto direto no PAIF

No final de 2019 e início de 2020, uma nova doença começa a se espalhar pelo mundo, o novo Coronavírus, similar à SARS e à MERS, caracterizando uma pandemia global. Existem algumas evidências que a doença começou a se espalhar nos mercados de animais vivos em Wuhan, China, mas isso ainda não foi comprovado (WALLACE, 2020).

No Brasil, a situação ocasionada pela pandemia agrava-se em março de 2020. É importante citar que a introdução do vírus no país foi responsabilidade das altas camadas da sociedade, as quais trouxeram a doença de suas viagens internacionais. Entretanto, com a proliferação do vírus, percebemos rapidamente que a população mais atingida foram os pobres, assim as desigualdades sociais no Brasil tornaram-se ainda mais evidentes.

O problema é que o Brasil não está passando “apenas” por uma crise sanitária, ela está aliada a uma crise política e a uma crise econômica que já estava em curso na sociedade contemporânea. As múltiplas e continuadas contrarreformas que vêm acontecendo desde 2016 demonstraram severamente as suas consequências para a população pauperizada.

O SUS, que vem sofrendo cortes desde a PEC 95/2016, não tem capacidade para atender a toda população adoecida. E os cortes previdenciários, os desmontes das políticas públicas e o desemprego potencializaram o contágio em massa, tendo em vista que os/as trabalhadores/as não conseguiram realizar o distanciamento social na dinâmica cotidiana, muito menos se manter em isolamento social (GRANEMANN, 2021).

A crise econômica e a incompetência do Governo Bolsonaro encontraram na pandemia do Coronavírus a justificativa “quase perfeita” para esconder o fracasso econômico-político-sanitário do país. Esse governo ultraliberal e neoconservador preocupa-se, em primeiro lugar, com a economia e com o lucro dos grandes empresários e, talvez, em última instância, vem a preocupação com a vida (GRANEMANN, 2021).

Por opção política, o Brasil vira o epicentro da Covid-19 no mundo. O número de mortes e casos confirmados por dia é alarmante e assustador. O Presidente Bolsonaro, em suas aparições públicas, fez pouco-caso da doença, criou diversas *Fake News* sobre o uso de máscara e sobre o processo de contaminação, incentivou a população a utilizar medicações sem comprovação científica e dificultou a aprovação e compra da vacina.

A população não teve de sofrer “somente” com a doença, também foi necessário conviver com o desemprego, falta de alimentação, transporte precário e com a fragilidade da seguridade social. A incompetência do Governo Federal não parou por aí, ele também se empenhou em atrapalhar a aprovação do Auxílio Emergencial e ainda reduziu o valor durante

a segunda onda da doença (GRANEMANN, 2021). A miséria voltou para o cenário das famílias pobres, as quais viviam um momento de alívio com os Programas de Transferência de Renda, escrevendo mais um capítulo na triste história brasileira.

Segundo dados da Oxfam, a concentração de renda aumentou acentuadamente no começo de 2020, 2.153 bilionários do mundo são donos de uma fortuna que supera 60% da população mundial. O Brasil tem 42 desses bilionários, os quais juntos tiveram suas fortunas aumentadas em US\$ 34 bilhões. Em contrapartida, segundo o jornal El País, a pandemia escancarou a pobreza no país, com 13,5 milhões de miseráveis (SOUZA, 2020).

Segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, a desigualdade no Brasil se apresenta de forma evidente pela falta de acesso à educação de qualidade, pela falta do saneamento básico, pela precariedade do transporte coletivo e pela ausência de um sistema de seguridade social forte e articulado (SOUZA, 2020).

De acordo com o Relatório organizado pelos pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Núcleo de Estudos da Burocracia, a Política de Assistência Social apresenta dificuldades em sua execução, e esse cenário foi potencializado com a pandemia. As dificuldades estão na garantia de direitos e na precariedade das condições de trabalho dos/as trabalhadores/as que estão na linha de frente dos equipamentos sociais (FGV, 2020).

Para a Assistente Social Kelly Melatti, conselheira do CFESS SC e trabalhadora do SUAS na Prefeitura de São Paulo, a pandemia evidenciou as dificuldades do sistema, principalmente nos CRAS, CREAS e Centro Pop. A assistente social cita que as maiores dificuldades se encontram nas equipes desfalcadas, no número reduzido de equipamentos sociais, na ausência de educação permanente e na incapacidade de gestão em âmbito municipal, estadual e federal (CRESS, 2020).

Os/as trabalhadores/as foram chamados para gerenciar o caos, pois, segundo o relatório da FGV (2020), 90,66% que participaram da pesquisa alegaram ter medo do novo Coronavírus e 61,50% dos/as trabalhadores/as não se sentem preparados para lidar com a pandemia. Sobre o uso adequado do Equipamento de Proteção Individual (EPI) de boa qualidade, como máscara, álcool em gel e luvas, que foi regularizado pela Portaria MC nº 337, de 24 de março de 2020, apenas 38,50% dos entrevistados acreditam que receberam materiais seguros para trabalhar diariamente. O uso do EPI é essencial para o funcionamento das políticas públicas, principalmente para aquelas que têm a interação com o outro, no caso a Assistência Social.

Para o enfrentamento da pandemia, o Governo Federal, por meio do Ministério da Cidadania e da Secretaria Nacional de Assistência Social, adotou várias medidas para

amenizar as consequências da Covid-19, tendo em vista que a Assistência Social responde às necessidades básicas de sobrevivência da população.

Uma das primeiras medidas do Governo Federal foi a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, a qual indicava o atendimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar, a crianças, a adolescentes, a pessoas idosas e a pessoas com deficiência e vítimas de crimes como atividades essenciais (BRASIL, 2020a). Essa lei foi regulamentada pelo Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020 (GESUAS, 2020).

A Portaria SNAS/SEDS/MC nº 54/2020, de 01 de abril de 2020, também foi importante nesse processo, pois propõe e sugere várias ações para evitar a transmissibilidade da Covid-19 no âmbito da oferta dos serviços – desde ações de informação aos/as trabalhadores/as e sujeitos sobre a Covid-19, até ações que flexibilizam as atividades presenciais nos equipamentos e suspendem as atividades coletivas. Além disso, indica o acompanhamento remoto dos/as sujeitos/as por meio do telefone ou *WhatsApp* e, ainda, as regras para o atendimento que for necessário ser realizado de modo presencial (GESUAS, 2020).

Em âmbito municipal, o Decreto nº 3.969/2020, de 14 de abril de 2020, determina estado de calamidade pública no município de Maracanaú, considerando o disposto no Decreto nº 3.942, de 17 de março de 2020, o qual declarava situação de emergência. Além disso, o Decreto nº 3.963/2020 dispõe sobre o ponto facultativo, em todos os órgãos da Administração Pública do Poder Executivo. No artigo 2º do decreto, o município fixa o regime de plantão nos órgãos públicos como forma de auxiliar a execução dos serviços essenciais de atendimento à população, entre eles a Secretaria de Assistência Social e Cidadania (MARACANAÚ, 2020c; 2020d).

E sobre o funcionamento da Proteção Social Básica e Especial foi lançada a portaria SNAS nº 100, de 14 de julho de 2020, que aprovou a nota técnica nº 36/2020 a qual faz recomendações e orientações ao gestor e à rede socioassistencial de PSB e PSE, quanto ao atendimento, reorganização dos serviços e reorganização das equipes. Ela também estabelece outros aspectos que visam a garantir a continuidade das provisões socioassistenciais, bem como indica várias recomendações em relação ao trabalho social a ser realizado com as famílias e indivíduos no âmbito da PSB e da PSE (GESUAS, 2020).

Todas essas medidas serviram de embasamento para a atuação da equipe técnica na Política de Assistência Social em Maracanaú, a qual encontrou dificuldades para realizar o acompanhamento e o atendimento da população interlocutora durante o isolamento social. A política está sempre se renovando e encontrando formas de se adaptar às particularidades do

município. Diante disso, no tópico a seguir, discorreremos como a política de Assistência Social, em especial, o CRAS Pajuçara se (re)construiu durante a pandemia, quais foram as principais demandas, dificuldades e benefícios encontrados durante o trajeto pandêmico.

3.2.1 Atendimento do PAIF em período de pandemia e isolamento social

No início da pandemia da Covid-19, foi decretado isolamento social e logo depois o *lockdown*. Nesse cenário, a política de Assistência Social de Maracanaú/CE seguiu o mesmo percurso e fechou por um curto período, que segundo a equipe multiprofissional durou entre 15 a 20 dias. Entretanto, no município de Maracanaú, a gestão observou que a Assistência Social era um serviço que necessitava continuar atendendo, mesmo com horário reduzido, para prestar informações e orientações aos seus sujeitos/as e distribuir os primeiros benefícios que surgiram, como o vale-gás, o kit higiene e as cestas básicas.

A Secretaria de Assistência Social e Cidadania elaborou o Plano de Contingência Municipal do Controle do Novo Coronavírus (Covid-19), publicado em 18 de março de 2020, para regulamentar a suspensão de alguns serviços, colocando-os, quando necessário e possível, em prestação remota. Esse plano também visou a promover o funcionamento parcial de outros serviços, entre atividade remota e atendimento presencial, na proteção básica e especial, e o funcionamento continuado de serviços de média e alta complexidade (MARACANAÚ, 2020e).

O plano contempla as ações de Inclusão Produtiva e o funcionamento das unidades da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (Restaurante Popular, Cozinhas Comunitária e Banco de Alimentos), assim como as ações estratégicas da Gestão do SUAS (Gestão do Trabalho, Vigilância Socioassistencial e Cadastro Único) (MARACANAÚ, 2020e).

O plano de contingência propõe medidas de proteção, exigindo a adoção de medidas de segurança para os profissionais do SUAS e SISAN, com a obrigatoriedade de disponibilização de materiais de higiene e EPI, recomendados pelo Ministério da Saúde; afastando ou colocando em teletrabalho os grupos de risco; e suspendendo grupos de acompanhamento familiar e visitas domiciliares (MARACANAÚ, 2020e).

Nessa esteira, como preconizam os itens II e IV, do art. 3º, da Portaria nº 337, do Ministério da Cidadania, o plano garante possibilidades de realização do trabalho, por meio da utilização de sistemas de informação, atendimentos ou orientações por telefone e aplicativos de internet (BRASIL, 2020b). Entretanto, observamos, a seguir, com as falas das técnicas e

interlocutoras, como realmente foi a realidade vivenciada durante a pandemia e o isolamento social da Proteção Social Básica de Maracanaú.

A interlocutora 1 elogiou muito a equipe do CRAS Pajuçara sobre o atendimento durante a pandemia. Ela reconheceu que, mesmo com todas as dificuldades do período pandêmico, a equipe manteve-se próxima ao território e disponível para “ajudar”. A seguir, temos a fala da própria interlocutora, a qual nos explicou que entende as fragilidades do serviço, porém acredita que a falta de benefícios eventuais não é culpa dos profissionais, mas sim da gestão municipal:

Não, as meninas sempre facilitaram, dentro da medida do possível, de higienização, para a gente não contaminar elas e nem elas nos contaminar. Aqui até kits de higiene, quando começou a Covid, eles deram pra gente. É muito bom, eles se preocupam com o bem-estar, não só com o meu, mas de muitas pessoas que frequentam aqui, que vem buscar quarentinha. De manhã bem cedo, você precisa ver o tamanho da fila de gente, que vem buscar a senha para pegar o almoço. Significa que o CRAS tem muita importância para todos nós, para toda comunidade. (INTERLOCUTORA 1)

Inicialmente, os/as trabalhadores/as do CRAS Pajuçara ficaram em regime de teletrabalho, realizando os atendimentos por meio das mídias sociais: *Instagram, Facebook e Whatsapp*, para atender as interlocutoras. Segundo a Técnica 1, essa foi a forma encontrada para proteger as/os sujeitas/os e os/as trabalhadores/as da proliferação do vírus, vista pela interlocutora como algo benéfico, pois foi a primeira vez que ela realizou o seu trabalho de casa e, ainda assim, estava próxima ao território:

Quando a pandemia estava bem grave nós fazíamos os agendamentos pelas mídias sociais (*instagram, facebook* e telefone), inclusive foi uma maneira da gente se aproximar das pessoas via mídias sociais, porque até então a gente não tinha essa experiência por meio das redes sociais, e foi bom, tinha bastante pessoas nós procurando, pessoas que muitas vezes não tinha crédito, bônus para ligar por telefone, não tinha dinheiro para deslocamento para vir até aqui, a gente atendia elas por meio das redes sociais. (TÉCNICA 1)

Entretanto, a Técnica 2 salientou que o atendimento realizado virtualmente não era o atendimento particularizado PAIF, até porque, naquele momento, todos os/as trabalhadores/as do CRAS, entre técnicos/técnicas, setor administrativo e coordenação, estavam atendendo pelas redes sociais e telefone. Era um atendimento baseado em informações, orientações e consultas ao Cadastro Único.

Naquele momento, com a expansão do Auxílio Emergencial, a busca pela Assistência Social aumentou consideravelmente, sobrecarregando a equipe do CRAS. Entretanto, esta não tinha nenhum acesso às plataformas da Caixa Econômica Federal – responsável pelo Auxílio Emergencial –, observamos isso nas duas falas a seguir:

Nós fizemos atendimento virtual, mas esse atendimento virtual não era o atendimento eminentemente PAIF, atendimento técnico. A gente concedia informações e orientações. Então, aquele momento do usuário de ser atendido, de contar suas dificuldades, isso não teve virtualmente. Quando nós identificávamos que aquelas demandas precisavam ser atendidas, que necessitavam de uma escuta qualificada, eu falo de todos nós, todos nós estávamos na mesma linha, desde o entrevistador social, técnicos e coordenação, nós atendíamos. Tanto que a gente deixou de atender presencialmente em março e abril, em maio já voltaram alguns atendimentos, que atendimentos eram esses? De beneficiários de BPC, até porque naquele período foi concedido o auxílio da União para eles, então a gente tinha que atendê-los, mas também essas demandas que a gente observava no atendimento remoto, que carecia de uma escuta mais qualificada. Então, nos meses de maio, junho, julho os profissionais estavam aqui presencialmente, em caráter de revezamento, para atender essas demandas. (TÉCNICA 2)

O atendimento durante a pandemia aumentou muito, os profissionais ficaram sobrecarregados, não teve valorização, aumento salarial não existe, até EPIs durante a pandemia faltou, não tivemos acesso a EPIs adequados. Os grupos não estão acontecendo presencialmente por causa disso. A gente trabalhava muito com grupo e depois da pandemia, a gente não trabalhou. Estamos fazendo as coisas mais remotas. (COORDENADORA 1)

As equipes do CRAS e CREAS, juntamente com a SASC, compreenderam rapidamente a inviabilização do trabalho remoto, pois, perceberam que os atendimentos virtuais não eram suficientes e não alcançavam todos as/os interlocutoras/es da política, tendo em vista que a população vive em situação de extrema pobreza e que, por muitas vezes, não possuía acesso a *smartphones* e computadores.

Assim, a equipe voltou a atender presencialmente em regime de escala, cada profissional ia em média 3x por semana ao CRAS, para realizar os atendimentos agendados via telefone e redes sociais. Entretanto, a equipe não recebeu EPI e não possuía nem as condições mínimas para o atendimento, como distanciamento físico, máscaras apropriadas, água, sabão e salas ventiladas. Visualizamos essa realidade, através da fala a seguir:

Nós recebemos os EPIs agora em agosto de 2021, agora que passamos a receber máscaras com regularidade. No início da pandemia, quando a gente vinha, lá em 2020, em maio que a gente começou a vir, a gente trabalhava com máscara de pano e eram máscaras doadas por uma ação que a prefeitura fez com as costureiras do município, e receberam essas máscaras de pano e entregaram para os profissionais. Se os profissionais não fizessem a compra dos seus próprios EPIs, que julgavam que os protegiam mais, eles atendiam com a máscara de pano. Então, passamos 2020 dessa forma, em 2021 ficamos assim até julho e só veio chegar com regularidade essas máscaras a partir de Agosto de 2021. Então são essas pequenas coisas, que entrava até o encantamento que nós temos pela política. (TÉCNICA 2)

Mesmo com todas as dificuldades apresentadas, os atendimentos presenciais retornaram em maio de 2020, agendados e ainda em horário reduzido. Um ponto positivo apontado pela equipe foi que, com a expansão dos atendimentos agendados, atualmente, não existem mais filas enormes de espera e, dificilmente, as/os interlocutoras/es voltam para casa

sem agendamento ou sem orientações. Além disso, a equipe técnica já sabe quais pessoas serão atendidos naquele dia, e a coordenação ainda faz um esforço em encaixar os casos mais urgentes na agenda.

Porém, a política de Assistência Social só foi considerada como serviço essencial com a Portaria nº 148, de 13 de novembro de 2020, o que foi visto como um grande atraso pela Coordenadora 2 (BRASIL, 2020c). Para essa interlocutora, a política poderia ter sido utilizada de uma forma mais efetiva, como propagadora de informações e prestadora de esclarecimentos para a população:

O governo estadual foi muito atrasado nessa organização, nas orientações. A única coisa que nós tínhamos foi o decreto presidencial. [...] Começamos a trabalhar como teletrabalho, porque até então a gente não tinha experiência, a gente não tinha tecnologia, a gente não tinha celulares. Cada CRAS tinha um celular institucional e nem todos tinham acesso às redes né? [...] Ah, uma coisa seríssima, sem equipamentos de EPI de acordo com o necessário... Toda a Assistência Social, isso não foi assim só no Maracanaú, mas em todo o estado, que foi o uso de máscaras que não eram adequadas, máscaras de tecidos, a maioria dos municípios. O governo federal lançou uma portaria emergencial da compra de EPI, mas não foi isso logo, não foi em março né, isso foi lá pra junho, julho. E chegou nas equipes, provavelmente, depende também da gestão de cada município. Na nossa, os equipamentos vieram chegar em setembro. [...] Muitas vezes a gente sabia das informações pelos os usuários. O ente federado nacional não dialogou, não pactuou tá entendendo? E você tem condições tripartites do Sistema Único de Assistência Social, negociação e pactuação. Você tem os conselhos né, que são essas instâncias de deliberação. Então não existiu nenhum diálogo do ente federado com... Já que nós somos... O sistema ele não funciona só, numa pandemia você precisava realizar esse diálogo. Não houve esse diálogo, também a gestão do estado do Ceará deixou a desejar na Assistência Social, não só na pandemia né? Antes dela já era assim. E os municípios foram fazendo aquilo que podiam fazer. Então ficou muita responsabilidade para os municípios né? [...] A assistência tinha muito a contribuir nesse processo né com a saúde principalmente, no processo de orientar de informar, eu não digo só de entregar benefícios por entregar, eu acho também que fazer um papel informativo, fazer contra-argumentações fazer ir contra determinadas narrativas de uma gripezinha. Por que para a população pobre foi muito complicado parar de buscar sua sobrevivência. [...] Você tem aí, eu não sei direito o número correto, mas aproximadamente oito mil e tantos CRAS no Brasil inteiro, então você tem uma rede significativa que poderia ter sido muito importante se tivesse sido valorizada e priorizada no sentido dos processos de gestões, digamos assim. (COORDENADORA 2)

Entretanto, o Estado continua fazendo da Assistência Social um “balcão de benefícios”, não valorizando o seu papel político e educacional, que poderia ter sido um grande aliado do Estado durante a pandemia. Com isso, a equipe técnica nos relatou que percebeu um índice elevado de empobrecimento da população, pois foi percebida a chegada de novas/os interlocutoras/es – um público que antes possuía renda informal, mas que, com o fechamento do comércio, perderam suas fontes de renda, ficando desempregados/as e, em alguns casos, pessoas passando a viver em situação de rua.

A principal demanda mencionada nas entrevistas foi a busca por alimentos. Muitas pessoas do território sabiam que funciona uma cozinha comunitária no equipamento e tentaram acessar as quentinhas oferecidas pela Rede de Segurança Alimentar e Nutricional, em consequência, houve também o aumento pela busca pelo CadÚnico, tanto para o acesso às quentinhas, como para os benefícios eventuais, como as cestas básicas.

Entretanto, com o grande corte orçamentário, o CRAS não tinha benefícios eventuais disponíveis para conceder as/os interlocutoras/es. Foi nesse momento que começaram as doações de empresas privadas, divulgadas pela Prefeitura Municipal, como um trabalho organizado pela SASC. Diante disso, percebemos que mais uma vez a Assistência Social recua para o campo da solidariedade, como citado pela Coordenadora 2:

Aí choveu claro, do campo da solidariedade, muitas instituições que isso também faz parte da história da assistência. A Assistência Social ao longo da sua história, ela foi ofertada diretamente pela sociedade civil, então é recente você ter CRAS, CREAS Centro Pop, vários equipamentos estatais ofertando atendimento a população, até então, quem sempre ofertou... Até a constituição oficialmente foram as entidades e na prática né, na efetividade, você vai ter isso em 2005 quando você estrutura o SUAS, porque é na estruturação do sistema que você vai ter a criação de centros CRAS, CREAS e Centro Pop e unidades de acolhimento que já existiam, mas pela sociedade civil, como até hoje muitas se operam pela sociedade civil. (COORDENADORA 2)

A Técnica 2 pontuou uma mudança muito importante durante a pandemia. Ela explicou que, quando estudamos sobre a política de Assistência Social, entendemos a importância de reafirmá-la como uma política pública e nos distanciar das protoformas arcaicas da benesse e caridade. Entretanto, a Técnica 2 percebeu que o município de Maracanaú, especificamente, se valeu muito das doações de empresas privadas. Com isso, o poder público se retirou da frente das obrigações.

Nesse período de pandemia, todos nós concedemos várias cestas básicas, mas só uma remessa foi de benefício eventual cesta básica. Então a política de Maracanaú se valeu da doação de empresas para conceder, por exemplo, cestas básicas. Então, isso pra mim foi muito chocante. O que a gente observava assistindo o cenário nacional, que as pessoas ficaram em casa, aconteceu um grande número de gravidez, acho isso bem notório, não vi nenhuma pesquisa, mas pelo que a gente ver. Se tem muita gravidez, devíamos ter a distribuição de mais benefícios eventuais de auxílio a natalidade, não veio nenhum em 2021 para todos os que solicitaram. [...] Nesse tempo todo que estou trabalhando, é a primeira vez que vejo um benefício sendo concedido pelo estado, que foi o vale-gás, hoje o Programa Vale-gás, que até então era o vale-gás sem ser programa, e um Kit higiene. (TÉCNICA 2)

No momento que o Estado deveria aparecer e conceder um número maior de benefícios eventuais e garantir que os profissionais trabalhassem com as condições mínimas de segurança indicadas pelo Ministério da Saúde, foi quando ele mais se ausentou. Essa é uma problemática que se repete na fala de todas as nossas interlocutoras/interlocutor, ou seja, o

descaso diante da população e dos profissionais maracanaenses, frente às consequências do desmonte das políticas públicas, radicalizadas na pandemia.

Em todas as falas, observamos a repetição da indignação com o Governo Estadual e Federal, primeiro pela demora em regulamentar a Assistência Social como um serviço essencial, o que atrasou a organização da classe trabalhadora, como também dificultou a comunicação dos/as trabalhadores/as com as/os interlocutoras/es; em segundo lugar, pela desresponsabilização do Estado com os/as trabalhadores/as que estavam atuando sem nenhuma medida de proteção contra a Covid-19. Sobre isso, a indignação aumentou quando o Governador Camilo Santana não incluiu os/as trabalhadores/as do SUAS como “público prioritário” para receber a vacina; no entanto, ao mesmo tempo, os obrigou a trabalhar para que entregassem os benefícios ofertados no período:

O profissional tem que ser visto, é até uma reivindicação minha nesse sentido de que a gente está como um meio, para que as pessoas não possam reclamar do mal atendimento nas unidades. Eu vejo muito isso, uma falta de chegar junto dos profissionais e isso foi um descrédito que o próprio governo do Estado, quando ele não colocou os profissionais da Assistência Social como prioridade para as vacinas. Então, somos um serviço fundamental e essencial, quando convém, para atender aqueles que precisam, para distribuir as cestas básicas, para deixar tudo muito bonito na TV, nas postagens do *instagram*, porém conceder direito de vacina, porém conceder EPIs de qualidade, não recebemos. (TÉCNICA 2)

Alguns profissionais, como assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, conseguiram tomar a vacina, mas por meio de outras classes trabalhadoras, não como trabalhadores do SUAS. Então, antes mesmo do avanço das vacinas, as equipes já estavam se dividindo em escala, para dar conta dos atendimentos agendados, entre o teletrabalho e o atendimento presencial.

Com a pandemia, serviços coletivos, como as reuniões do PAIF e do Serviço de Convivência, foram interrompidos. O único programa que manteve encontros presenciais foi o do Programa Criança Feliz, como exigência do Estado, mais uma vez comprovando a sobreposição dos programas sobre os serviços, mesmo com baixíssima adesão por parte das interlocutoras, como a Técnica 3 nos informou:

No decorrer desse processo houve muitas atividades promovendo a questão dos grupos de *whatsapp*, promovendo o Criança feliz e o Cartão Mais Infância Ceará – CMIC, existiu muito essa tentativa de fazer grupos, em diálogo com outros equipamentos que já faziam isso. Então, nós também seguimos isso, nos comunicávamos com os beneficiários pelo grupo e até aconteceram alguns encontros presenciais, com o limite de dez pessoas durante a pandemia. Mas, na verdade a gente observou que é muito mais para cumprir tabela, que não tem efetividade, a resposta pra isso é muito baixa, primeiro porque muitas pessoas ficam de fora e uma atividade via *whatsapp* desvirtua/desvincula nosso processo de

trabalho, apesar que é momento que foi obrigatório existir isso. (TÉCNICA 3)

Por fim, trazemos a fala da Coordenadora 2, a qual demonstrou grande preocupação com o futuro da política de Assistência Social, tanto pela desvalorização orçamentária como pela moralização de seus sujeitos/as, com destaque para as falas do governo Federal, o qual deslegitima essa política pública. Além disso, com o fim do Programa Bolsa Família e com a chegada do Auxílio Brasil, a Técnica 3 reconhece que logo as/os interlocutoras/es sentirão as consequências dessa extinção, pois o Bolsa Família era um programa que possuía continuidade e objetivos bem definidos; por sua vez, o Auxílio Brasil tem valor superior, entretanto, possui data de começo e fim.

Não só isso, já existia uma grande confusão entre as/os interlocutoras/es sobre quais programas estão sendo beneficiados, eles já foram sujeitos do Bolsa Escola, Bolsa Família, passaram um período recebendo Auxílio Emergencial e agora o Auxílio Brasil. Isso dificulta a população a conhecer os seus direitos e diferenciar os programas, bem como impede correlacioná-los à realidade política do País, por isso é tão importante que os/as trabalhadores/as do PAIF façam um trabalho continuado com as famílias, para além de conceder benefícios e auxílios, mas explicar a origem e as consequências deles.

Cumpramos destacar ainda que, mesmo com o destaque que o Programa Criança Feliz vem recebendo, a equipe não se sente preparada para executá-lo; entretanto, ela precisa, pois grande parte orçamentária que está sendo recebida pelos CRAS é destinada para a primeira infância. Sobre isso, a Coordenadora 2 explana que:

Na pandemia, criaram-se recursos extraordinários pela pandemia, mas depois que ela passar, num pós pandemia, o desafio pra assistência é muito maior, porque nosso volume de pessoas atendidas aumentou muito. (...) Se você pega os indicadores quando o Temer saiu e os indicadores do Bolsonaro são alarmantes. Você imagina se os dados estão apresentando isso, você imagina a realidade, porque o dado sempre tem uma distância entre a realidade. E eu vou te dizer, além desse financiamento, você tem um retrocesso também em concepção, na concepção do direito. Volta essa prática mesmo, dos conceitos mais antigos de tutela, de clientelismo, de favor. Isso associado a uma moralização histórica da pobreza, a discriminação da política de Assistência Social... É incrível como continua sendo a polícia das famílias, não é pra ser, ver muito as pessoas ali, como eu te disse, não olha por necessidades a referência acaba sendo características né, das pessoas e não as suas necessidades. (COORDENADORA 2)

Diante disso, no capítulo a seguir, discorreremos sobre os conceitos de pobreza e vulnerabilidade social, já que foi o principal ponto elencado pelas profissionais sobre seus sujeitos/as, bem como foi uma realidade que se intensificou com a pandemia. Pobreza e vulnerabilidade social são eixos estruturantes da sociedade capitalista e servem de base para os programas e serviços da Política de Assistência Social.

4 NOS CIRCUITOS DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL E DA VULNERABILIDADE SOCIAL NO ESTADO CAPITALISTA

“Vai, alegria
Que a vida, Maria
Não passa de um dia
Não vou te prender
Corre, Maria
Que a vida não espera
É uma primavera
Não podes perder”

(Olha Maria, Fafá de Belém)

Para melhor explicarmos o objeto em tela, conceituamos, neste capítulo, as categorias pobreza e vulnerabilidade social, compreendendo que elas atravessam a política pública em avaliação e estão diretamente ligadas à estrutura do Estado capitalista e ao cotidiano das interlocutoras da política de Assistência Social.

Com o avanço do capitalismo no Brasil, iniciavam-se as primeiras ações tidas como Assistência Social. As iniciativas apresentavam-se atreladas às práticas de benesse, emergindo de forma pontual e assistencialista. Assim, a Assistência Social emerge no Brasil, com o mero intuito de dar devolutivas em relação ao caos vivenciado pela população pauperizada, promovendo também o desenvolvimento do capitalismo. Entretanto, nesse cenário, a Assistência Social não se caracterizava enquanto política pública, nem tampouco como meio de proteção social.

Somente com a Constituição Federal de 1988, a Assistência Social passa a assumir uma posição no Tripé da Seguridade Social, acompanhada da saúde e da previdência social. Assim, a Assistência Social passa, a partir de um aparato legal, a ser vista como direito, para quem dela necessitar. Entretanto, a efetivação desta enquanto tal perpassou por obstáculos, exatamente pelo cenário neoliberal emergente no Brasil e na América Latina nos anos de 1990.

Nesse período, iniciou-se a entrada do Estado como uma nova alternativa para o desenvolvimento brasileiro, com características interventoras e reformativas, as quais priorizavam a dominação política. Diante disso, a pobreza passou a ser vista como uma “questão social”, que necessitava da intervenção estatal. Assim, em tese, o Estado passa a intervir, de forma focalizadora e seletiva (YAZBEK, 2005; DRAIBE, 1993).

A introdução neoliberal enfraqueceu a esquerda e manteve a política de Assistência Social no campo das contradições. Por razões de ordem econômica, demandava-se a supressão da pobreza, por intermédio do estímulo à independência, utilizando, como mecanismo, o assistencialismo emergencial. Tal estratégia advém da percepção de que a pobreza e a falta de acesso aos bens e serviços são uma barreira para a modernização do estado capitalista. Dessa forma, as reformas estruturais propostas pelo neoliberalismo demandavam reformas sociais em prol da estabilidade política (DRAIBE, 1993).

As políticas sociais centradas no combate à pobreza remodelaram-se nesse período, com o objetivo de amenizar os efeitos do projeto neoliberal introduzido no país, institucionalizando-se na periferia do campo da proteção social, autorizando a expansão das ações emergenciais de caráter compensatório para grupos específicos (IVO, 2008).

Nos países latino-americanos, a tendência reformista neoliberal se direciona para a descentralização (potencializando a eficácia do gasto), privatização (forma de alívio da crise fiscal, redução do desperdício do gasto público e incentivo ao mercado) e concentração dos programas sociais em grupos sociais em extrema pobreza³⁴ (direcionando a atenção para grupos selecionados, em situação de urgência) (DRAIBE, 1993).

Enquanto o Brasil vivenciava, em 1995, o Programa Comunidade Solidária (PCS), que objetivava, dentro da Rede de Proteção Social, a associação de entidades privadas e organizações não governamentais em prol de pensar e efetivar políticas sociais. O Programa criado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e amadrinhado pela primeira-dama, Ruth Cardoso, é nítido exemplo da tentativa de implementação da agenda neoliberal no Brasil, por ser dotado de ações focalizadas e intercaladas com entidades não governamentais, efetivando, pois, a transferência do dever do Estado para outros setores.

Para Draibe (2002), o Brasil não vivenciou um recuo intenso na proteção social na década de 1990. Ao contrário, as reformas efetivadas pós-Constituição constatavam a efetivação positiva do universalismo dos direitos. Assim, as desigualdades e a pobreza incessante encontraram fontes de persistência para além das políticas sociais, que estavam localizadas no embate com caráter estrutural do capitalismo. Em contrapartida, o Brasil detém uma estrutura social profundamente desigual, a qual demanda um longo percurso para a efetivação da justiça social com orientação democrática.

³⁴A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu pobreza extrema, em seu relatório na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social (1995), como "uma condição caracterizada pela severa privação de necessidades humanas básicas, incluindo alimentos, água potável, instalações de saneamento, saúde, abrigo, educação e informação. Depende não apenas da renda, mas também do acesso aos serviços". (ONU, 1995, s. p. – Texto traduzido).

O pensamento neoliberal compreende a pobreza como um problema individual, por isso as ações dos Estados neoliberais caminham em articulação com a filantropia e o terceiro setor. Diante desse cenário, a autoajuda substitui o direito constitucional do cidadão, em ações de benesse e caridade, assim como no Keynesianismo (MONTAÑO, 2012).

De acordo com Teixeira (2017), a desigualdade social no país está ligada ao modo de produção capitalista, enquanto fator determinante e determinado pelo sistema. Assim, o Estado, diante dos índices de precarização do trabalho e da desigualdade social, necessitava dar respostas às demandas emergentes nos processos de industrialização do capitalismo, em prol de acalantar a população que vive em situação de vulnerabilidade social e promover a reprodução ininterrupta do capitalismo.

Todavia, nesta investigação, a pobreza é analisada como uma categoria multidimensional (SILVA M., 2016), pois ela não se manifesta apenas pela carência de bens materiais, a pobreza é também uma categoria política que se reproduz pelo não acesso aos direitos sociais, oportunidades, informação, possibilidade e esperança. No Brasil, ela está nas relações sociais que a produzem e se reproduzem no campo social, econômico, político e cultural, construindo “lugares” e estigmas para a população pobre.

A categoria aqui explanada possui uma perspectiva totalizante, compreendida como manifestação da questão social, a qual, segundo Silva M. (2016), vem como expressão das relações vigentes da sociedade capitalista, sendo este um sistema extremamente desigual, em que as pessoas convivem com a dualidade da acumulação e da miséria.

Conforme Netto (2007), a avaliação da pobreza abrange premissas de natureza teórico-política e de ordem técnico-instrumental. Portanto, o autor segue o argumento de Silva M. (2016), trazendo contestações mais complexas, nas quais a pobreza e a desigualdade não se esgotam apenas a aspectos socioeconômicos, o oposto, ocupam-se, em ambos os casos, de aspectos pluridimensionais. Quando esses fenômenos são reduzidos apenas a critérios econômicos, os resultados são uma simplificação e naturalização. Nas sociedades em que a dominância é o modo de produção capitalista, a pobreza/pauperização e desigualdade estão intrinsecamente interligadas pela exploração da classe trabalhadora.

A pauperização absoluta é avaliada quando as condições de vida e trabalho dos proletários experimentam uma baixa geral, como a queda do salário, degradação dos padrões de alimentação e moradia, intensificação da jornada de trabalho e aumento do desemprego. A pauperização relativa é distinta, pois pode ocorrer mesmo quando as condições de vida dos/as trabalhadores/as estão em escala crescente, com as melhorias dos padrões de alimentação e de

moradia. Ela se descreve pela diminuição da parte que cabe à classe trabalhadora dos valores criados, enquanto aumenta a parte apropriada pelos capitalistas (NETTO, 2007).

Portanto, de acordo com Netto (2007), é errônea a tese que traz o crescimento econômico como a única solução possível para enfrentar e reduzir a pobreza. O crescimento econômico pode auxiliar na redução da pobreza, no sentido da pauperização absoluta, se o ciclo de crescimento for extenso e expressivo, bem como se for seguido por uma política categoricamente redistributiva, mantendo-se uma inflação baixa. Então, com essas condições, o crescimento pode, concretamente, ter um efeito positivo na redução da pauperização.

Mesmo após o Estado assumir as intervenções em combate à pobreza, essa atuação ainda era baseada na lógica de benemerência e precariedade, a partir de intervenções emergenciais e focalizadas. Depois de um longo período de reformulações na Política de Assistência Social, nas agendas políticas assumidas e na implantação do neoliberalismo, o olhar para essa política pública retrocedeu. Na verdade, compreendemos que o Brasil nunca passou por reformas em suas estruturas políticas, econômicas e culturais. O que aconteceu entre 1930-1990 correspondeu a reformulações e reconstruções que refletem nas políticas sociais.

Para a autora Yazbek (2005), a pobreza brasileira é resultado da herança da tradição oligárquica e autoritária, sendo um fenômeno histórico e socialmente construído, o qual não deve ser tomado como natural. Dessa maneira, os direitos nunca foram admitidos pelo ordenamento econômico e político da sociedade, pois, até quando os direitos sociais são conquistados, isso se dá por meio de muita luta, ocorrendo uma classificação e um reordenamento de novas formas para distinções dos pobres. À vista disso, as políticas sociais no Brasil desenvolvem ações compensatórias e seletivas direcionadas aos mais pobres, incapazes de competir no mercado.

Entendemos que apenas o aparato legal não é suficiente para transformar o caráter conservador da Assistência Social, o qual é fruto da nossa formação socioeconômica e política arcaica. Como política pública, a Assistência Social acompanha as reformulações das agendas políticas vigentes no país, sendo assim, as ações também adotam o posicionamento neoliberal.

Após explanar a pobreza como categoria política, adotamos também a categoria vulnerabilidade social, baseada na PNAS (BRASIL, 2004) e no autor Kowarick (2009), o qual discorre sobre a categoria vulnerabilidade socioeconômico que diz respeito à situação de desproteção na qual a população pobre está inscrita, configurada pela falta dos direitos sociais básicos de cidadania. O autor discorre sobre um amplo processo de destituição de direitos, o

qual pode aparecer de duas formas, seja pela naturalização dos acontecimentos e/ou pela neutralização. A naturalização é o contrário de culpabilizar o indivíduo sobre sua condição de pobreza, pois centra-se em discursos baseados nas leis incontroláveis da natureza, uma sina que recai sobre a pessoa, e ela é vista como coitada. Por sua vez, a neutralização corresponde a métodos de constrangimento e coação, os quais reforçam e demarcam o “lugar” do pobre (KOWARICK, 2009).

No entanto, quem seria esse pobre em nossa pesquisa? Aqui, analisamos que a pobreza tem um rosto, e esse rosto é feminino. A mulher assume o lugar de responsável na política de Assistência Social, acumulando atividades no âmbito privado e público. Porém, também é vista como “sujeita necessitada” de política. Para dar conta dessa realidade específica, adotamos o conceito de matriarcado da miséria, de Sueli Carneiro (2020).

A expressão matriarcado da miséria foi criada por Arnaldo Xavier, um homem, negro, nordestino e poeta, para aprofundar a experiência histórica das mulheres negras dentro das especificidades da sociedade brasileira. Trajetória que é marcada pela exclusão, discriminação e rejeição social, mas que também resiste e assume lugar de liderança em suas comunidades pobres. Carneiro aponta que as associações do racismo e do sexismo produzem sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social, a qual acarreta desdobramentos negativos sobre todas as nuances de vida da mulher, afetando sua condição econômica, social e mental (CARNEIRO, 2000).

Desde o início desta avaliação, compreendemos que as categorias pobreza e vulnerabilidade social são fundantes das relações sociais aqui problematizadas, após entendermos como adotamos essas categorias políticas. No tópico a seguir, nos aprofundamos em dois pontos que foram recorrentes nas falas de nossas interlocutoras: A insegurança alimentar e o empobrecimento das interlocutoras da política de Assistência Social em contexto de pandemia.

4.1 Insegurança alimentar e o empobrecimento dos/as sujeitos/as da política de Assistência Social

Ao dialogarmos com as/os técnicas/técnicos do PAIF, apreendemos, como recorrentes em seus discursos, as situações de insegurança alimentar e de extrema pobreza como os problemas frequentes vivenciados pelas interlocutoras, realidade que se intensificou com a pandemia da Covid-19. Com isso, trazemos, neste tópico, alguns dados sobre a situação

social e econômica do Brasil, em correlação com o cotidiano das interlocutoras da política de Assistência Social.

O conceito Segurança Alimentar e Nutricional está sempre em construção, pois é relacionado a diferentes realidades, aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos. Em 2006, a Lei nº 11.346 criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada (BRASIL, 2006).

Sobre isso, o Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, regulamenta a Lei nº 11.346 e institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), que traz em seu artigo 2º que:

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. (BRASIL, 2010, p. 1)

As ações da PNSAN e do SISAN devem assegurar o componente alimentar, que é a disponibilidade, produção, comercialização e o acesso aos alimentos, como também o componente nutricional, o qual está relacionado às práticas alimentares e à utilização biológica dos alimentos. Para dar conta desse objetivo, é imprescindível a mobilização de diversos setores da sociedade, como agricultura, abastecimento, saúde, educação, desenvolvimento, trabalho e Assistência Social (BRASIL, 2006).

A fome e a pobreza não devem ser lugar de permanência, mesmo em momento de crises severas. Essas situações são consequência de opções políticas, resultado de um sistema econômico que negligencia os direitos garantidos na Constituição de 1988 (PAULA; ZIMMERMANN, 2021).

Segundo a OXFAM (2020), os indicadores sociais, em 2014, demonstravam que o Brasil estava vencendo a guerra contra a fome, devido aos investimentos governamentais, em parceria com a sociedade civil e com os pequenos produtores rurais, bem como devido às estratégias desenvolvidas pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

No entanto, com a nova agenda política pós-golpe de 2016, não foi dada a continuidade às políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, assim, os novos arranjos econômicos e os reajustes fiscais abriram caminho para a concentração de renda, as taxas de pobreza, o desemprego e a informalidade. A pandemia da Covid-19 chegou ao Brasil em um período em que a situação econômica já era um problema preocupante, pois, em 2018, o

quantitativo de pessoas em situação de fome no Brasil aumentou de 100 mil para 5,2 milhões (OXFAM, 2020).

Em contexto de pandemia, a insegurança alimentar está diretamente ligada ao empobrecimento da população. As pessoas estavam à mercê da própria “sorte”. Ao se isolarem para não piorar a proliferação do vírus, muitos perderam os seus meios de vida e, assim, houve um deslocamento e uma regressão na realidade das pessoas, dos pobres que voltaram a viver em condição de extrema pobreza (PAULA; ZIMMERMANN, 2021).

A pandemia mostrou, de forma severa, as consequências das desigualdades sociais no mundo, o Programa Mundial de Alimentos (PMA) estimou que, com a crise sanitária, a fome subiria para 270 milhões de pessoas antes do fim de 2020, o que representa que de 6.100 a 12.200 pessoas poderiam morrer de fome em decorrência dos impactos econômicos e sociais acarretados pela pandemia (OXFAM, 2020).

África do Sul, Brasil e Índia, países de renda média, estão vivenciando níveis de fome que vêm crescendo rapidamente. A pobreza e a extrema pobreza atingiram, em 2020, na América Latina, indicadores que não eram observados nos últimos 12 – 20 anos, estima-se que a taxa de extrema pobreza ficou em 12,5% e atingiu 33,7% da população, isso representa que 209 milhões de pessoas chegaram à linha da pobreza, 22 milhões de pessoas a mais que em 2019. Desse total, 78 milhões estavam em situação de extrema pobreza. Em dados regionalizados, o Nordeste abriga 53,3% da população mais pobre do Brasil, sendo apenas 27% da população do país (OXFAM, 2020; CEPAL, 2021).

Os resultados apresentados pelo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia Covid -19 no Brasil afirmam que a insegurança alimentar e a fome retornaram aos patamares anteriores aos de 2004 (VIGISAN, 2021).

Foi recorrente na fala de todas as nossas interlocutoras e interlocutor o empobrecimento da população, isso foi comprovado pelo aumento exorbitante nos atendimentos realizados durante o período da pandemia, a exemplo dessa realidade, trouxemos a fala da Técnica 5, que exemplificou bem a precariedade vivenciada pela população:

O público aumentou, consideravelmente, de pessoas que até então não tinham acessado a Assistência Social, que não apresentavam nenhuma necessidade e que diante da pandemia, se viram sem renda, desempregados, sem perspectiva. Quando as coisas voltariam ao normal, pessoas que tinham trabalhos informais, pontos, comércios. Então, um número de pessoas que não faziam o perfil da assistência, mas que com a pandemia, passaram a precisar, demandando cadastro único. Agora com o Auxílio Brasil aumentou bastante a procura pelo cadastro único. As famílias acompanhadas pelo PAIF, muitas mulheres trabalhavam como diaristas, em casas de famílias, diante da pandemia elas que já recebiam essa renda mínima informal,

passou a não ter mais, essas famílias passaram a necessitar ainda mais da assistência, que a gente conseguiu atender de certo modo, através das doações das empresas, do vale-gás do governo do estado e com o auxílio emergencial. (TÉCNICA 5)

Outro ponto levantado na interlocução da Técnica 5 foi sobre a taxa de desemprego durante a pandemia e as pessoas que possuíam como ocupação trabalhos informais, as quais perderam essa fonte de renda durante a crise intensificada pela pandemia. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2020), em novembro de 2020, a taxa de desocupação chegou a 14,2%, isso corresponde a 14 milhões de pessoas sem trabalho no Brasil. A taxa de informalidade ficou em 34,5, o que representa 29,2 milhões de pessoas. Mais uma vez, o Nordeste e o Norte são as regiões que abrigam as maiores taxas, 45,2% e 49,6%, respectivamente.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) demonstrou que aproximadamente 305 milhões de empregos em período integral foram perdidos durante a pandemia, afetando principalmente mulheres e jovens (OXFAM, 2020). Como citado pela Técnica 5, muitas mulheres interlocutoras da política perderam sua renda, algumas vendiam lanche, trabalhavam como diaristas, e com o isolamento social não tiveram a oportunidade de manter seus trabalhos.

As mulheres desempenham papéis importantes na esfera privada e pública, pois, segundo a Oxfam (2020), elas fazem parte, de forma significativa, dos grupos como trabalhadoras informais, o que entra em concordância com as falas dos/as trabalhadores/as do SUAS. Sendo assim, as mulheres são as mais afetadas pela insegurança alimentar e pela extrema pobreza.

Encerramos este tópico com mais um trecho da entrevista da Técnica 5, a qual nos explicou que as interlocutoras acompanhadas pelo PAIF já vivenciavam as situações de insegurança alimentar e a extrema pobreza. Entendemos que essas são situações difíceis de serem superadas, mas a política de Assistência Social alivia as condições de vida dessas pessoas. Entretanto, essas são questões estruturantes da sociedade capitalista, as quais precisam de uma nova sociabilidade para serem superadas.

Porque é uma questão de desemprego estrutural, extrema pobreza, baixa escolaridade, não são coisas rápidas de se transformar, da gente ver essa mudança. O desligamento das famílias se dão muito mais por questões de desemprego e evasão da família, do que superação das vulnerabilidades, a Assistência Social não consegue superar essas vulnerabilidades, então a gente vai ali amenizando aquela situação, dando o suporte necessário. Nós precisamos de mais articulação em rede. Acaba que está muito individualizado e no dia a dia existe uma certa dificuldade nessas articulações. (TÉCNICA 5)

Por fim, na lógica neoliberal e neoconservadora que as políticas sociais vêm assumindo desde 2016, o “usuário necessitado” é a mulher, a qual é perpassada pelas violências físicas e/ou simbólicas provocadas pelo machismo, autoritarismo e preconceito; além disso, com a pandemia, foram intensificadas as questões de desemprego, fome e extrema pobreza.

Diante disso, as políticas sociais como instrumento do Estado, dentro de possibilidades reais, podem ser um espaço que supere e/ou no mínimo amenize as desigualdades vivenciadas pelas mulheres, pois, mesmo que a PAS não sobrepuje a pobreza e as desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo, a redistribuição de renda proporcionada pelos Programas de Transferência de Renda (PTR) aliviarão as condições de precariedade das famílias pobres, indicando, em consequência, caminhos de transformação para/com as mulheres pobres. No item a seguir, aproximamo-nos de quem é essa interlocutora... Quem são essas mulheres?

4.2 As sujeitas do PAIF: a construção da categoria “mulher” e suas interseccionalidades no PAIF

Ao traçarmos os perfis de nossas interlocutoras, é evidente a predominância feminina na política de Assistência Social, seja pelo público atendido no serviço PAIF – como registrado nas entrevistas –, seja pela própria formação da equipe de trabalho do CRAS Pajuçara. Essa predominância não foi constatada apenas em nossa pesquisa de campo, essa realidade é registrada em diversas pesquisas e estudos no campo da Assistência Social, como foi problematizado no capítulo 2 desta avaliação.

Dos 8 profissionais entrevistados, 7 são mulheres, com faixa etária entre 30 – 60 anos, autodeclaradas, em sua maioria, como pardas/pretas, com média salarial entre 1 – 4 salários-mínimos, com exceção da Coordenadora 2, a qual possui renda superior por exercer duas profissões: Assistente Social e Professora Universitária.

A construção do perfil das interlocutoras do CRAS Pajuçara foi baseada nas falas das técnicas/técnico do equipamento e na entrevista realizada com a Interlocutora 1. A Interlocutora 1 é uma mulher de 49 anos, mãe, autodeclara-se como parda e o seu estado civil atual é separada. Possui ensino fundamental completo, trabalhou de carteira assinada a vida inteira, mas, por causa de problemas de saúde, está afastada do seu trabalho há 8 anos. Até o momento da entrevista em fevereiro de 2022, a interlocutora não possuía nenhuma renda, pois estava com seu benefício do INSS bloqueado há 2 anos e 6 meses.

A interlocutora reside no território da Pajuçara, em casa própria, com um filho de 19 anos. O rapaz trabalha meio expediente informalmente e recebe menos de meio salário por mês, o que, obviamente, é insuficiente para o sustento dos dois. Ambos não são sujeitos de nenhum Programa de Transferência de Renda. Há 6 anos, a interlocutora e seu filho são acompanhados pelo PAIF e, diariamente, ela frequenta o CRAS Pajuçara duas vezes ao dia. Primeiro, às 05h30min para pegar a ficha para receber a quentinha fornecida pela Rede de Segurança Alimentar e Nutricional e às 11h00 para receber a quentinha, a qual possui um valor simbólico de R\$ 1,00, entretanto a interlocutora é isenta pelo CadÚnico.

O perfil do público do CRAS Pajuçara corresponde a mulheres, jovens e idosas, em sua maioria, autodeclaradas pardas/pretas, que vivem em situação de extrema pobreza, insegurança alimentar e situações habitacionais precárias. Com baixa escolaridade e sem trabalho fixo, quando trabalham, possuem vínculos empregatícios informais, sem direitos trabalhistas, sem renda fixa. Não possuem companheiros, sendo mães solas. As que possuem companheiros continuam sendo as chefes de suas famílias, enquanto responsáveis pela dinâmica privada e/ou responsáveis pelos benefícios dos Programa de Transferência de Renda.

O território da Pajuçara sofre com a precarização habitacional e sanitária. Segundo a Técnica 3, o território “tem muito esgoto aberto, muita lama e buraco, [...] fora o não acesso a esporte e lazer. Sem escola integral, sem creche, as mães, as famílias de modo geral, são assumidas por mulheres. Elas ficam de mãos atadas, porque não têm como trabalhar e deixar as crianças sem supervisão” (TÉCNICA 3, 2022).

Algo bem característico do território da Pajuçara, apresentado pela Técnica 3, refere-se às mulheres que trabalham na Ceasa³⁵ desde crianças, com vínculos empregatícios precarizados e informais. As mulheres procuram o CRAS, principalmente, pela inserção no CadÚnico, para se cadastrarem nos Programas de Transferência de Renda e em busca dos benefícios eventuais, como: cestas básicas e auxílio-natalidade. Como explanado por meio de dados nos tópicos anteriores, as condições de vida dessas pessoas pioraram com a pandemia, segue a fala da Coordenadora 1, que registrou essa realidade:

Depois da pandemia, veio piorar muito mais, a renda das pessoas baixaram, muitas pessoas perderam os seus empregos, muita gente que antes não precisava do CRAS e agora está precisando, pessoas que tinham MEI - Microempreendedor Individual, que eram empreendedor, cabeleireiro, pessoas que vendiam lanche, algumas coisinhas assim, que não teve como se manter, fechou. Além do desemprego. São

³⁵ A CEASA corresponde a centros populares de abastecimento destinados a promover, desenvolver, regular, dinamizar e organizar a comercialização de produtos da hortifruticultura em nível de atacado. A CEASA de Maracanaú está localizada na Av. Dr. Mendel Steinbruch, s/n – Pajuçara.

peças que não precisavam de cadastro único e agora estão precisando. Então, a demanda está aumentando muito e a gente não está conseguindo dar conta. E o que a gente dar conta, ainda é incompleto, porque não tem tudo, falta muitos benefícios eventuais, como auxílio à natalidade. O único benefício que não falta, porque não tem como é o benefício funeral. Mas os outros sempre faltam para os usuários. É um direito que é retirado né? (COORDENADORA 1)

Nessa esteira, com a pandemia, o CRAS recebe um novo público, agora com novas características. Pessoas que possuíam renda fixa e ficaram desempregadas e/ou pessoas que trabalhavam informalmente, as quais, com o fechamento do comércio, tiveram de recorrer à Assistência Social, bem como pessoas com nível de escolaridade um pouco melhor, com situações habitacionais dentro de um padrão básico e que viviam acima da linha de pobreza.

O tópico a seguir dá conta da categoria mulher e suas interseccionalidades para embasar a análise aqui apresentada, a qual sinaliza que as famílias atendidas pelo PAIF têm, em sua maioria, uma chefia feminina. Em 2019, apenas 681 homens eram os responsáveis familiares, em contrapartida, 5.590 mulheres são as responsáveis por suas famílias, mediante a Política de Assistência Social. Portanto, problematizamos como são as dinâmicas pública e privada vivenciadas por essas mulheres e como essas interseccionalidades se relacionam no cotidiano familiar.

4.2.1 As dimensões de gênero, mulher e interseccionalidade em discussão

Existem diversas abordagens teóricas de análise sobre gênero, pois essa categoria vem difundindo-se desde a década de 1960. Nesse período, pesquisadoras feministas buscavam compreendê-la a partir da ideia da constituição social do caráter humano, com o objetivo de questionar as raízes fincadas no determinismo biológico. À vista disso, o conceito “sexo” colaborou com as tentativas de modificar certas relações sociais vistas como intactas na sociedade (NICHOLSON, 2000).

Nesta dissertação, nos aproximamos de um feminismo marxista, diante do posicionamento e problematização traçado desde o início desta pesquisa. Entretanto, apresentamos as correntes feministas, para compreender como o campo de gênero, mulher e interseccionalidade vem sendo categorizado por pesquisadores/as no campo da Assistência Social.

O termo gênero está ligado, segundo Osterne (2001), ao campo social, no aspecto relacional entre mulheres e homens, em toda a sua complexidade. Portanto, os dois sexos, masculino e o feminino, não são consequência natural das relações sociais. Pelo contrário, homens e mulheres transformam-se por intermédio das relações de gênero. Dessa

forma, os fatos biológicos despidos da sexualidade não falam por si próprios, senão por meio de mediações sociais.

Para Beauvoir (1980), os aspectos biológicos são utilizados pela sociedade para diferenciar os homens das mulheres. E na construção dessa relação, no campo social, a mulher é vista como inferior. O que a autora Djamila Ribeiro denomina de sexismo biológico refere-se, a partir dos aspectos biológicos, ao fato de a sociedade justificar a “inferioridade natural” das mulheres. Por conseguinte, compreendemos que a diferenciação biológica vem sendo construída dentro do aspecto social. Portanto, a mulher é projetada como inferior ao homem, por aspectos biológicos, políticos, morais e intelectuais.

De acordo com Scott (1989), foi na década de 1970 que as pesquisas de gênero começaram a redefinir as noções tradicionais, com a possibilidade de incluir experiências individuais e subjetivas, quanto atividades políticas e públicas. O gênero legitima e constrói as relações sociais em contextos específicos. Dessa forma, compreendemos que o gênero constrói a política, e a política constrói o gênero, tendo em vista que a sociedade cria personalidades e comportamentos, o que não seria diferente em relação aos corpos. Diante dessa colocação, entendemos que o sexo não pode ser independente do gênero.

Para Osterne (2001), a categoria gênero tem, nos nexos dos padrões de hierarquia e autoridade, sob influência da cultura patriarcal, indícios e/ou manifestações da primazia do masculino sobre o feminino. Na sua obra *Família, Pobreza e Gênero: o lugar da Dominação Masculina*, gênero não fazia parte de nossas preocupações iniciais. No entanto, a centralidade da mulher no processo de socialização da pobreza a levou a tais questionamentos.

As mulheres aparecem, muitas vezes, como mediadoras de conflitos trazidos pelas expressões da questão social. O espaço conquistado pelas mulheres tem ajudado com o deslocamento dos padrões hierárquicos nas relações de gênero. Todavia, isso não quer dizer que foram superadas as assimetrias de gênero. Por esse motivo, a autora dá centralidade à dominação masculina, para adensar a discussão (OSTERNE, 2001).

Para Saffioti (2015) o conceito de gênero é aberto, é uma categoria geral histórica, é a construção social relacional do masculino e do feminino. Por sua vez, o patriarcado é uma categoria específica, a qual está em permanente transformação, atravessando a sociedade como um todo. Não é a desigualdade entre homens e mulheres. Um dos elementos nucleares do patriarcado reside, exatamente, no controle da sexualidade feminina, sendo o espaço doméstico um lugar de privação para as mulheres.

Dessa forma, o sexismo não é somente uma ideologia, é uma estrutura de poder. O sexismo prejudica homens, mulheres e suas relações. No entanto, o saldo maior é das

mulheres. Nós, mulheres, somos e fomos criadas de formas diferentes em relação aos homens, mas, ao mesmo tempo, compreendemos que ser homem também não é uma tarefa fácil (SAFFIOTI, 2015).

Para discutir patriarcado, Saffioti (2015) entra na discussão da vertente sexual, ao afirmar que existe distinção entre o público e o privado. No entanto, compreendemos que as complexas relações são de impossível separação para compreensão social. A ideia da ideologia de gênero, especificamente patriarcal, é que o contrato sexual se restringe à esfera pública. Para Saffioti: “Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam a toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado” (2015, p. 57).

Dessa forma, no contrato entre homens, cujo objeto corresponde às mulheres, o patriarcado é uma forma de expressão do poder político. Quanto mais as/os feministas distanciarem-se do esquema patriarcal do pensamento, melhores serão as suas teorias. Ou seja, necessitamos desnaturalizar essa cultura patriarcal que resiste na sociedade contemporânea, para só depois adentrarmos nas discussões mais profundas da categoria mulher (SAFFIOTI, 2015).

O conceito de gênero é muito mais amplo, deixando em aberto a possibilidade da dominação-exploração. Por esse motivo, ressaltamos a necessidade de ampliar o conceito para as relações homem-homem e mulher-mulher. Ainda que seja uma categoria histórica, essa realidade é previamente dada para cada ser humano que passa a viver socialmente (SAFFIOTI, 2015).

Assim, como apresenta Saffioti (2015), a desigualdade está longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder e pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e mulheres, as desigualdades de gênero não são dadas, mas construídas. O gênero é a inter-relação entre o homem e a mulher. Todavia, faz-se necessário que as mulheres sejam reconhecidas por construírem suas próprias trajetórias, e o reconhecimento de sua trajetória permite a apreensão do caráter histórico do patriarcado.

Para compreensão da elaboração social do sexo, é necessário eliminar um pensamento dualista, sendo, assim, uma unidade. Embora tenha aberto o caminho para admitir uma alternativa à dominação masculina, o gênero expressa uma recusa essencialmente ao biológico. Nessa esteira, entendendo o gênero como a compreensão das imagens relacionais criadas do masculino e do feminino, ele figura como uma categoria social. Dessa forma, o ser humano deve ser visto dentro da sua totalidade.

Saffioti (2015), a partir da explanação de Scott (1989), enfoca no fenômeno do poder no centro da organização social de gênero, adotando esse conceito a partir da abordagem foucaultiana. Ora, quem lida com gênero, de uma perspectiva feminista, contesta a dominação, exploração do “poder” masculino. Não estamos eliminando o poder como central em dado momento. Entretanto, precisa ficar evidente o poder, o qual pode ser dividido igualmente, gerando liberdade, bem como podendo criar desigualdades. “*Emponder*” é um nível de combate às desigualdades de gênero.

No entanto, o empoderamento individual pode fugir para uma visão liberal. Ou seja, caso nem todas as mulheres consigam tal empoderamento, a culpa tende a ser atribuída de forma individual. Diante disso, Saffioti (2015) compreende como os entrelaçamentos aos indivíduos, entre raça, gênero e classe social, oportunizam perceber a realidade composta e nova, a qual resulta de várias funções. Dessa forma, não são só discriminações quantitativas, mas também qualitativas, determinações de qualidades, que tornam a situação das mulheres muito mais complexa.

O patriarcado é um caso específico de relações de “poder”, pois é importante perceber que ele se baseia no controle e no medo, ou seja, em atitude e sentimento que formam um círculo vicioso, sendo, portanto, uma disputa de poder que comporta o controle e o medo. Nessa esteira, para a autora não existe um processo de dominação separado da exploração (SAFFIOTI, 2015).

A categoria gênero integra-se na terminologia científica das Ciências Sociais, associada ao caráter social e político. Esse termo inclui as mulheres. Porém, isso não quer dizer que existe uma escolha de posição sobre desigualdade e poder. Para Piscetelli (2002), trabalhar com a categoria mulher é um confronto com as ideias embutidas no conceito de gênero, pois tal categoria foi criada para discutirmos a “diferença sexual”.

A filósofa Butler (2003) aponta que “as teorias feministas” têm indicado uma identidade com a categoria Mulher. O sujeito constrói-se em uma representação política, em busca do desenvolvimento de uma linguagem que o represente e, conseqüentemente, promova visibilidade. Entretanto, segundo a autora, não adianta somente uma representação política para as mulheres. É necessário que as críticas feministas analisem como a categoria mulher é reprimida e reproduzida pelas mesmas estruturas de poder que lutam por sua emancipação.

A autora Pedro (2011) aborda a categoria gênero e suas transversalidades, a partir de obras de historiadores do Hemisfério Sul, principalmente, no Brasil, Argentina e Bolívia. Ao dialogar com essas obras, a autora indica que, nos anos 1970, emergiu a categoria mulher/mulheres, construída como unidade, irmandade e ligada ao feminismo radical. Nos

anos 1980, a categoria mulher já aparecia nas críticas das mulheres negras e do Terceiro Mundo.

No entanto, para a autora, foi na década de 1990 que essa categoria ganhou destaque, com a publicação da coletânea francesa *História das Mulheres no Ocidente*, a qual chegou ao Brasil em 1993. Falar sobre mulher na história era uma forma de redimir toda a exclusão feminina perante o trajeto histórico que focava apenas os homens como protagonistas (PEDRO, 2011).

Na análise de Pedro (2011), os estudos pós-estruturalistas e desconstrucionistas apontam que a categoria gênero mantém a diferenciação sexual. Diante disso, tal categoria foi bombardeada de críticas, com a justificativa de que ela reforçaria a dominação masculina. Por esse motivo, observamos que a categoria mulher passou, novamente, a ser utilizada de forma estratégica, visando a uma mobilização política desse segmento de mulheres.

Dessa maneira, para Pedro (2011), dialogar com a categoria mulher não quer dizer que estamos destruindo seus precedentes. Todavia, estamos vislumbrando novos horizontes para analisar a realidade. Para a autora, a grande novidade no hemisfério Sul fica por conta dos estudos pós-coloniais³⁶.

As teorias pós-coloniais feministas criaram um olhar sobre as sociedades modernas e sobre os discursos clássicos, com a proposta de trabalhar a partir de uma epistemologia da alteridade, em respeito ao outro. Nesses moldes, as questões de gênero não ganharam espaço facilmente. No entanto, os pensamentos pós-colonialistas contribuíram para os pensamentos feministas. Com os feminismos pós-coloniais, as críticas voltaram-se para o feminismo ocidental³⁷, rejeitando formulações produzidas no marco de interesses articulados em países do norte. Um dos principais questionamentos foi a produção da “categoria mulher do terceiro mundo”, a figura feminina projetada como vitimizada, que serve apenas no âmbito doméstico, com educação limitada, voltada para a família (PISCETELLI, 2013).

³⁶As teorias pós-coloniais destacam suas contribuições, para a análise cultural, em dois aspectos principais. O primeiro estudo ressalta o desafio que essas teorias colocam para as formas estabelecidas de análise cultural nacional em países europeus, pois reproduzem a lógica colonial. O segundo aspecto destaca a contribuição das perspectivas pós-coloniais para interpretar a concepção tradicional de fronteiras disciplinares, iluminando as interconexões entre produção cultural e aspectos vinculados à raça, à nação e ao império. (PISCETELLI, 2013).

³⁷ Para o feminismo ocidental, os feminismos pós-coloniais também homogeneizaram os feminismos ocidentais. No entanto, contribuíram para o pós-colonialismo, com articulação tecidas entre gêneros, sexualidades, raça/etnia, levando em consideração as dimensões macro e micropolíticas e seus efeitos na subjetividade. Na discussão dos pós-coloniais, devemos levar em consideração dois pontos centrais. Primeiro, o contraponto entre os estudos pós-coloniais e os estudos culturais, os quais convergem com os pós-coloniais. Em segundo lugar, a importância da antropologia para os estudos feministas no Brasil, em especial, na área da sexualidade (PISCETELLI, 2013).

Nesses moldes, Piscetelli (2002) complementa afirmando que a ideia do feminismo radical propõe que, para libertar as mulheres, é necessário abolir o patriarcado. A ligação com as feministas radicais³⁸ está justamente na exposição que elas fazem sobre o patriarcado, pois a pré-condição da subordinação da mulher está no corpo feminino. As mulheres conviviam com uma realidade diferente da realidade vivida pelos homens, fato histórico. Ser mulher em uma sociedade patriarcal traz severas consequências para a vida da mulher, pois já nascemos com papéis e futuros pré-definidos pela sociedade.

Piscetelli (2002) expõe que, se construirmos o pensar em termos políticos, observamos como as mulheres têm ocupado o espaço de subordinação em contrapartida ao mundo masculino, variando, historicamente, as especificidades pensadas. Dessa forma, para o posicionamento das feministas, a subordinação é construída socialmente, portanto, a identidade da mulher torna-se característica primária, assim, o coletivo ultrapassa as diferenças entre as mulheres. Dessa forma, a categoria mulher é composta tanto pelos traços biológicos como também pelos aspectos socialmente construídos.

A autora Piscetelli (2002) explana sobre a recriação da categoria mulher como um fenômeno político, apoiada na construção de teorias, abandonando a referência de gênero como a única opção de análise da categoria mulher. Apresentou, assim, a importância de citarmos diretamente o termo “Mulher” como um posicionamento teórico e político. Diante disso, seguimos para o recorte mais específico, desta dissertação, a relação direta das heranças patriarcais, as quais acabam por diminuir as possibilidades femininas de vivenciarem de forma livre suas vidas. Isso tem reflexo direto nas relações familiares e nas responsabilidades assumidas pelas mulheres no espaço público e privado.

Para além da compreensão da categoria mulher na dimensão política, é importante salientar que ser mulher, na sociedade brasileira, exige um olhar múltiplo que possa apreender as diversas experiências e atuações. Joan Scott (1989) aponta que, quando a evidência oferecida é a da experiência, ganha mais força a noção da referencialidade, como uma evidência incontestável e como um ponto originário de explicação, enfraquecendo a investida crítica das histórias da diferença.

Pensar a categoria mulher é olhar as diferenças e similaridades que atravessam os corpos femininos, sobretudo para problematizar o que Oyèrónké Oyèwùmí (2004), uma pensadora nigeriana, sinaliza. Ela afirma que a categoria gênero parece ser universal e

³⁸ Quando a autora Piscetelli (2002) e as feministas radicais falam sobre o patriarcado é importante salientar que não é uma naturalização das causas da opressão e subordinação, mas, ao contrário, é uma busca por uma desnaturalização desse processo e pela possibilidade de combater essa realidade.

atemporal e a forma como são apresentadas pelas autoras ocidentais. Para além disso, Oyěwùmí questiona se gênero é um princípio organizador fundamental em todas as sociedades, atravessando a ideia de que as formas de subordinação também são universais para todas as mulheres.

Outro ponto levantado pela autora, a partir de uma perspectiva crítica em relação à categoria gênero, é a análise que Oyewmi desenvolve em um estudo sobre a sociedade iorubá, na África, para questionar a universalidade das formas de subordinação sobre as mulheres. A autora aponta que o Ocidente organiza sua lógica cultural em torno do sentido da visão, temos, assim, as concepções teóricas e racionalizadas identificando, por meio do olhar, as visões sociais destinadas a determinados tipos de corpos. Essa matriz de organização das lógicas culturais não seria presente.

A autora identifica, nas lógicas culturais do Ocidente, uma espécie de apego ao corpo, que levaria a organização da sociedade a ser percebida em termos de um corpo social ou um corpo político, apontando para a atuação de um tipo de “raciocínio corporal” (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 10), sustentado por uma bio-lógica, a qual naturalizaria relações sociais por meio de um sub-reptício determinismo biológico (OYĚWÙMÍ, 2004).

Diante do diálogo sobre gênero e das experiências como formas de compreender as categorias e como atravessam as concepções de famílias, a interseccionalidade pode servir de ponte entre diversas instituições e eventos, bem como entre questões de gênero e de raça nos discursos acerca dos direitos humanos, sobretudo das famílias, uma vez que parte do projeto das interseccionalidades visa a incluir questões raciais nos debates de gênero e de direitos humanos. Além disso, procura desenvolver uma maior proximidade entre diversas instituições (CRENSHAW, 2012).

Em relação ao objeto de pesquisa aqui apresentado, as interseccionalidades nos possibilitam olhar as vivências em que as categorias gênero e famílias se entrecruzam e como são reproduzidas na política. Como já foi mencionado no texto, as realidades das pessoas, principalmente das mulheres que acessam a política, mostram como raça, gênero, classe social e território marcam suas localizações, resistências e experiências.

Dessa forma, a interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas, e sim com grupos sobrepostos. Ao sobrepormos os grupos, observamos que eles se encontram no centro, e acreditamos que isso não ocorre por acaso. Entretanto, a visão tradicional da discriminação opera no sentido de excluir essas sobreposições (CRENSHAW, 2012). Para Henning (2015, p. 117), a noção de interseccionalidades é:

Compreendida primeiro como relativa às formas de entrelaçamento entre os marcadores sociais da diferença e suas potências decorrentes em termos de desigualdades sociais, assim como relativa ao desenvolvimento de táticas de resistência, questionamento e desconstrução da desigualdade, sobretudo sob distintas formas de agência interseccional.

Seguindo para a Akotirene (2019), a interseccionalidade busca propor a “instrumentalidade teórico-metodológica” à indissociabilidade estrutural entre o racismo, o capitalismo e o cisheteropatriarcado. Nesta pesquisa, essa relação indissociável se constrói entre famílias, mulheres, políticas públicas e pobreza. Portanto, a interseccionalidade aqui nos ajudou a relacionar as diversas dinâmicas que atravessam o cotidiano das mulheres interlocutoras da política de Assistência Social, em específico, ao apreendermos as resistências e lutas simbólicas em seus territórios para sua sobrevivência e de seus familiares.

Entendemos como primordial relacionar as políticas públicas com família e mulheres, pois o que se passa nos espaços definidos como privados e domésticos é significativo para análise das relações sociais, dos jogos de poder, das negociações. E essa relação nos permite compreender como os sujeitos acessam os direitos sociais de formas distintas.

A problematização em volta da família, como encarregada da domesticidade – dimensão historicamente atribuída à mulher e ao ser mulher – as mulheres possuem desvantagens no acesso aos direitos, notadamente, na forma de políticas públicas. O “papel” da mulher na reprodução social é crucial na lógica de austeridade das políticas capitalistas, pois possibilita que os/as sujeitos/as sejam exploradas e mantenham a estrutura necessária para que a sociedade continue de pé, a despeito dessa exploração.

Então, as mulheres prestam um trabalho gratuito, e não obstante imprescindível, sendo invisibilizadas não apenas na dimensão privada, mas também na dimensão pública, o que Biroli (2018) chama de patriarcado público. Por exemplo, o Estado não impede as mulheres de acessarem os espaços públicos, pelo menos não completamente, mas elas continuam com problemas de terem os mesmos acessos que os homens. Então, é uma exclusão que não se dá de maneira aberta, mas se dá de maneira velada. Assim, temos um patriarcado público que é desenvolvido pelo próprio Estado, um patriarcado institucionalizado.

São as mulheres que realizam o trabalho doméstico, repetitivo, invisível, não remunerado e nada criativo. São elas que encontram muito mais restrições no acesso aos direitos, nas políticas públicas. Logo, quando fazemos a crítica às políticas compensatórias,

direcionadas às mulheres, especialmente na Assistência Social, é inegável sua importância e, inclusive, ao acreditar na conclusão ingênua do empoderamento individual.

A titularidade feminina pode significar espaços e negociação, os quais permitem que as mulheres pautem suas demandas nas políticas. Quando as políticas são desconectadas de famílias reais, problemas estruturais passam a ser problemas privados. É o que chamamos de reprivatização de problemas estruturais/sistêmicos. Por isso, o familismo é muito aceito já que ele vem vestido de protagonismo.

Ao dialogarmos sobre titularidade feminina na política de Assistência Social, observamos similaridade nos discursos de nossas interlocutoras. Elas reconhecem a importância da titularidade na política de Assistência Social e sinalizam como essa titularidade traz para mulher o “poder de negociação” no seu âmbito familiar. Ou seja, ela ganha uma “importância” a mais, como atestamos na fala da Técnica 2:

Eu compreendo a titularidade feminina como essencial, de 98% de uma pesquisa que eu não fiz (risos), mas que eu atesto nos atendimentos, o nosso público é eminentemente feminino e a gente ver as vulnerabilidades dessas relações, inclusive elas que são as chefes de família, quem vem aqui ser atendida, que faz o cadastro único. É a única importância que elas têm, é vir aqui, para a grande maioria delas. Elas são importantes porque fazem à atualização cadastral, isso dar um poder, uma questão de empoderamento, então isso é essencial. Só que no PAIF não existe um trabalho focado nisso. (TÉCNICA 2)

Entretanto, as técnicas reconhecem que essa titularidade é contraditória, pois, ao mesmo tempo que ela fornece um “poder de negociação” no âmbito privado, ela também sobrecarrega as mulheres, deixa no rol de responsabilidades da mulher mais uma atribuição, a mulher é a dona de casa, é mãe e educadora dos filhos, ela mantém a ordem no lar e ainda passa administrar financeiramente os benefícios dos Programas de Transferência de Renda, como vemos a seguir:

A titularidade é importante, mas é contraditória porque acaba trazendo o reforço de que aquela mulher é responsável por todas as responsabilidades familiares, se o cadastro falhar, se faltar algum documento, a própria responsabilidade dela ter aquele recurso e os outros membros da família verem nela como a provedora de tudo. Então, ela a provedora de tudo, tem uma vantagem que ela administre aquele pouco recurso, porém também existe uma grande probabilidade de os “vampiros”, aquelas pessoas que estarão dentro daquele nicho familiar, vendo aquela mulher como uma vaca leiteira, é uma sobrecarga, além da mulher fazer tudo dentro de casa, a mulher é a doméstica, ela é a provedora no sentido de administrar o benefício, é uma redução de dano de alguém gastar aquele recurso indevidamente. (TÉCNICA 3)

Observamos características importantes na equipe do CRAS Pajuçara durante as entrevistas, primeiro, ao dialogarmos sobre assuntos vistos como rotineiros para os/as profissionais, eles tiveram a oportunidade de refletir e desnaturalizar o que, às vezes, fica

submerso no cotidiano atarefado de seus atendimentos; e segundo, e mais importante, observamos a forma como elas fazem uma autorreflexão sobre suas atuações e sobre esses processos, o que, por consequência da dinâmica do cotidiano, é deixado de lado.

A Técnica 2 reconhece também essa contradição da titularidade feminina e problematiza a predominância feminina nos equipamentos sociais. Entretanto, ela reconhece que a equipe PAIF falha ao não dialogar diretamente sobre essas temáticas em seus grupos e/ou atendimentos particularizados. Cumpre destacar que esses assuntos são citados em momentos esporádicos e não continuados. A Técnica 3 complementa essa problematização ao reconhecer que, como trabalhadoras do SUAS, elas poderiam exercer os atendimentos com um direcionamento de caráter pedagógico ao fazerem orientações mais específicas sobre os direitos das mulheres.

Hoje aqui, é até uma crítica que eu faço, a gente pouco, enquanto uma equipe interdisciplinar, a gente pouco dialoga sobre os casos, e isso perde para política e principalmente para a população, porque uma vez a gente identificando que a grande maioria do nosso público é mulheres, chefe de família, a gente poderia desenvolver ações para esse público, assim como partilhar a maioria das dificuldades das famílias que eu atendo, com o que as outras profissionais atendem, a gente tirar daquilo que é comum e fazermos uma intervenção mais efetiva, como, por exemplo, um grupo, ou, por exemplo, alguma articulação que a gente pode fazer de algumas habilidades que elas tem em comum e buscar cursos, qualificações profissionais. Eu acho frágil nesse sentido, então a gente olha pra isso, mas a gente não estuda, a gente não reflete sobre isso, de modo de trazer um produto para a comunidade, para elas. É uma crítica que eu faço, inclusive a mim, que componho essa equipe. (TÉCNICA 2)

Os três principais agentes que consolidam a diferenciação entre o masculino e o feminino seriam a família, o sistema educacional e a mídia. A família, é a categoria na qual é visível a divisão de papéis entre homens e mulheres, espaço no qual aprendemos normas, condutas e costumes. No âmbito familiar, as atividades domésticas são deixadas para as mulheres, as quais, muitas vezes, ainda necessitam trabalhar fora para contribuir na renda familiar. Ou seja, tem de cuidar da casa, dos filhos e ainda dar conta das atividades públicas (OSTERNE; SILVEIRA, 2012).

O sistema educacional é responsável pela escolarização das crianças e ainda auxilia a educação junto à família. Dessa forma, é onde as crianças aprendem inicialmente essa relação de patriarcado e a divisão entre masculino e feminino (OSTERNE; SILVEIRA, 2012).

A mídia desempenha um papel importante tanto para dimensionar gênero, como para geração, pois, por meio de comerciais, filmes e novelas, são expostos padrões sociais que influenciam as gerações. Tende a dar ênfase para a subordinação feminina, como também em

transparecer as atividades ditas para homens e mulheres, influenciando costumes, vestimentas e comportamentos. Trata-se de uma mídia que pode informar, mas também pode apresentar-se como o principal instrumento da alienação (OSTERNE; SILVEIRA, 2012).

Como previsto por Osterne e Silveira (2012), a ascensão das mulheres ao mundo do trabalho, nas últimas décadas, trouxe várias mudanças no âmbito familiar e nas próprias relações sociais, já que as relações de subordinação e opressão estão diluindo-se mesmo que aos poucos diante dos velhos padrões. Mesmo que as desigualdades de tratamentos no mundo do trabalho ainda sejam um grande empecilho, não podemos deixar de registrar o acesso das mulheres ao mundo do trabalho.

No próximo item, “Família no serviço, em discussão no CRAS Pajuçara”, dialogamos sobre a categoria família, com o objetivo de compreender conceitualmente e empiricamente como as famílias são construídas na contemporaneidade.

4.3 Família no serviço, em discussão no CRAS Pajuçara

A Política de Assistência Social (2004) percebe as famílias de forma ampla, tendo como função principal proteger seus membros, que é também uma responsabilidade do Estado. Essa compreensão se estende diretamente na implantação/implementação do PAIF, serviço que busca ascender às potencialidades familiares, em consonância com o aperfeiçoamento da atribuição protetiva e com o fortalecimento entre seus entes.

A centralidade da família na Política de Assistência Social é consequência da contradição emergente no contexto neoliberal, a qual responsabiliza a família pela proteção de seus membros, como se essa fosse uma obrigação natural. Assim, a família é apreendida como meio/agente de proteção e, contraditoriamente, meio que demanda proteção por parte do Estado (TEIXEIRA, 2017).

Explicitamente, existe uma linha tênue entre o fortalecimento da função protetiva da família e a tendência de responsabilização integral desta pelo desenvolvimento de seus membros, desconsiderando o papel do Estado em prover o mínimo de subsistência. No entanto, o PAIF vem sendo implementado desde 2001 no intuito de superar a maior contradição desse cenário.

A tendência de responsabilizar a família em ações de políticas públicas provém a partir da década de 1970, durante a crise de reestruturação do capitalismo, o qual estava inserido no contexto de ascensão mundial do neoliberalismo. Desse modo, o Estado passa a diminuir os investimentos em políticas sociais, seguindo as perspectivas individualistas da

ideologia neoliberal, a qual responsabiliza tendenciosamente a sociedade civil, em particular a família, no enfrentamento das expressões da questão social vigentes naquele período (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2011).

Historicamente, o Estado intervém de forma punitiva e estigmatizadora, em especial, com as famílias mais pobres, com a intenção de normatizar e moralizá-las. Tal intervenção foi de forma gradativa substituída por medidas como o PAIF, o qual possui objetivo diferente, pois, em vez de culpabilizar as famílias pela situação de vulnerabilidade, o serviço adota ações de incentivo à emancipação dos sujeitos, em coletivo (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2011).

A perspectiva sobre a família utilizada nos documentos oficiais vigentes da Assistência Social vai para além do laço de consanguinidade, a família passa a ser entendida pelos laços de afeto duradouros e sem necessariamente estarem firmados em contrato, pluralizando os significados de família (TEIXEIRA, 2017).

Na proteção social básica, o PAIF passa a determinar uma atuação preventiva, trabalhando desde os segmentos (crianças, mulheres e idosos) até a integralidade do grupo familiar. Dessa forma, o serviço objetiva trabalhar com práticas socioeducativas, em prol da ampliação da cidadania, autonomia e protagonismo da família, por intermédio de atendimento e acompanhamento, realizados em práticas individualizadas ou coletivas (BRASIL, 2004).

A função do trabalho social com as famílias é de potencializar a sua função protetiva e, assim, enfrentar as vulnerabilidades e riscos emergentes nesse meio. Entretanto, antes de serem protagonistas na proteção de seus entes, estas necessitam ser protegidas, ajudadas e apoiadas pelo Estado. “Há o reforço das funções familiares, sem se considerar o contexto das vulnerabilidades e de risco social, formatos de famílias, vicissitudes da convivência familiar. Espera-se a mesma funcionalidade e funções da família, independente desse contexto” (TEIXEIRA, 2017, p. 84).

Entretanto, a responsabilidade pelas vulnerabilidades sociais está relacionada ao restrito acesso a políticas públicas e à renda baixa, questões que são agravadas diante dos fatores de gênero, raça, geração e questões familiares. Com isso, a família não é capaz de garantir plenamente todas as necessidades de seus entes sem as demais questões determinantes que devem ser supridas pelo aparato estatal. A responsabilização da família e da comunidade é uma estratégia que objetiva reduzir os gastos do Estado com o fator social e desregular as demandas emergentes, com a justificativa de que a família é o meio natural dos sujeitos e que não cabe ao Estado intervir profundamente no âmbito privado.

Nunes e Córdova (2014) indicam que ainda é preciso investir na construção de relações mais horizontais com a população. Caso contrário, ao reproduzir relações hierárquicas e verticais, acaba por reforçar práticas de subalternização. O CRAS, entendido como a principal porta de entrada do SUAS, deve ser reconhecido como um espaço de possibilidade para o exercício de relações mais democráticas, ampliando a interseção entre o espaço público e os interesses da população.

A família, nessa discussão, não é vista como uma instituição natural, mas sim como uma organização histórica social. Para Teixeira (2009), a família é construída por um conjunto de fatores, podendo ser econômicos, sociais e culturais. Isso nos permite dirigir, de um lado, a uma determinação histórica estrutural, como também à forma específica de organização interna do grupo familiar.

Seguindo essa discussão, trazemos a autora Sarti (1994) que faz uma análise mais próxima com as famílias das camadas populares, sendo essa, também, uma das autoras que utiliza o termo “chefes de famílias” associado a mulheres. O papel essencial da mulher dá-se no interior da estrutura familiar, em que o homem ainda é visto como fundamental para a própria concepção do que é família, tendo em vista que esta é pensada com uma ordem moral, na qual o homem representa a autoridade e, mesmo quando ele não provê, sua presença desnecessária continua necessária (SARTI, 1994). Isso se dá mesmo quando a mulher é a “chefe da família”, possibilitando uma mobilização cotidiana de uma rede familiar que ultrapassa os limites das casas.

Na relação família e Estado, a autora Miotto (2006) indica que, mesmo que os técnicos executem serviços e programas de apoio sociofamiliar nas políticas públicas, aproximando-se da ideia de diversidades e dos novos arranjos familiares. Entretanto, essa diversidade não ocorre quando a própria política reproduz as funções familiares, os papéis esperados, o perfil das interlocutoras e das/os interlocutoras/es e a expectativa social relacionada às tarefas e obrigações. Renovando-se, assim, os papéis arcaicos dos homens e, principalmente, das mulheres.

Diante dessa complexa relação entre a política de Assistência Social, gênero e família, em foco na dinâmica do PAIF, compreendemos como imprescindível uma avaliação em profundidade nos efeitos e impactos dessa política pública para com a realidade de suas interlocutoras, em uma perspectiva de reafirmação de direitos e/ou do neoconservadorismo no País. Sendo assim, seguimos para a conceituação da categoria família, que é base para a (re)construção desse diálogo aqui proposto.

4.4 Conceituando a categoria família, com ênfase no PAIF

Nesta dissertação, optamos pelo termo famílias no plural para dar conta das diversidades e pluralidades dos grupos familiares aqui estudados. Segundo a autora Fonseca (2006), as famílias se organizam seguindo suas necessidades, dinâmicas, representações e outras variáveis, sendo assim, elas possuem significados e são vivenciadas de maneiras diferenciadas por membros, sexos, idades e classes sociais diferentes.

As diferenciações se apresentam nas significações atribuídas pelos lugares familiares, como a maternidade, paternidade e filiação, na individualidade e na vivência dos ciclos da vida. Diante dessa variação, os ordenamentos jurídicos acabam não abrangendo todas as particularidades das famílias, o que compromete a ação governamental (FONSECA, 2006). O termo família patriarcal foi disseminado por Gilberto Freyre ao discutir sobre o Brasil colonial, que seria uma histórica organização familiar e doméstica, onde os indivíduos têm lugares definidos, os quais vão passando de geração por geração, sendo os grupos políticos de parentesco, ao mesmo tempo, unidade familiar e unidade de produção (CORRÊA, 2013).

Segundo a autora Sarti (2004), a família é um campo privilegiado para se analisar a relação indivíduo e coletivo, tendo em vista que cada família possui sua história e que, ao longo do tempo, se constrói uma linguagem, gestos, atitudes ou silêncio, os quais são reproduzidos e/ou ressignificados. Portanto, essa formulação, criada pela autora Sarti, adotada aqui, é contrária à unidade de reprodução biológica (pai, mãe e filhos) e se contrapõe à suposição da biologia humana como algo natural (SARTI, 2004).

Entretanto, a noção de famílias é algo difícil de ser adotado, levando em conta que existem padrões naturalizados de famílias socialmente construídas pelos dispositivos jurídicos, médicos, psicológicos, religiosos e pedagógicos. Esses dispositivos cristalizam padrões do que deve ser a família, baseados em uma visão biológica. Quando se fala em família, é necessário ter a noção de que se está falando de relações e não de indivíduos, mesmo que as individualidades sejam primordialmente respeitadas (SARTI, 2004).

Durante seu trabalho de pesquisa, Sarti (2004) concluiu que a família é uma referência simbólica essencial para as camadas pobres, uma vez que ordena lugares no mundo social, dentro e fora da família. Essa constituição de família que se entende – que se constrói, que cria sua própria noção de si e que é internalizada pelos sujeitos – permite pensar que isso se elabora nos parâmetros coletivos de espaço e tempo e que isso se reelabora com o passar das mudanças sociais.

Nas construções simbólicas de família, o discurso social externo elaborado serve também de espelho para outras famílias, que se filtram e se modificam a partir das experiências singulares vividas. Além disso, é possível relacionar com o conhecimento de campo, em que as famílias pobres possuem algumas semelhanças, tendo em vista seus territórios e suas classes sociais (SARTI, 2004). Cumpre destacarmos também que as famílias não se unem unicamente por laços biológicos, mas pelas experiências e significados que criam elos de sentido nas relações. Mesmo assim, leva tempo para desconstruir essa noção de família que não é contestável, que é unida por laços de sangue.

Essa mesma família que sofre com a pobreza, a violência e outras formas de vulnerabilidades torna-se, também, essencial para o desenvolvimento social. Assim, ela passa a ser responsabilidade do Estado. Portanto, ao se pensar em políticas públicas e proteção social, é notável que se deva pensar também nas construções familiares que serão atingidas com essas políticas (OROZIMBO; AFONSO, 2020).

A família deve estar em um lugar estratégico na dialética entre Estado e sociedade, atuando como elemento-chave para a sobrevivência dos indivíduos e para a proteção e socialização de seus membros (OROZIMBO; AFONSO, 2020).

Ao se pensar a construção familiar em contexto de pobreza, outra temática que entra em debate, nesta pesquisa, corresponde às formas e à intensidade do cuidado, o qual sobrecarrega principalmente as mulheres. Para Flávia Biroli (2018), discutir sobre a necessidade do cuidado é um problema político central. Diante disso, a autora constrói a discussão de seu livro *Gênero e desigualdades limites da democracia no Brasil* sob a conexão entre o cuidado e a democracia. É fato que, em algum momento da vida, precisamos de cuidados. Na infância, de modo geral, mas principalmente na primeira infância, dependemos do cuidado de outra pessoa, como também durante a velhice, assim, essa dependência do cuidado amplia-se.

Para Biroli (2018), colocar o cuidado como centro de uma reflexão ética é trazer para a reflexão algo básico, que seria a interdependência, facilmente observada no campo familiar. O fato de que os vínculos e as relações de interdependência caracterizam a vida humana é algo basilar, e a fragilidade desses vínculos não é experienciada da mesma maneira por todos os membros da família, pois entra uma questão política fundamental que embasa as problematizações aqui levantadas inicialmente.

Pensando no contexto das famílias pobres, essa interlocução aproxima-se dos mesmos questionamentos levantados por Biroli (2018) ao se pensar no acúmulo de tarefas

para as mulheres no espaço público e/ou privado: Quem tem tempo e condições adequadas para cuidar de si e de outras pessoas? Como se dá a organização desse cuidado?

A responsabilização e o cuidado recaem sobre as mulheres e as meninas, e isso acarreta diversas desvantagens para suas vidas e, conseqüentemente, para suas famílias. Para as mulheres, há uma sobrecarga devido ao mercado de trabalho e aos cuidados com a família, bem como a diminuição e/ou retração do período de lazer; enquanto os homens empregam a maior parte do seu tempo no mercado de trabalho (BIROLI, 2018).

As políticas públicas devem estar preparadas para lidar com a pluralidade dos grupos familiares e conhecer as particularidades e os contextos sociais familiares, os quais são imprescindíveis para se elaborar políticas sociais efetivas, pois entendemos que as relações familiares podem trazer implicações à sociedade, bem como o Estado, por falta de preparação e conhecimento, pode excluir pessoas/famílias (FONSECA, 2006).

Entretanto, a (re)valorização da família não significa que o Estado deve recuar na alocação de recursos para o bem-estar dos indivíduos. O cuidado e os recursos disponíveis não são equiparados à responsabilidade do Estado. Para que o bem-estar das famílias seja alcançado, é necessário um Estado que possua um projeto político comprometido com a cidadania, a justiça social e a redistribuição dos recursos sociais. As famílias precisam de proteção, para dar proteção (FONSECA, 2006).

Durante a criação do Sistema de Proteção Social no Brasil, a família ocupou um espaço secundário, as políticas públicas possuíam características clientelista, corporativas e com ações voltadas para os indivíduos e não para as famílias. Diante dessa construção, as políticas carregam as marcas de ações fragmentadas e desordenadas (FONSECA, 2006).

As famílias não podem ser apenas objeto de intervenção das políticas, pois elas devem ser também um participante ativo na implantação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas que lhes abrangem, prezando por políticas descentralizadas, inclusivas e com efetiva aplicação dos recursos públicos (FONSECA, 2006).

Elas aparecem na PNAS ao destacar critérios para a escolha da localização da instalação do CRAS, a qual deve ser baseada na identificação das famílias e dos territórios em situação de vulnerabilidade e risco social (BRASIL, 2004). Além disso, a implantação do CRAS deve buscar a descentralização da política de Assistência Social, sendo esse um dos aspectos que lhe conferem característica de inovação perante as novas proposituras da Assistência Social.

Nesse sentido, o diagnóstico das desigualdades socioterritoriais, enfatizado pela PNAS (BRASIL, 2004), não pode prescindir do caráter multidimensional, restringindo-se

apenas a aspectos geográficos. Tem sentido dizer que essa abordagem sobre os elementos que caracterizam a visão socioterritorial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) deve preocupar-se em considerar desde a análise – que passa a olhar de modo específico para os municípios brasileiros – dos índices de violência, das especificidades do bairro e do sentido que os moradores dão para o seu território. Isso é importante, pois a assistência prioriza a construção de uma política para/com seus sujeitos. No entanto, para que isso aconteça, é necessário que o Estado compreenda as particularidades dos territórios e faça investimentos suficientes para suprir as necessidades de cada bairro.

O PAIF, principal serviço da proteção social básica e o foco dessa avaliação, propõe desenvolver ações e serviços básicos continuados para/com famílias em situação de vulnerabilidade social, visando ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, funcionando, especificamente, no CRAS. Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), o PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, possuindo a finalidade de fortalecer e potencializar os vínculos familiares e comunitários. É um serviço baseado no respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, aos valores, crenças e identidades das famílias. O serviço embasa-se no fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares (BRASIL, 2009).

O serviço realiza ações com famílias que possuem membros que necessitam de cuidado, com ênfase na troca de informações sobre a primeira infância, a adolescência, a juventude, o envelhecimento e as deficiências, a fim de promover espaços para troca de experiências, expressão de dificuldades e reconhecimento de possibilidades. O PAIF tem por princípios norteadores a universalidade e gratuidade de atendimento, cabendo, exclusivamente, à esfera estatal sua implementação – serviço ofertado necessariamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (BRASIL, 2009).

Na pesquisa de campo exploratória documental, aprofundamo-nos no perfil das famílias do cadastro único entre 2015-2020. Neste tópico, trabalhamos com dados quantitativos, com o intuito de apreender a dinâmica do território e compreender em que circunstâncias as famílias estão inseridas. Foram analisadas as famílias e pessoas cadastradas no município, especificamente, no território do CRAS Pajuçara, qual o quantitativo de homens e mulheres cadastrados nessa instituição, renda *per capita* e quantas famílias foram acompanhadas pelo PAIF, no período de 2015 a 2020 (MARACANAÚ, 2020f).

Os perfis das famílias inscritas no Cadastro Único do município e os perfis por Unidades de Atendimento são documentos oficiais construídos pela Secretaria de Assistência

Social no município de Maracanaú, como forma de construir um instrumento de monitoramento das ações executadas e facilitar o planejamento das ações estratégicas e operacionais nas diversas políticas públicas nos territórios.

As informações utilizadas para a elaboração do referido documento foram extraídas do banco de dados do Sistema do Cadastro Único referente ao mês de novembro do situado ano, da folha de pagamento do PBF retirada do Sistema de Benefícios ao Cidadão (SIBEC) em dezembro e da listagem de sujeitos do Benefício de Prestação Continuada (BPC) de outubro, disponibilizada pelo Ministério da Cidadania.

Quadro 1 – Ano 2015

Nº CRAS	11 CRAS (Acaracuzinho, Alto Alegre, Antônio Justa, Indígena, Jardim Bandeirantes, Jereissati, Mucunã, Pajuçara, Piratininga, São João e Timbó.)
Nº de famílias referenciadas	38.579 famílias.
Nº de pessoas cadastradas	121.899 pessoas.
Nº de famílias cadastradas (CRAS Pajuçara)	6.596 famílias.
Nº de pessoas cadastradas CRAS Pajuçara)	20.461 pessoas.
Nº de homens cadastrados	8.581 homens.
Nº de mulheres cadastradas	11.880 mulheres.
Renda per capita	R\$ 191,57.
Percentual de famílias em situação de pobreza extrema	17% das famílias (10.735 famílias)
Famílias atendidas pelo PAIF	478 famílias.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 2 – Ano 2016

Nº CRAS	11 CRAS (Acaracuzinho, Alto Alegre, Antônio Justa, Indígena, Jardim Bandeirantes, Jereissati, Mucunã, Pajuçara, Piratininga, São João e Timbó.)
Nº de famílias referenciadas	39.968 famílias.
Nº de pessoas cadastradas	123.580 pessoas.
Nº de famílias cadastradas (CRAS Pajuçara)	6.795 famílias.

Continua.

Quadro 2 – Ano 2016 (*Conclusão*)

Nº de pessoas cadastradas CRAS Pajuçara)	20.749 pessoas.
Nº de homens cadastrados	8.604 homens.
Nº de mulheres cadastradas	12.145 mulheres.
Renda per capita	R\$ 221,02
Percentual de famílias em situação de pobreza extrema	16% das famílias (10.735 famílias)
Famílias atendidas pelo PAIF	662 famílias.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 3 – Ano 2017

Nº CRAS	11 CRAS (Acaracuzinho, Alto Alegre, Antônio Justa, Indígena, Jardim Bandeirantes, Jereissati, Mucunã, Pajuçara, Piratininga, São João e Timbó.)
Nº de famílias referenciadas	38.607 famílias.
Nº de pessoas cadastradas	115.209 pessoas.
Nº de famílias cadastradas (CRAS Pajuçara)	6.525 famílias.
Nº de pessoas cadastradas CRAS Pajuçara)	19.337 pessoas.
Nº de homens cadastrados	7.965 homens.
Nº de mulheres cadastradas	11.372 mulheres.
Renda per capita	R\$ 242,23.
Percentual de famílias em situação de pobreza extrema	-
Famílias atendidas pelo PAIF	1.599 famílias.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 4 – Ano 2018

Nº CRAS	11 CRAS (Acaracuzinho, Alto Alegre, Antônio Justa, Indígena, Jardim Bandeirantes, Jereissati, Mucunã, Pajuçara, Piratininga, São João e Timbó.)
Nº famílias referenciadas	39.544 famílias.
Nº pessoas cadastradas	112.581 pessoas.
Nº famílias cadastradas (CRAS Pajuçara)	6.667 famílias.

Continua.

Quadro 4 – Ano 2018 (Conclusão)

Nº de pessoas cadastradas CRAS Pajuçara)	18.930 pessoas.
Nº de homens cadastrados	7.711 homens.
Nº de mulheres cadastradas	11.219 mulheres.
Renda per capita	R\$ 261,04.
Percentual de famílias em situação de pobreza extrema	-
Famílias atendidas pelo PAIF	3.026 famílias.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 5 – Ano 2019

Nº CRAS	11 CRAS (Acaracuzinho, Alto Alegre, Antônio Justa, Indígena, Jardim Bandeirantes, Jereissati, Mucunã, Pajuçara, Piratininga, São João e Timbó.)
Nº de famílias referenciadas	40.014 famílias.
Nº de pessoas cadastradas	109.411 pessoas.
Nº de famílias cadastradas (CRAS Pajuçara)	6.319 famílias.
Nº de pessoas cadastradas CRAS Pajuçara)	17.315 pessoas.
Nº de homens cadastrados	6.983 homens.
Nº de mulheres cadastradas	10.332 mulheres.
Responsáveis familiares	681 homens e 5.590 mulheres.
Quantitativo de pessoas por faixa etária	Entre 30 a 59 anos
Renda per capita	R\$ 221,62.
Percentual de famílias em situação de pobreza extrema	-
Famílias atendidas pelo PAIF	3.646 famílias.
NÚMEROS POR BAIROS:	
Boa Esperança	212 famílias cadastradas e 590 pessoas cadastradas.
Cidade Nova	666 famílias cadastradas e 1.871 pessoas cadastradas.
Esplanada do Mondubim	288 famílias cadastradas e 823 pessoas cadastradas.
Industrial	535 famílias cadastradas e 1.419 pessoas cadastradas.
Pajuçara	4.618 famílias cadastradas e 12.612 pessoas cadastradas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 6 – Ano 2020

Nº CRAS	11 CRAS (Acaracuzinho, Alto Alegre, Antônio Justa, Indígena, Jardim Bandeirantes, Jereissati, Mucunã, Pajuçara, Piratininga, São João e Timbó.) e CREAS.
Nº de famílias referenciadas	40.559 famílias.
Nº de pessoas cadastradas	108.876 pessoas.
Nº de famílias cadastradas (CRAS Pajuçara)	6.360 famílias.
Nº de pessoas cadastradas CRAS Pajuçara)	17.086 pessoas.
Nº de homens cadastrados	6.840 homens.
Nº de mulheres cadastradas	10.246 mulheres.
Responsáveis familiares	712 homens e 5.618 mulheres.
Quantitativo de pessoas por faixa etária	Entre 30 e 59 anos.
renda per capita	R\$ 274,66.
percentual de famílias em situação de pobreza extrema	-
Famílias atendidas pelo PAIF	4.081 famílias.
NÚMEROS POR BAIROS:	
Boa Esperança	347 famílias cadastradas e 925 pessoas cadastradas.
Cidade Nova	471 famílias cadastradas e 1326 pessoas cadastradas.
Esplanada do Mondubim	189 famílias cadastradas e 525 pessoas cadastradas.
Industrial	589 famílias cadastradas e 1503 pessoas cadastradas.
Pajuçara	4764 famílias cadastradas e 12807 pessoas cadastradas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Os relatórios entre os anos de 2015 e 2018 são pouco detalhados, com uma base mais quantitativa dos dados apresentados, tendo uma média de 20-22 páginas. Já nos relatórios de 2019 e 2020 são fornecidas informações mais detalhadas sobre o município e os bairros, contendo informações extras, as quais ainda não tinham sido mencionadas pelos relatórios anteriores, como a divisão de pessoas cadastradas por bairro, faixa etária e o quantitativo de homens e mulheres como responsáveis familiares, com uma média de 190-200 páginas.

Sobre a análise dos dados apresentados, o CRAS Pajuçara contabiliza o percentual entre 16-17% de famílias referenciadas pelo CRAS, sendo o maior percentual do município. No território, a média é que 16% das famílias vivem em situação de extrema pobreza.

Em 2018, o CRAS Pajuçara começou a atender um novo público devido à entrega do Conjunto Habitacional Orgulho do Ceará, o qual, mesmo localizado em Pacatuba, passou a ser atendido pela Assistência Social de Maracanaú. Entretanto, não foi possível observar esse acréscimo no relatório disponibilizado, permanecendo a média de 39 mil famílias cadastradas e 110 mil pessoas cadastradas. O que se encontra em ascensão é o quantitativo de famílias atendidas pelo PAIF, que, em 2018, foram 3.026 famílias.

Outra mudança percebida nos relatórios de 2018 e 2019 foi a vinculação do Programa Criança Feliz, criado pelo Governo Federal, a partir do Decreto nº 8.869, de 05 de outubro de 2016, ao Serviço PAIF, segundo as diretrizes, com o objetivo de fortalecer o atendimento e o acompanhamento das famílias que tenham em sua composição gestantes e crianças, em específico, gestantes com crianças de até três anos e suas famílias beneficiárias do PBF; Crianças de até seis anos e suas famílias beneficiárias do BPC; Crianças de até seis anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida protetiva prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 2016).

Em 2019, foram realizadas 6.867 acolhidas particularizadas e coletivas no PAIF; 45.599 atendimentos particularizados realizados; 1.259 acompanhamentos particularizados realizados; 220 oficinas realizadas no PAIF; 42 palestras realizadas no PAIF; 42 eventos comunitários realizados e 15 campanhas realizadas (MARACANAÚ, 2019).

A equipe apresenta como resultados obtidos das ações PAIF: Famílias acompanhadas acessando direitos socioassistenciais e demais serviços setoriais; Demandas do território identificadas; Famílias com vínculos familiares e comunitários fortalecidos; Reflexão e diálogo sobre direitos sociais na atualidade; Socialização de informações e esclarecimentos sobre temas específicos de interesse das famílias; Impulsão da participação comunitária; Promoção da comunicação, mobilização social e protagonismo da comunidade (MARACANAÚ, 2019).

No capítulo a seguir, discorreremos sobre a filosofia do Serviço PAIF, que é o maior serviço de Proteção Social Básica, a partir dos documentos oficiais, a saber, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009) e Orientações Técnicas sobre o PAIF (BRASIL, 2012); bem como dos documentos próprios do Maracanaú, como Relatório de Gestão (2015-2020), Plano Municipal de Assistência Social de Maracanaú (2018 – 2021) e

Consolidado Proteção Social Básica (2018 – 2020), em correlação com os achados de pesquisa, para assim encerrar essa dissertação.

5 O PAIF NO CRAS PAJUÇARA – ENTRE OS DOCUMENTOS OFICIAIS E O COTIDIANO DO SERVIÇO

“Ora direis, ouvir estrelas, certo perdeste o senso
E eu vos direi, no entanto
Enquanto houver espaço, corpo, tempo e algum
modo de dizer não, eu canto.”

(Divina Comédia Humana – Belchior)

Começamos este capítulo com a reflexão realizada pela Coordenadora 2, que se alinha com a problematização posta nesta dissertação e é o foco desta seção, ou seja, iniciamos avaliando a execução do Serviço PAIF, correlacionando-a com a filosofia proposta nos documentos norteadores:

Eu acho que às vezes a gente pensa que sabe o que é PAIF e não sabe, as vezes as pessoas operacionalizam uma coisa que elas não entendem a fundamentação, a concepção que vai ficar por trás. E hoje assim, eu tenho muitas críticas. Agora eu precisava ir operar também, por isso que eu fiz uma opção, esse meio do ano. Eu supervisionava PAIF e se falava de uma dor né? É uma dor muito grande operar esse serviço né? E eu queria saber que dor é essa, se realmente é algo que nós estamos criando de entendimento, se a gente tá conseguindo entender o que é operar uma política, sabe? Você vai ouvir muito isso, porque é muito sofrido. Você vai ver que é muito sofrido operacionalizar o PAIF né? Então eu precisava sentir essa dor pra saber o que é verdadeiramente que tem por trás de operar um serviço que pra mim é o maior serviço, tem muito e pode ter, muito impacto pra população, mas do jeito que tá hoje tem muitos problemas. Mas vamos lá (risos).
(COORDENADORA 2)

Para realizarmos essa reflexão, partimos para o aprofundamento dos nossos conhecimentos sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). O serviço foi criado em 2004, dentro da rede socioassistencial, como principal serviço da proteção social básica, em substituição ao Programa Núcleo de Apoio à Família (NAF) de 2001. O serviço possui caráter continuado, financiado pelo Governo Federal e é executado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2015).

O PAIF é cofinanciado pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, por intermédio do Piso Básico Fixo (PBF), a partir da transferência do Fundo Nacional de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social.

O serviço concentra-se no reconhecimento das vulnerabilidades e riscos sociais das famílias, para além das questões econômicas, pois leva em consideração os aspectos

objetivos e subjetivos vivenciados por seus sujeitos, como também possui função protetiva e reafirma os direitos sociais.

A consolidação do PAIF é de responsabilidade do poder público, devendo ser executada de forma universal e descentralizada. Busca o enfrentamento à desigualdade social, os riscos e vulnerabilidade sociais que os núcleos familiares vivenciam. Nessa perspectiva, o serviço é baseado no respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, aos valores, crenças e identidades das famílias. Está baseado no fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares (BRASIL, 2009; BRASIL, 2012).

O PAIF executa ações com famílias que necessitam de proteção, fornece informações sobre a primeira infância, a adolescência, a juventude, o envelhecimento e sobre as deficiências, com o propósito de incentivar espaços para troca de experiências, expressão de dificuldade e reconhecimento de possibilidade. O serviço possui como princípios norteadores a universalidade e o atendimento gratuito, além disso, os seus objetivos são:

Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida; Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade sociais vivenciadas; Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades; Promover o acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de Assistência Social; Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos; Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares. (BRASIL, 2009)

O SUAS gerencia a política de Assistência Social, dividindo-a em eixos estruturantes em prol da efetivação e organização da PNAS. Dentre esses eixos, destacamos, neste tópico, o da matricialidade sociofamiliar, que coloca a família no centro das ações da rede socioassistencial, por esta ser direta e indiretamente atingida pelos processos cíclicos de crise mundial, além de ser o polo de cuidado primário de seus membros e também requerer, como tal, cuidados e proteção enquanto sujeitos de direitos.

A família, independentemente dos formatos ou modelos que assume é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social. (BRASIL, 2004, p. 25)

A PNAS (BRASIL, 2004) reconhece que as famílias assumem configurações distintas e singularidades interligadas às transformações societárias em curso. Desse modo, novos hábitos e costumes se efetivam socialmente, assim como novas formas de vivência vêm à tona. De acordo com a PNAS (BRASIL, 2004), a definição de família não deve mais ser abrangida pela determinação clássica de sexualidade, procriação e convivência. Dessa maneira, explica que a família é compreendida na política quando:

[...] encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consangüíneos, afetivos e, ou, de solidariedade. Como resultado das modificações acima mencionadas, superou-se a referência de tempo e de lugar para a compreensão do conceito de família. (BRASIL, 2004, p. 41)

A família, mesmo diante de diversos modelos, é, segundo a PNAS (BRASIL, 2004), mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade. No entanto, também é reconhecida como um espaço de contradição com dinâmicas específicas demarcadas pela conflitualidade. A Coordenadora 2 faz uma consideração importante a ser levantada e discutida aqui, quem é e/ou quem deveria ser os sujeitos da política de Assistência Social. Vamos iniciar apreciando a reflexão levantada por nossa interlocutora:

(...) Eu sou suspeita para falar porque eu tenho muita paixão né, pela assistência. Mas eu vou lhe dizer uma coisa, eu estou para ver o PAIF funcionar como ele foi filosoficamente pensado né. Primeiro, o objeto da Assistência Social não deve ser a família. Pronto, os dois eixos que fundamentam o sistema é a matricialidade e o território certo? Eu sou do grupo que não concorda que o objeto da assistência tem que ser a família, o objeto da Assistência Social tem que ser os sujeitos sociais que dela necessitam tá, por quê? Porque acaba que quando você centraliza a família, por mais que na filosofia se diga que é para proteger, a história do estado com essa família não é de proteção é de responsabilização né? Então, você não tá centrando na família para proteger você tá centrando para responsabilizar. Olha só, quando você entende a concepção, quem estuda e quem milita na Assistência Social consegue fazer essa transmutação, digamos assim, só que para maioria essa transmutação não é feita, por isso... E onde é que a gente vê isso? Comprovadamente, no atendimento, práticas... Ou o mais perigoso de tudo que é o discurso do direito travestido de favor, que acontece de moralização e de responsabilização. Eu tô aqui operando o programa e tô responsabilizando a família, eu tô aqui... Porque assim, uma separação precisa ser feita e que muitos não fazem certo? É entre objetivos profissionais e objetivos institucionais. toda política, gente, vai tentar controlar, toda! Na sua fundamentação original porque tá na sua estrutura. (COORDENADORA 2)

Entendemos como plural a discussão sobre família, mas, ao mesmo tempo, questionamos até que ponto essa filosofia pluralista proposta pela PNAS (BRASIL, 2004) é seguida na execução dos serviços socioassistenciais, tendo em vista que focar toda a estrutura de uma política pública nas famílias pode fazer as/os interlocutoras/es e profissionais caminharem por percursos confusos, entre proteger e resguardar as famílias ou responsabilizá-

las mais uma vez. Isso depende muito da equipe que dará o tom na execução. O profissional é a chave para fazer essa transmutação mencionada pela Coordenadora 2, e ela continua:

Então, o que acontece, toda política na sua estrutura, na sua essência, ela vem para controlar sob o discurso dá proteção. Claro, porque isso é inerente entendeu? A política social assume uma contradição, então quando o estado vem forte com o discurso de que é a família... ‘Não, mas é a família pra poder proteger’ [...] E isso é em toda política pública que centraliza e família, dificilmente a instituição vem para proteger, ela vem para responsabilizar. Por isso que a gente tem que pegar várias determinações. Como o projeto ultraneoliberal, o discurso dos liberais é sempre buscar suprimir as causalidades das coisas e as determinações sociais mais gerais, sempre é isso no discurso liberal. No discurso liberal, neoliberal e o ultra... Que o ultra ainda se mescla com outros com complicadores do processo. Então, o que é que eu percebo sabe? O que eu percebo dentro do PAIF hoje é que os profissionais, os/as trabalhadores/as não incorporaram a sua filosofia. Isso eu vejo pela própria pesquisa que nós fizemos nacional. Muitas pessoas operam o serviço sem entender. Olha só, às vezes a gente chegava no município... Qual é o maior serviço da Assistência Social entendeu? Acredita que tem lugar que respondia cadastro único? Tem lugar que respondia bolsa família, poucos lugares respondiam PAIF. Por quê? Porque a centralidade da transferência de renda é muito forte né? (COORDENADORA 2)

Portanto, é imprescindível que os profissionais que executam os serviços da política de Assistência Social conheçam profundamente a política na qual estão atuando e, principalmente, incorporem em suas práticas a filosofia dos serviços e dos programas. Reconhecemos as fragilidades dos serviços e compreendemos que a execução na prática perpassa por diversos processos contraditórios no cotidiano. Entretanto, a partir do aparato legal, ético e político, os profissionais assumem a responsabilidade de aproximar o serviço dos seus sujeitos, questionar e problematizar as atuações que estão mais próximas da culpabilização do que do direito.

A própria PNAS (BRASIL, 2004) reconhece o processo de desproteção e penalização pelo qual as famílias brasileiras perpassam e, com isso, almeja a superação de ações meramente focalizadas nas famílias, considerando necessária a garantia de meios de sustentabilidade familiar, para que, assim, a família se torne meio de prevenção, proteção e inclusão de seus membros. Destarte, de acordo com a PNAS (BRASIL, 2004), a sua formulação se baseia na necessidade das famílias e dos sujeitos nela inseridos.

Os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pela Política de Assistência Social (BRASIL, 2004), gerenciados pelo SUAS, dentro dos níveis de proteção social básica e proteção social especial, deverão ser executados a partir das demandas e necessidades das famílias e de seus entes, considerando suas singularidades. Além disso, os serviços ofertados pela proteção social básica devem estar ligados ao PAIF.

A atenção e a proteção à família, propostas na matricialidade sociofamiliar, devem ser efetivadas a partir da proteção social básica e especial, em que se prioriza a execução por entes municipais territorializados, com os CRAS. Contudo, as ações podem ser concretizadas por intermédio de parcerias com entidades da rede socioassistencial não governamentais, como também podem acontecer fora dos CRAS (BRASIL, 2004).

As famílias que estão localizadas em territórios de baixa densidade demográfica, com espalhamento e/ou dispersão populacional, como áreas rurais, calhas de rios, comunidades indígenas, quilombolas, entre outras, podem ser atendidas por equipes volantes ou CRAS itinerantes (BRASIL, 2009).

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), o trabalho social continuado junto às famílias, tem por intuito fortalecer a função protetiva e os vínculos familiares. Objetiva-se também promover o acesso aos direitos, motivando uma melhoria na qualidade de vida. Para além, almeja-se desenvolver as potencialidades da família e comunidade, com ações protetivas, preventivas e proativas.

Nas Orientações Técnicas sobre o PAIF, o trabalho social é mais detalhado do que foi percorrido na tipificação. O trabalho social com famílias é um conjunto de procedimentos baseado em conhecimento teórico metodológico, técnico-operativo e ético. Possui como finalidade contribuir para a convivência dos familiares e o reconhecimento de direitos, bem como oferecer possibilidades de intervenção no cotidiano de seus sujeitos (BRASIL, 2012).

O trabalho social é de patamar científico, entendido como ato sistemático, metódico e reflexivo, o qual se concretiza a partir do desenvolvimento de ações de caráter “preventivo, protetivo e proativo” e reconhece as famílias e os seus entes como sujeitos de direitos, com cerne nas potencialidades e vulnerabilidades presentes em seus territórios de vivência (BRASIL, 2012). Para ser efetivado depende:

- a) de consciência crítica e espírito pesquisador por parte dos profissionais do CRAS;
- b) do conhecimento do território – suas potencialidades, recursos, vulnerabilidades, relações estabelecidas, de modo a realizar uma ação preventiva e proativa;
- c) da adoção de abordagens e procedimentos metodológicos apropriados para o cumprimento dos objetivos do Serviço;
- d) de estudo e análise permanente dos conceitos fundamentais, tais como: família e território, nas abordagens sociológica, antropológica, econômica, psicológica, entre outras, cuja compreensão é essencial para a implementação qualificada do PAIF;
- e) do planejamento e análise das ações a serem adotadas no desenvolvimento do trabalho social com famílias;
- f) da promoção da participação dos usuários no planejamento e avaliação das ações do Serviço;
- g) do desenvolvimento de uma prática interdisciplinar entre os profissionais que compõem a equipe de referência do CRAS: assistentes sociais e psicólogos;
- h) do conhecimento sobre os ciclos de vida, questões étnicas, raciais, de orientação sexual, assim como outras questões específicas identificadas no território. (BRASIL, 2012, p. 13)

O PAIF é formado por uma equipe técnica que é composta por assistentes sociais, pedagogos, psicólogos e educadores sociais. Em nossa investigação de campo, entendemos melhor como funcionam os atendimentos realizados por essa equipe. O município de Maracanaú possui uma característica distinta, pois os profissionais são divididos entre técnicos de nível superior e técnicos de nível médio. Os técnicos de nível médio correspondem aos educadores, já os outros profissionais citados são de nível superior. O Técnico 6 explica melhor, em sua fala, como se dá essa divisão:

Maracanaú tem uma característica muito atípica de outros lugares, onde o psicólogo e o pedagogo, exercem os mesmos procedimentos que uma assistente social, sendo que cada um intervém com o olhar do seu campo de atuação, ou seja, se a gente for solicitar um BPC, o psicólogo pode solicitar, o pedagogo pode solicitar. Se eu quiser fazer a entrega de um benefício eventual, por exemplo, um auxílio-natalidade, eu posso solicitar e fazer a entrega desse benefício eventual, porque aqui não é exclusivo de uma determinada profissão. Porque foram criados instrumentais para que a gente fizesse uma justificativa para dizer o porquê que aquela família está sendo contemplada com o benefício eventual. Então, é uma coisa bem padronizada, para todas as categorias, mas claro que cada um faz o seu atendimento, visita domiciliar e exerce o seu trabalho com a visão de seu campo de atuação, no meu caso, o de psicólogo. (TÉCNICO 6)

Os técnicos de nível superior realizam as mesmas atividades, como visto na fala anterior, que são: acolhidas, atendimentos particularizados, atividades em grupo, palestras, visitas domiciliares e encaminhamentos. Os técnicos de nível médio que se diferenciam um pouco, como a Técnica 1 nos informa, estão mais localizados nos trabalhos administrativos e no apoio às atividades executadas pelos técnicos de nível superior. Muito solicita, a Técnica 1 nos explicou como acontece essa diferenciação, segue a sua fala:

Como educadora social nós trabalhamos muito no apoio ao PAIF, aos profissionais de nível superior, então quando tem grupo do PAIF, a gente trabalha fazendo frequência, recepcionando as pessoas, podemos ter o nosso momento de fala, contribuindo com os profissionais de nível superior. Se é preciso mobilização de visita, a gente faz. Trabalhamos na recepção do CRAS, atendendo telefone, fazendo agendamento de cadastros, agendamento de atendimento PAIF. Porque aqui no CRAS Pajuçara, na atual conjuntura, desde o acirramento da Covid, tudo é por agendamento. Então, quando uma pessoa chega querendo falar com a assistente social, psicólogo, pedagogo, a gente faz o agendamento, faz a escuta, tira as dúvidas. Visitas quando são direcionadas ao PAIF, como visitas para o BPC, que é quando crianças que não estão frequentando a escola e tem alguma deficiência. (TÉCNICA 1)

O trabalho com as famílias, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), apreende as origens e significados atribuídos, além das possibilidades de superação das vulnerabilidades enfrentadas pela família. Assim, contribui-se para a proteção integral da família e para a efetivação da matricialidade sociofamiliar.

As/os interlocutoras/es do PAIF são famílias em situação de vulnerabilidade, com enfoque na pobreza, falta de acessos a serviços públicos e vínculos fragilizados. Estas devem residir no território de referência do CRAS. Para além disso, há condicionalidades especiais, em que as famílias devem estar em processo de reconstrução da autonomia ou vínculos, serem inseridas em programas de transferência de renda e/ou beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

De acordo com a NOB/SUAS (BRASIL, 2005), são considerados elementos de vulnerabilidade: infraestrutura precária; famílias com renda de até meio salário-mínimo que contam com crianças, adolescentes e pessoas com deficiência ou idosos; responsáveis com baixa ou nenhuma escolaridade; famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge; família com responsáveis sem emprego; e crianças e adolescentes que não frequentam a escola ou que trabalham. Assim, é possível apreender que tais questões podem vir a representar situações de vulnerabilidade social em agravo e de reprodução de pobreza.

Há, dentre as famílias em situação de vulnerabilidade, as que possuem um perfil que demanda maior atenção por parte do PAIF, sendo estas prioritárias na inserção do Serviço. Ressaltamos que nem todas as famílias inseridas no território de abrangência em situação similar serão atendidas pelo PAIF – faz-se necessária a aceitação por parte da família e a avaliação da equipe técnica. Assim, são tidas como prioridade:

Famílias vivendo em territórios com nulo ou frágil acesso à saúde, à educação e aos demais direitos, em especial famílias monoparentais chefiadas por mulheres, com filhos ou dependentes; Famílias provenientes de outras regiões, sem núcleo familiar e comunitário local, com restrita rede social e sem acesso a serviços e benefícios socioassistenciais; Famílias recém-retiradas de seu território de origem, em função da implementação de empreendimentos com impactos ambientais e sociais; Famílias com moradia precária (sem instalações elétricas ou rede de esgoto, com espaço muito reduzido, em áreas com risco de deslizamento, vivenciando situações declaradas de calamidade pública, dentre outras); Famílias vivendo em territórios com conflitos fundiários (indígenas, quilombolas, extrativistas, dentre outros); Famílias pertencentes aos povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ciganos e outros); Famílias ou indivíduos com vivência de discriminação (étnico-raciais e culturais, etárias, de gênero, por orientação sexual, por deficiência e outras); Famílias vivendo em contextos de extrema violência (áreas com forte presença do crime organizado, tráfico de drogas, dentre outros); Famílias que enfrentam o desemprego, sem renda ou renda precária com dificuldades para prover o sustento dos seus membros; Famílias com criança(s) e/ou adolescente(s) que fica(m) sozinho(s) em casa, ou sob o cuidado de outras crianças, ou passa(m) muito tempo na rua, na casa de vizinhos, devido à ausência de serviços socioassistenciais, de educação, cultura, lazer e de apoio à família; Família que entregou criança/adolescente em adoção; Família com integrante que apresenta problemas de saúde que demandam do grupo familiar proteção e/ou apoios e/ou cuidados especiais (transtornos mentais, doenças crônicas etc). (MDS, 2015, s. p.)

São ações do Serviço PAIF: acolhida, visitas domiciliares, oficinas com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas, atividades comunitárias, campanhas socioeducativas, cadastramento socioeconômico, elaboração de relatórios e/ou prontuários, notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social, busca ativa e encaminhamentos (BRASIL, 2009; 2012). A Técnica 5 nos explica como funciona o fluxo interno realizado pelo CRAS Pajuçara para executar as atividades do PAIF:

Quando o usuário chega aqui para o primeiro atendimento, a gente chama de acolhida, que é para a gente apresentar as atividades, os serviços, os benefícios da assistência, para a gente ter aquele primeiro contato, conhecer aquele usuário e ver quais as demandas que ele nos apresenta. Então, geralmente ele já vem buscando algo, seja um benefício eventual, ou um cadastro único, alguma coisa motiva esse usuário vim ao CRAS, quando é uma demanda espontânea, aí na recepção é identificado se ele já passou ou não pelo PAIF, se não tiver passado, a gente agenda esse primeiro atendimento. Aí no PAIF nos identificamos qual o perfil daquela família e o que ele demanda, se necessita ou não de um acompanhamento mais particularizado. Então, nós temos esse fluxo interno. Mas ele também pode vir encaminhado de outros equipamentos, de outras políticas, mas no geral, o nosso grande volume, ele vem espontaneamente. (TÉCNICA 5)

No Consolidado da Proteção Social Básica (2018-2020), tem a Nota Técnica sobre o Trabalho Social com Famílias, o qual dispõe sobre trabalho social com famílias e conceitos-guias, como trabalho, trabalho social com famílias e condições de necessidades humanas; bem como com conceitos norteadores, como PAIF, família, território e matricialidade sociofamiliar.

Trouxemos alguns conceitos-guias para o PAIF, os quais fazem total diferença nos atendimentos realizados pelas equipes de referência. Nas ações individuais, temos encaminhamentos, relatórios para uso interno do SUAS e relatórios para uso externo do SUAS, como também:

Acolhida particularizada: ação de identificação, análise e avaliação das demandas apresentadas pelas famílias e indivíduos quando procura pela primeira vez, aos serviços, programas, projetos e benefícios do Suas. Que poderá ser forma particularizada ou coletiva.

Atendimento: ação de caráter não continuado de orientação, prestação ou oferta de serviços, programas, projetos e benefícios às famílias e/ou indivíduos, bem como, orientação e encaminhamento a outras políticas setoriais.

Acompanhamento: ação de caráter continuado e planejado por período de tempo determinado, com definição de objetivos a serem alcançados, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e/ou indivíduos e profissionais do Suas.

Visitas domiciliares: atividade técnico metodológica que se desenvolve, de forma planejada, na residência da família ou do indivíduo com a participação dos técnicos das equipes de referências dos serviços socioassistenciais, e visa possibilitar a escuta qualificada. Não deve ser confundida com apuração de denúncia ou até mesmo com caráter fiscalizatório. (MARACANAÚ, 2020f, p. 31 - 32)

Sobre as ações coletivas, a Nota Técnica sobre Trabalho Social com Famílias indica que:

Acolhida Coletiva: é o processo de contato inicial com um conjunto de famílias, que possuem características semelhantes; apresentação de demandas iniciais e oferta de informações sobre Serviços, sobre rede socioassistencial e demais políticas públicas.

Grupo com famílias: consiste em encontros previamente planejados, com objetivos de curto prazo, sendo a condução por técnicos de nível superior. Podem agrupar participantes com características homogêneas ou heterogêneas, a depender dos objetivos a serem alcançados pelo grupo. Sugere-se que os encontros tenham a duração de 60 a 120 minutos, que os encontros tenham suas ações registradas em instrumental específico e seja realizada avaliação em conjunto com os participantes.

Ações comunitárias: Ações que visam à dinamização das relações no território, tem como objetivos a mobilização social, o protagonismo e o pertencimento comunitários com estímulo à participação cidadã. As ações devem ser planejadas pelos técnicos de nível superior. Sugere-se a utilização de atividades culturais, de palestras, de campanhas e de eventos comunitários. (MARACANAÚ, 2020f, p. 32)

Segundo a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (2015), o PAIF deve acontecer, prioritariamente, a partir do CRAS, não necessariamente dentro dele. Com isso, faz-se necessário um ambiente físico, recursos materiais, recursos humanos e o trabalho social essencial ao serviço (MDS, 2015).

Portanto, é necessário que as atividades do PAIF sejam realizadas em ambiente adequado, como espaços para recepção das famílias, salas para atendimento individualizado, espaços para atividades coletivas e comunitárias, com iluminação e ventilação apropriadas, ambientes conservados, salubres e limpos. As formas de acesso ao PAIF são: por procura espontânea, por busca ativa, por encaminhamento da rede socioassistencial, por encaminhamento das demais políticas públicas (BRASIL, 2009).

O serviço deve possibilitar experiências que contribuam para o estabelecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como contribuir para o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, ao pautar sobre o respeito a si próprio e aos outros, a partir de princípios ético-políticos de defesa a cidadania e justiça social, como também oferecer espaços de estímulos para participação em fóruns, conselhos, movimentos sociais e/ou organizações comunitárias (BRASIL, 2009).

O serviço possui abrangência municipal e, de acordo com a demanda do CRAS, deve trabalhar articulação em rede. O PAIF busca contribuir para a redução de ocorrência de situações de vulnerabilidade social no território de abrangência do CRAS, para a prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência no território de abrangência do CRAS, aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais e melhoria da qualidade de vida das famílias residentes no território de abrangência do CRAS (BRASIL, 2009).

As orientações técnicas do PAIF sugerem temas para serem trabalhados nas oficinas com as famílias, os exemplos são: direito à transferência de renda, direito à cultura, direitos das crianças e adolescentes, direitos das mulheres etc. Sobre os direitos das mulheres, é sugerido que existam discussões sobre o isolamento das mulheres na sociedade, a feminização da pobreza, violência contra a mulher e a sobrecarga das mulheres na divisão das responsabilidades familiares, como, também, conhecer o território e as vivências que as mulheres estão inseridas (BRASIL, 2012).

O serviço deixa explícito, desde sua criação, que o seu público corresponde às famílias, mas ele também reconhece que a primeira pessoa da família a chegar nos equipamentos públicos são mulheres. Diante disso, interpretamos que, ao sugerir temas que se aproximam da realidade vivenciada pelas mulheres, o PAIF aproxima sua execução também a esse público e sugere que essas temáticas são importantes para execução do serviço.

Conseguimos identificar, a partir das falas da Coordenadora 2, que ela é uma profissional que reflete sobre sua prática e problematiza os eixos estruturantes da política de Assistência Social, que entende os entraves da política, mas ainda sim procura formas de superá-los. Durante sua entrevista, ela elencou preocupações e possibilidades para o PAIF, a primeira identificamos na fala a seguir:

[...] Por exemplo, eu fiz uma oficina sobre sororidade, que as mulheres nem conheciam a palavra, pra tu ter uma ideia, né? Mas elas fazem isso, mas não sabem. E reforçar, porque a sociedade sempre criou as mulheres pra concorrer, elas nunca criaram as mulheres como irmandade, como se a gente reconhecer na outra o sofrimento, como a gente... Porque a gente sempre tem essa questão de tá recriminando, né? Mas quando eu falo em sororidade eu pego várias coisas... Inclusive a violência. Eu pego várias questões que se elas enquanto grupo, se formarem um grupo e se tornarem irmandade, no sentido de reconhecer, elas se ajudam dentro do território. Porque eu tô lá quatro dias na semana, elas estão vivendo no território todos os dias. Então, se você não trabalha uma perspectiva de que isso possa criar laços, criar grupos, criar possibilidades pra essas mulheres se fortalecerem... Eu sou só o mediador, quem se fortalece é elas, ninguém dá autonomia a ninguém, a autonomia quem desenvolve são as pessoas. Então hoje é isso, dentro do serviço PAIF, eu creio que a filosofia dá pra fazer muita coisa. Porque a gente movimenta gente e quando a gente movimenta gente, principalmente numa condição que é de empobrecimento, você tem possibilidades. Agora se você ficar só no atendimento achando encaminhamentos. [...] (COORDENADORA 2)

A Coordenadora 2 problematiza a supervalorização dos atendimentos particularizados, ela reconhece que eles são importantes para o cotidiano do serviço e para a construção de vínculos, mas não podem ser a única forma de atuar do PAIF, outros técnicos também levantaram essa característica do CRAS Pajuçara, como o Técnico 6, o qual nos explicou que é uma particularidade do equipamento a ideia de optar pelos atendimentos individualizados.

No entanto, entendemos e concordamos com nossos interlocutores sobre o PAIF ter muito a perder se mantiver apenas o individual, sem partir para o coletivo, perde tanto para as/os sujeitas/as, como para os profissionais. Em sequência, abordamos os principais achados da pesquisa, com as possibilidades e as preocupações encontradas no cotidiano do CRAS Pajuçara.

Por fim, cabe destacarmos que o caderno PAIF rejeita concepções preconceituosas, as quais corroboram as desigualdades no âmbito familiar, como recusar concepções e posturas que estabelecem a subalternidade das mulheres, estimular a participação tanto de homens como de mulheres com o cuidado para seus entes e combater todas as formas de discriminação nas relações sociais (BRASIL, 2012).

Por conseguinte, é necessário que as ações realizadas pelo PAIF estejam alinhadas às experiências, situações e condições vivenciadas pelas famílias. A ideia não é impor ações e conteúdos que não fazem parte de seus cotidianos, mas, sim, dialogar e refletir sobre as situações a que as famílias estão submetidas em seus contextos familiares.

5.1 As possibilidades e os entraves do maior serviço da política de Assistência Social em Maracanaú

Neste tópico, abordamos o que compreendemos como os principais achados de pesquisa, frutos da observação de campo e das entrevistas, como também da coleta de dados dos documentos disponibilizados pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC). Discorreremos sobre as dificuldades, possibilidades e sugestões para a política de Assistência Social de Maracanaú, em específico, para o CRAS Pajuçara.

A Proteção Social Básica em Maracanaú é coordenada pela Coordenadoria de Proteção Social Básica (PSB), a qual visa à prevenção das situações de vulnerabilidade e risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, ofertando o serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

A Coordenadoria gerencia os benefícios assistenciais e o Programa Primeira Infância no SUAS/Programa Criança Feliz, 11 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), 1 Centro de Convivência do Idoso (CCI) e 1 Centro de Convivência Social (CCS) Timbó. Ela é composta por uma coordenação geral e pelos/as Supervisores/as PAIF, os quais dialogam diretamente com as coordenações dos CRAS e com as equipes de referência PAIF.

Cumpramos destacar que a equipe de referência do PAIF é composta por Assistentes Sociais, Psicólogos e Pedagogos.

De acordo com o Plano de Supervisão do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, a supervisão PAIF tem por objetivo estimular, provocar, acompanhar e contribuir com o processo de organização do trabalho no âmbito do PAIF, visando a apreender e a interpretar, na conjuntura, a particularidade do fenômeno com o qual os/as trabalhadores/as executam os serviços, com a finalidade de analisar e encontrar formas de operacionalização que melhorem a intervenção profissional.

Em 2018, foi construído o Plano de Supervisão Técnica do PAIF, o qual tem por objetivo acompanhar e contribuir para o processo de organização do trabalho no âmbito desse serviço, visando a subsidiar as equipes técnicas no desenvolvimento do trabalho social com famílias. A equipe de Supervisão Técnica busca mobilizar gestores e trabalhadores para reflexão e estudo coletivo acerca de questões vivenciadas nos processos de trabalho cotidiano, relacionadas às suas práticas profissionais e às articulações com o território, na perspectiva institucional e intersetorial.

Por conseguinte, a Supervisão Técnica PAIF possui como objetivo geral:

Fornecer subsídios teóricos, metodológicos, técnicos, operativos e éticos para a construção crítica e criativa de novas alternativas de intervenção aos/as trabalhadores/as do SUAS e elevar a qualidade do provimento dos serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais e transferência de renda e da gestão do Sistema, contribuindo para a ressignificação das ofertas da Assistência Social e potencializando o pleno cumprimento de suas funções e seguranças afiançadas, na perspectiva da garantia de direitos. (MARACANAÚ, 2018, p. 23)

A Supervisão Técnica, em 2019, focou os eixos estruturantes da supervisão na organização do trabalho, com ênfase na instrumentalidade e nos instrumentais utilizados pelos profissionais, com o intuito de padronizar a comunicação interna e externa da PSB. A Supervisão realizou diálogos temáticos durante os “Encontros PAIF” com temas diversos, entre eles: Trabalho Social com famílias, instrumentais técnicos, reforma da previdência, enfrentamento à violência de gênero e lesbofobia. Além disso, realizou visitas técnicas de supervisão nos equipamentos sociais sobre sua gerência, para atender às demandas específicas. (MARACANAÚ, 2019)

O ano de 2020 foi atípico, a gestão deu continuidade aos trabalhos ao revisar as orientações técnicas e processos de trabalho já produzidos no município acerca do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), com o objetivo de aprimorá-las para qualificar o trabalho social com as famílias. As reuniões da Supervisão Técnica do PAIF

foram realizadas remotamente. No total, foram 14 reuniões com as equipes técnicas, via *Google Meet*.

A Coordenadora 2 mencionou que a Supervisão Técnica do PAIF foi criada por reconhecer as fragilidades da PSB de Maracanaú, como registramos em sua fala, com o intuito de amenizar as dificuldades apresentadas nos relatórios anteriores e nas demandas das equipes de referências do PAIF:

Uma dessas dificuldades que a gente via era instrumentalidade do PAIF né? Todo mundo trabalhava com “N” instrumentais, queria padronizar isso no município... Você via... Um CRAS mandava no instrumental de um jeito, outro CRAS de outro. A gente fez esse trabalho, começou a discutir conceitualmente o que é atendimento, o que é acompanhamento (...) Então, em questões conceituais mesmo assim, muitas vezes a gente levantava temas: territórios, família, vulnerabilidade... De como a gente poderia ter momentos de estudar, de fazer pequenas formações, percursos formativos, na verdade, porque não era uma formação né? Mas para auxiliar os técnicos a poder operacionalizar melhor, tipo, a concepção na operacionalização.... Trazer a concepção, e essa era a ideia da supervisão, como também trabalhar casos, porque às vezes tem situações muito complexas. (...) (COORDENADORA 2)

De acordo com a Coordenadora 2, a Supervisão tem como finalidade auxiliar as equipes técnicas dos CRAS, ao realizar um trabalho coletivo que contribua para a melhoria dos serviços e para a execução dos trabalhos por parte das equipes técnicas e gestores. Portanto:

A ideia era exatamente conseguir... Porque assim, as equipes do PAIF se sentem às vezes muito solitárias em cada um dos seus territórios né, sentido a necessidade de suporte às vezes conceitual mesmo... A supervisão era para auxiliar mesmo as unidades de CRAS no serviço PAIF. De... Por exemplo, às vezes têm demandas que a gente não domina então, de trazer debates, a gente fazia encontros mensais né? Então era de realmente. (COORDENADORA 2)

A Supervisão Técnica do PAIF foi uma surpresa para nós, desde o primeiro contato da pesquisa, por compreendermos que a Gestão demonstra, por meio desse trabalho, o esforço contínuo em melhorar o atendimento e os serviços oferecidos pela PSB. Entretanto, a Coordenadora 1 pareceu desconhecer o trabalho específico realizado pela Supervisão PAIF, vendo-a como uma Coordenação Geral da PSB, com demandas mais gerais.

Não existe uma coordenadora do PAIF, existe a coordenação da PSB, que é lá na secretaria, que coordena todos os CRAS. Não é específico do PAIF, é uma coordenação que lida diretamente com as coordenadoras dos CRAS, e faz encontros com os profissionais do PAIF, mas a ligação é direta com a coordenação. Nós somos o elo entre a secretaria e o equipamento. (COORDENADORA 1)

Entretanto, a equipe de referência do PAIF, do CRAS Pajuçara, reforçou a ideia trabalhada pela Supervisão PAIF e demonstrou contentamento pelo trabalho que vem sendo

realizado por eles/elas. Trouxemos como exemplo a fala da Técnica 2 para visualizar esse apreço:

Existe, mas a relação entre a coordenação PAIF e os profissionais é feita através da nossa coordenação. Existe a estrutura da PSB, dentro dessa PSB tem uma coordenadora e outros técnicos que hoje são chamados de supervisores do PAIF. A comunicação da coordenação do equipamento é direta com a sua supervisora, e esporadicamente, pelo menos uma vez ao mês a coordenação dos equipamentos tem uma reunião que tem a presença dessa supervisora. Porém, é uma pessoa muito acessível, se você mandar um *whatsApp* para ela, ela vai responder, mas a comunicação eminentemente acontece entre equipamento e supervisão. E uma vez por mês, todos os equipamentos e todas as supervisoras com a coordenadora. (TÉCNICA 2)

Na análise dos Relatórios de Gestão, desde 2015, vem sendo mencionada a preocupação em padronizar os instrumentos utilizados pela política de Assistência Social de Maracanaú e o entendimento do que significa o Trabalho Social com Famílias, como essas atividades estão sendo executadas e quais os objetivos a serem alcançados no atendimento particularizado, oficinas, acolhidas, entre outros.

Em 2014, foi objetivo da Gestão da PAS buscar trabalhar essa diferença entre atendimento PAIF e acompanhamento PAIF. Como resultado, em 2015, os números já apresentaram uma redução significativa no número de famílias acompanhadas. Isso demonstra que as equipes desconheciam o significado de acompanhar as famílias e que o atendimento individualizado é uma atividade priorizada nos CRAS, por atender às demandas mais urgentes trazidas pelas/os interlocutoras/es e famílias. Como o Técnico 6 nos relatou:

É uma questão bem delicada. A equipe é muito focada no atendimento individualizado. A demanda lá é muito grande, a gente atende quase 10 mil famílias, tem uma demanda muito forte, então o que acontecia. Por ter uma alta demanda de atendimento individualizado, infelizmente não se montavam grupos PAIF. Primeiro, devido a alta demanda, e segundo porque os técnicos não se sentiam confortáveis em está executando esses grupos. Teve uma época que sim, houve esses grupos, que foi na época que eu era estagiário, mas porque a minha supervisora, que era a psicóloga, puxava esses grupos. Que foi a que me ensinou tudo que eu sei, eu aprendi com ela essa questão dos grupos PAIF, dessa educação popular, da gente conversar com a comunidade e etc. Quando eu cheguei lá em 2019, não existiam grupos, antes de pandemia. Não existiam grupos PAIF e até eu sair de lá não tinham grupos PAIF. O que existiam eram palestras de caráter não continuado, não eram grupos de acompanhamento. Tinham palestras de assuntos que não eram continuados, eram assuntos eventuais, específicos, como por exemplo: violência contra a mulher, empoderamento feminino, reforçar a questão do outubro rosa, novembro azul ou falar sobre saúde mental na gestação, eram coisas muito associadas ao Criança Feliz, o cartão mais infância e saúde, era muito entrelaçado assim. Dizer que existiam grupos PAIFs, não existiam grupos lá. Eu desconheço, pode ser que existiam esses grupos antes de chegar, antes de junho de 2019. Mas, pra mim não existiam grupos PAIF. (TÉCNICO 6)

Em 2015, a Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú adotou o uso do Prontuário SUAS, o qual é um instrumento nacional que busca uniformizar os

registros das informações do trabalho social com famílias, apontar a responsabilidade da política com as/os interlocutoras/es e constituir-se como fonte de conhecimento do território, tendo em vista que a maior dificuldade para a Assistência Social em Maracanaú, no período, era olhar para o/a interlocutor/interlocutora de forma sistêmica, não por meio de ações fragmentadas, deslocadas da rede socioassistencial.

Por meio da fala da Coordenadora 2, percebemos a mesma preocupação apontada nos Relatórios de Gestão de 2015-2020, ou seja, a necessidade de revermos a política de Assistência Social, para conseguirmos romper com as formas arcaicas reproduzidas no cotidiano da PSB e com as padronizações de instrumentais e de linguagem. É necessário primeiro conhecer bem a política, para reformulá-la e executá-la dentro da realidade dos territórios:

[...] Tem muitas coisas na Assistência Social que eu acho que elas precisavam ser revistas, certo? No ponto de vista conceitual mesmo [...] o problema é como ela está organizada. Ela cabe os dois projetos: ela tanto cabe o projeto em que a gente aposta nos direitos, mas ela acaba cabendo o projeto clientelista, do favor, da benesse, desse projeto do não direito. [...] Então já começa numa indefinição conceitual mesmo [...] a gente não tira ninguém de condição, certo? A condição das famílias é uma condição de empobrecimento, essa é a condição. Nós não tiramos, política nenhuma tira, porque pra eu mexer com isso, eu tenho que mexer na estrutura de como nós produzimos riqueza e não socializamos ela, tá? Nós trabalhamos em cima de situações, entendeu? Sim, que fragilizam, que vulnerabilizam e que colocam em risco as pessoas, mas não são as pessoas que são riscos. (COORDENADORA 2)

Dialogando com as duas falas acima, do Técnico 6 e da Coordenadora 2, identificamos a dificuldade em criar e acompanhar Ações Coletivas do PAIF. Entendemos que, para executar as ações da Assistência Social, é necessário articular as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, a fim de dar respostas embasadas às situações vivenciadas pelas/os sujeitas/os. Entretanto, segundo a Coordenadora 2, nem sempre as equipes de referência possuem condições necessárias para essa operacionalização.

(...) Aí você tem também profissionais com diversos objetivos profissionais também, nem todo mundo se identifica com a Assistência Social, muitas vezes só tão no trabalho e isso tem um trabalho né? Que ele, as vezes é realmente compra e venda de força de trabalho... Tô ali porque eu preciso sobreviver e eu tenho uma minha força de trabalho para vender e pronto né? E quanto a isso a gente não pode também exigir da pessoa... O que a gente pode exigir da pessoa? O compromisso ético né? (...) (COORDENADORA 2)

Muitas vertentes impactam no trabalho das equipes de referência, como: equipes desfalcadas, baixa remuneração, equipamentos com condições estruturais precárias, dificuldade no acesso à internet, computadores em número insuficiente para uso das equipes,

baixa adesão das famílias ao PAIF e organização do trabalho voltado para as ações particularizadas em detrimento às ações grupais. Conforme aponta a Coordenadora 1:

O que precisa melhorar urgentemente é a estrutura, equipamentos, porque não temos. Nós temos a mão de obra, que é o trabalhador, mas ele tem que ter uma estrutura, sem ter equipamento fica muito difícil. Precisamos de aumento salarial, tudo isso aí pesa. Para o profissional se capacitar, ele precisa de recurso, e infelizmente faz mais de 5 anos que não temos aumento. (COORDENADORA 1)

As condições precárias de trabalho vêm sendo expostas como um problema recorrente, e explanamos sobre essa temática desde o início desta investigação, pois apreendemos que a precarização traz diversas consequências para execução do serviço. Essa realidade, em Maracanaú, intensificou-se com a gestão do Prefeito Firmo Camurça (2013-2020) e ficou escancarada com o contexto de pandemia. A Técnica 2 nos relatou as mudanças que ocorreram durante a transição de governo municipal entre os prefeitos Roberto Pessoa e Firmo Camurça:

No governo municipal passado, do Roberto Pessoa, nós conseguimos um Plano, tanto que eu estava com muita expectativa com o governo do Firmo, no atual governo aconteceu o desmonte, esse plano deixou de acontecer, perdemos insalubridade, perdemos o próprio plano foi paralisado, a licença prêmio foi retirada. A única coisa que ainda temos é uma gratificação federal por exercício na assistência, e essa gratificação é só para os efetivos, o que aumenta a disparidade salarial. Outra coisa que aconteceu, foi a redução de 40 horas para 30 horas para os pedagogos e assistentes sociais, para justificar a baixa salarial. Então, o plano não foi extinto, mas também não tem nenhuma progressão. (TÉCNICA 2)

Em contrapartida, diferente do restante da equipe de referência, a Técnica 1 relatou que o teletrabalho, durante a pandemia, foi algo novo, que a fez ver o seu trabalho a partir de novas perspectivas, uma oportunidade de aprendizado. Ela ainda afirmou que acredita que essa nova experiência fez a equipe dialogar melhor, como vemos a seguir:

A rotina da pandemia pra mim ficou mais simples, por ter sido dada aquela possibilidade de trabalhar em casa e aqui, deu a oportunidade de eu conhecer também como seria trabalhar no ambiente fora daqui, até então eu nunca tinha me visto, e durante o período da pandemia bem acirrado, todos aqueles que tinham telefone digital, eles poderiam trabalhar em casa, não era todos os dias, mas era feito uma escala. Aquele que não tinha telefone digital, não tinha como ele atender em casa. Tinha um assistente administrativo que estava sem e ele ficava aqui com a coordenadora. A coordenadora até tinha, mas ela preferia ficar aqui, acompanhando tudo. Eu acho que esse atendimento virtual fez a equipe conhecer amplamente o que tem no local de trabalho, porque, por exemplo, antes era tipo muito só, o cadastro só faz a coisa do cadastro, recepção - recepção, o PAIF o PAIF. Mas por meio desse atendimento virtual, como todos estavam ali atendendo no mesmo sistema, era a gente com os profissionais de nível superior, então a gente tinha um grupo para tirar dúvidas. Eu acho que foi um momento da gente se aproximar mais, eu não tinha acesso, por exemplo, tanto a verificar ao sistema de cadastros que estavam digitados ou não, ampliação de conhecimentos, ampliou o nosso olhar. (TÉCNICA 1)

A seguir, a equipe pontua outras problemáticas enfrentadas no cotidiano da política. A Coordenadora 2 discorreu sobre a burocratização do serviço, que, muitas vezes, é criada pela equipe de referência. Como toda política pública, a Assistência Social segue um aparato legal que padroniza a execução dos programas, serviços e benefícios. No entanto, segundo a interlocutora, algumas exigências são criadas no dia a dia pelos profissionais, e, como consequência, o serviço torna-se ainda mais de difícil acesso para as/os sujeitas/os:

[...] Falta dentro do PAIF direção, certo? [...] O manual traz muitas coisas interessantes, só que as pessoas não leem, né? Outro problema na Assistência Social é que quem chega, quer aprender fazendo. A pessoa chega na Assistência Social... Então não quer nem ler uma LOAS, porque pra mim entrar de cara numa política eu tenho que minimamente entender a lei dela... Aí as pessoas vão criando coisas na prática sem refletir sobre. Aí vai criando critérios que nem existem, [...] que quando você vai ler a lei do programa não diz aquilo. O cadastro único mesmo, vou lhe dar um exemplo tá? O cadastro único, exclusivamente, para o cadastro é necessário minimamente dois documentos do representante legal, dois tá? [...] Mas o povo cria mais impedimentos. Aí o que é que me choca dentro da Assistência Social, é que o Estado criar impedimentos, beleza! É inerente ao papel dele, controlar, burocratizar, pra não acessar. Aí o que me deixa p da vida é os profissionais do SUAS reproduzir uma burocratização desnecessária pra impedir acesso. Então, hoje a minha grande preocupação, não vou negar pra você, são duas dentro do PAIF. [...] a burocratização desnecessária criada pelos trabalhadores, tá? Que eu tenho que seguir uma legislação...? Tenho! Mas eu ainda criar em cima dela mais coisas, aí complica. Outro grande incômodo que eu tenho dentro do PAIF é a centralidade no atendimento particularizado e o individualizado. Com o CRAS, o PAIF, tem que aprender a fazer um trabalho coletivo e não se sabe. Se existir no Brasil eu desconheço, mas eu estou correndo atrás. (COORDENADORA 2)

Outra problemática levantada nas falas é referente ao orçamento financeiro durante os governos Temer e Bolsonaro. Com o orçamento reduzido para a política de Assistência Social, principalmente para os serviços socioassistenciais, é possível observar rapidamente o impacto na execução dos serviços.

As interlocutoras pontuaram que muitas mulheres vão para os grupos em busca de ter uma refeição, tendo em vista que as atividades coletivas oferecem lanche. Como também, precisam de um lugar adequado para seus filhos, enquanto participam das atividades propostas pelo equipamento. Além disso, a Técnica 1 nos relatou que os/as trabalhadores/as do SUAS acabam contribuindo para execução desses serviços, mesmo compreendendo que é de responsabilidade do Estado manter essas atividades:

Lembrando de uma atividade do Criança Feliz e o que teria de lanche naquele momento era macaxeira com leite, e tinha uns xilitos também. Mas, como nós conhecemos a realidade dessas famílias, ficamos pensando em como contribuir, mesmo não concordando com essa situação, e acabou que todo mundo trouxe uma coisa. Não concordamos, se querem fazer o grupo, também tem que saber o que vão dar de lanche, toda a estrutura do encontro. Então, o primeiro motivo para participar das reuniões é o alimento e depois acho que elas conseguem se descontraírem, conversar, tirar dúvidas. É uma oportunidade de elas conhecerem os benefícios do CRAS. Acabam trazendo outras pessoas, para se vincular mais. (TÉCNICA 1)

Na fala a seguir, a Técnica 2 reconhece que as dificuldades encontradas ultrapassam as competências da equipe de referência. Mesmo que a equipe busque de forma proativa operacionalizar o serviço, muitas vezes, se encontra de mãos atacadadas. Por exemplo, a falta de orçamento é um problema estrutural da sociedade capitalista, que foge do controle da atuação dos trabalhadores do SUAS.

Eu vejo essencial, porém às vezes dá uma sensação, não em mim, a gente até conversa muito aqui, falando que quando a pessoa está entrando na política, tem muito esse sentimento de impotência do profissional, por não conseguir diminuir mesmo a dificuldade, porque não basta só o meu desejo. Hoje eu posso dizer que sou mais fria nesse sentido, eu entendo que o problema não sou eu, eu estou fazendo tudo que eu poderia fazer de acordo com a minha leitura, é obvio que outro profissional de outra formação, ou até mesmo um pedagogo, possa ver outras possibilidades. Então eu acho que é essencial, na medida em que é um espaço, que esses interlocutores têm, porém muitos deles não sabem que existe. Eles não chegam aqui no CRAS pedindo para falar com o técnico, querendo ser atendido pelo técnico, por um profissional do serviço PAIF, porque eles não sabem o que é isso. E isso talvez seja o maior entrave, que no tempo que a gente fazia os atendimentos coletivos, sejam eles de caráter continuado ou não, principalmente as palestras, a gente batia muito nesta tecla. E agora estamos voltando com as acolhidas coletivas, nada mais é do que a gente apresentar a política aqueles que vêm basicamente pedir a inserção no cadastro. Então, é o momento da gente apresentar cada vez mais esse serviço, para que cada vez a população que precisar e necessitar possa ser atendidos. Então, eu considero essencial, porém ele não tem muita capilaridade pela ausência de conhecimento daqueles que possam necessitar desse serviço. (TÉCNICA 2)

Focamos agora em outra fragilidade citada pelas interlocutoras/interlocutor: a sobreposição do atendimento individualizado em detrimento das ações coletivas. A Coordenadora 2 mostra-se incomodada com essa situação e relata que atualmente os grupos PAIFs não abrangem nem 60 pessoas, enquanto os atendimentos particularizados apresentam números exorbitantes. Diante desta realidade, observamos que o serviço alcança as famílias de forma individualizada, distante das relações da comunidade, em uma perspectiva focalizadora e seletiva, em vez de abarcar as pluralidades do território. A Técnica 5 reconhece essa fragilidade e explica:

Se você for ver bem direitinho os objetivos do PAIF, a gente deveria acompanhar mais de perto as famílias, as demandas, mas é um volume de atendimento tão grande, que a gente as vezes somos engolidas por essas ações rotineiras, de abrir ficha, de encaminhar para cadastro, solicita o benefício, entrega o benefício. Então, nós falamos muito aqui na equipe, da necessidade de existir um grupo de estudo, para a gente se atualizar, devido as legislações que estão mudando o tempo todo. Falta a educação continuada, a estrutura do equipamento e esse volume de atendimento, com os recursos humanos reduzidos, a gente não consegue ter o PAIF ideal. Então, não conseguimos acompanhar as famílias de perto, conhecer as potencialidades do território e as suas vulnerabilidades. Então, tem muitas coisas que ficam a desejar por conta disso. A gente vai enxugando gelo, porque a gente sabe que a entrega de uma cesta básica para uma família vai resolver momentaneamente, porque de fato ela tem uma urgência ali que precisa ser sanada. Mas para além disso, como vamos trabalhar com essa família, esse para além, a

gente ainda não conseguiu avançar muito, com a pandemia isso se tornou mais grave. (TÉCNICA 5)

A Coordenadora 2 menciona que não gosta da expressão “enxugando gelo”, pois entende que, mesmo com todas as fragilidades e precarização do trabalho, as equipes de referências ao construir novas possibilidades, facilitariam suas respectivas situações de trabalho, e em consequência, aumentariam o alcance do PAIF em seus territórios.

E nós tamos lá... Aí eu tenho ódio da expressão “Tamo lá enxugando gelo”. [...] Está enxugando gelo então porque quer, porque se coloca nessa condição. Porque se tu é tão devota ao direito, por que tu não para de ficar fazendo só a coisa institucional e parte pra uma coisa que verdadeiramente possa trazer pra aquele sujeito possibilidade de mudança? Porque a mudança não vai vir no benefício, a mudança não está no auxílio Brasil, a mudança não está na cesta básica, a mudança não está em nenhum benefício, a mudança tá no serviço, no acompanhamento, na orientação, no dizer pra aquela pessoa que a dor é legítima, mas a dor dela não é só dela. Junto com ela tem uma legião de pessoas vivendo sobre as mesmas condições. E vivendo sobre as mesmas condições elas podem se unir, se organizar, tá? ‘Aí, mas elas não vão’. Tá, mas eu digo, pode ser que vá. Porque não vou ser eu também a liderança que vai levar o povo pra revolução, não sou eu, né? Quem vai pra luta são as pessoas que sentem a necessidade de lutar, só que se elas nem sabem como, elas dificilmente vão fazer. Então, é tentar realmente mostrar a realidade, não romantizar processos que não são românticos. ‘Ah, mas eu acho lindo você.’ Não, não é essa lindeza. É mostrar a vida como ela é, porque eles já sabem, [...] Eu nem preciso dizer muitas coisas, tá? Eu verdadeiramente só preciso organizar isso de alguma forma. (COORDENADORA 2)

A Interlocutora 1 demonstra que gosta das ações coletivas e sente falta dessas atividades, as quais se encontram suspensas desde o começo da pandemia. Segundo ela, é nesses encontros que as interlocutoras possuem acesso a novas informações, que não cabem nos atendimentos individualizados, como: conhecer os seus direitos sociais, temáticas sobre mulheres, benefícios e políticas públicas. As atividades em grupo alcançam um número maior de interlocutores, como também membros das famílias, além da mulher, e as temáticas discutidas podem ser plurais, alcançando diversas situações familiares, sociais e econômicas.

A Interlocutora 1 discorre:

Eu queria as reuniões que a gente tinha, a gente se reunia, mas por conta da pandemia foi suspenso. A gente tinha nossas reuniões todas às quintas-feiras, uma vez no mês a gente tinha, com várias informações sobre o nosso bairro, sobre Maracanaú, muita coisa, enfim, que não estou lembrando, os conhecimentos que a gente não tem. Eles nos ajudam a encaminhar para o INSS, a conhecer os nossos direitos, como você ter direito a carteira de passe livre do Maracanaú, de Fortaleza, direito ao almoço, pelo menos uma vez ao dia. A gente tem sempre palestras, que nos dar conhecimento aos nossos direitos, que são vários. Que muitas vezes não sabemos pelo menos eu não sabia que nós tínhamos esses direitos todos. Eles nos ajudam muito, nos orientam. Assim, eu não tenho necessito desse benefício, mas têm mães que são carentes, eles dão auxílio-maternidade, eles acompanham essas pessoas também. Faz acompanhamento em casa, eles visitam as pessoas para ver como estão. Às vezes, eles adquirem até mesmo cestas básicas para nos ajudar. Enfim, são inúmeros benefícios, o trabalho deles é muito importante pra gente. Hoje eu não sei como seria minha vida, se não fosse o acompanhamento do PAIF,

inclusive já vim buscar o almoço, né, porque tudo é incerto. (INTERLOCUTORA 1)

O Técnico 6 complementa a fala da Interlocutora 1 ao afirmar que, a seu ver, para o PAIF realmente contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares, é imprescindível ultrapassar as barreiras dos atendimentos particularizados e seguir para ações mais coletivas. Não é deixar de realizar os atendimentos individuais, que são necessários em primeiro momento, mas caminhar em prol da valorização dos grupos como estratégia política:

Sim, eu acredito que as atividades do PAIF fortalecem os vínculos familiares, eu acho de extrema importância o atendimento dos técnicos nesses atendimentos particularizados com as famílias. Mas, eu acredito que também deveríamos fazer os grupos PAIF, os grupos com as famílias, com a população, onde a gente pudesse reunir pessoas com situações de vulnerabilidades compatíveis uma com as outras, que tivessem mais ou menos na mesma linearidade de situações que estavam enfrentando, para a gente se juntar enquanto grupo dentro do equipamento, para fazer essas atividades, visando à superação dessas situações de vulnerabilidade, fortalecimento desses vínculos comunitários e familiares. Então assim, o PAIF ele é muito importante. (TÉCNICO 6)

Diante disso, o trabalho da Supervisão Técnica do PAIF tem sido de grande relevância, pois são nos encontros PAIFs, espaços que apoiam a educação continuada dos trabalhadores, que os profissionais constroem e dialogam sobre novas estratégias e possibilidades para a política de Assistência Social em Maracanauí:

Eu acho que o PAIF deveria receber capacitações de caráter continuado, uma educação permanente mesmo. Para o profissional está sempre se atualizando, principalmente, agora com essas transições de governo, com novos programas que foram aparecendo, a gente aprendeu literalmente na prática, junto com a população, então eu sinto falta dessa reciclagem, dessas capacitações. Sinto falta também das trocas com os outros territórios, que eu achava importante, até para compartilhar as dificuldades e os êxitos. Outra coisa que também percebo que atrapalha o nosso trabalho e isso impacta diretamente a população, são os processos de trabalho extremamente burocráticos e a individualização dos equipamentos e equipes. (TÉCNICO 6)

Essa foi uma demanda que surgiu nos Encontros de Supervisão, em 2019. Naquela época, aconteceu o Curso de Educação Popular, o qual teve como objetivo capacitar os profissionais para aplicação dos princípios filosóficos de Paulo Freire, com uma metodologia dialógica reflexiva vivencial em suas atuações profissionais, com intuito de utilizar círculos de cultura como estratégia para as atividades coletivas. Dialogando com o exposto, a Coordenadora 2 explana como a Educação Popular pode ser um caminho para novas possibilidades e (re)construção de espaços de resistência:

(...) É ele apostar na educação popular, sabe? Como caminho, como direção, como linha de trabalho, como fundamentação de trabalho... Não vai resolver ficar sendo balcão, entregando por entregar, porque isso ajuda a reproduzir. Porque realmente pra uma população sem formação, sem acesso à educação, sem estudo, não importa quem paga, se é Lula ou se é Bolsonaro. Mas nós sabemos a diferença e nós

precisamos que eles percebam a diferença. (...) Isso só vai pelo caminho de uma política de uma proposta política pedagógica com a população para que ela entenda inclusive o limite que a política tem, que ela tá ali beneficiando e amanhã pode acabar não é? É uma proposta de trabalho que eu estou construindo. Não vou dizer que ela tá construída não, estou experimentando. Eu já tenho muitas observações sobre isso. Porque não é fácil... Não tô dizendo que é fácil o trabalho coletivo, mas ele é possível. Se eu deixo de me centrar na família e começo a me centrar no território e nos sujeitos. E os sujeitos coletivos que estão dentro daquele território, por isso que eu digo da educação popular. O ponto de partida é partir das massas, mas não ficar nelas, entendeu? E eu acredito que a educação popular entendida principalmente nesse processo de que você não tá lá pra dizer pras pessoas as suas dores, as dores são delas, elas já sabem. Mas pra que elas possam pensar sobre aquela condição e que eles não tão acabados naquela condição. Tanto é que não estão acabadas que estão até ali na vida. Porque se não tivesse pulsão de vida, já estaria tudo acabado, morto, sei lá o que poderia acontecer. (COORDENADORA 2)

Segundo Freire e Nogueira (1989), a Educação Popular é um modo de conhecimento e, como todo conhecimento no mundo, ela faz parte das práticas. É justamente por meio dessas práticas e saberes populares, articulados a outros saberes, que inventamos uma educação familiar às classes populares. Portanto, é necessário organizar e capacitar as classes populares para transformar essa ordem burguesa, sendo assim, a educação popular é uma prática política.

A interlocutora complementa:

[...] não é pegar a metodologia do Paulo Freire lá de 70 e aplicar nos anos 2020, certo? É pegar a concepção e o princípio da coisa. [...] Primeiro, falar sobre a condição e falar sobre o que eles são e não o que instituição diz que eles são. Porque a instituição diz assim: ‘Quem são as pessoas da assistência?’, ‘Os pobres, os carentes, os desamparados, os num sei o que’. É tão um processo de negação do sujeito, entendeu? E lá tem muita pulsão de vida, as pessoas não estão acabadas... Elas estão acabadas porque elas não tem possibilidade, mas dê uma possibilidade, crie uma possibilidade né? [...] eu preciso conhecer esse sujeito, ele precisa me dizer quem ele é, entendeu? Pra eu conhecer o sujeito não institucional, classificado, estigmatizado, moralizado pela instituição. Então eu preciso saber quem é esse ser social, certo? Conhecendo esse ser social, eu vou ver conjuntamente com ele, não desenvolver atividades para ele, é com ele. E ele tem todo direito também de não querer. Porque ainda tem isso né, Não, ele tem que querer. Sabe o que eu ouvi um dia? A gente tem que persuadir essa palavra né? Persuadir. Pra que ele tenha... Não, ele entra se quiser, ele faz se quiser [...] Mas a informação, a orientação, os caminhos possíveis nós podemos fazer, nós podemos indicar, nós podemos dizer. (COORDENADORA 2)

Por conseguinte, de acordo com Brandão (2009), a educação popular, nos tempos de hoje, pode ser utilizada para reafirmar o compromisso com a causa das classes populares e apresentar uma prática pedagógica que conheça o povo, que saiba escutar suas crenças e valores e que os reconheça – sabendo quem somos e quem queremos ser ou não ser. Ela nos prepara para preservar, criar e/ou transformar, a partir de um salto qualitativo, com a combinação de saberes, uma educação libertadora. A educação popular tem por objetivo geral, para o autor, auxiliar na reconstrução do saber social como educação da comunidade e

lutar pelas transformações sociais, como a emancipação dos sujeitos, pela democratização e pela justiça social.

Por fim, a interlocutora sugere a Educação Popular³⁹ como “metodologia alternativa” para o PAIF. Sendo assim, o serviço pode ser utilizado como uma ferramenta política, que auxilia na construção de novas formas de resistências criadas pelas mãos das interlocutoras, respeitando seus saberes e suas vivências, pois as ações coletivas do PAIF podem fortalecer a realização de um trabalho coletivo, criado e organizado por homens e mulheres.

Diante disso, os/as técnicos/as participam do processo contribuindo com o seu saber em prol de todos. A seguir, a Coordenadora 2 aponta os círculos de cultura como possibilidade:

[...] na metodologia, principalmente os círculos de cultura, onde as pessoas possam falar, elas possam dizer e muitas vezes elas possam encontrar as possibilidades coletivamente. Porque assim, eu tenho um grupo de mulheres... Eu não consigo resolver aquela situação, mas elas dizem: ‘Ah, sabe como é que eu fiz? Eu fiz assim.’ E é um prêmio muito gostoso. As vezes, eu sei de coisas mais por elas do que eu tenho de conhecimento. Então, que você possa ser... Essa troca. E passar uma mensagem política. Então vamos falar também politicamente... O povo tem medo. Não é dizer as pessoas em quem elas votem, é politizar a discussão. Eu digo: Olha, avalie a vida de você hoje em 2022 ou 2021 e olhe se ela tá mais difícil do que os últimos 4 anos, dos últimos 3 anos. Me diga, a vida de vocês, se olhem em 2022 e se olhem em 2016, 2017, 2015, se olhem. É isso, eu não tô dizendo em quem ela vai votar. Eu sei que elas não estão melhores, eu sei. Mas não adianta eu dizer pra elas que elas não estão, elas tem que se olhar e ver que tá mais difícil. Pois se tá mais difícil, mude, e onde é que você muda isso? No voto. (COORDENADORA 2)

Segundo a Coordenadora 2, não existe nenhum problema em fazer festas com/para as interlocutoras, entregar cestas básicas e Vale-Gás. No entanto, ao entregar esses benefícios, é dever ético-político dos/as trabalhadores/as do SUAS mostrar as intenções e finalidades do Estado, apresentar todas as problemáticas citadas acima e, principalmente, explicar que tudo isso são direitos sociais:

Vou lhe dizer, festa pra criança, não tem problema fazer festa, eu faço festa. Mas eu faço festa com finalidade. [...] Eu faço festa, eu entrego benefício, menina, o que tiver... Eu faço. Eu só tenho que entender a finalidade, porque não é a festa pela festa, não é a festa pra ser oba oba, que é o que acontece dentro dos CRAS, [...] ali é ponto de partida, não é ponto de chegada... É meio, não é fim. O meu fim, é que eu consiga carregar aquele ano com elas e elas possam se perceber, se ver e o que eu faço com elas possa gerar nelas possibilidades por minimamente saber que elas não tem que carregar esse peso, porque não é delas. Porque o Estado tá todo tempo dizendo: ‘É tu que não consegue cuidar do menino, é tu que não tem o que dar de comida’[...] É dizer assim: ‘Olhe, pode ser que não tenha mais, mas não é porque você não tem direito, é porque a instituição não tem e ela não comprou e ela não vai

³⁹ A discussão sobre Educação Popular não é o objetivo dessa dissertação, a temática é trazida por nossa interlocutora.

comprar e não é interesse dela. Ela dá isso aqui como paliativo'. Só que eu não posso chegar já dizendo e vomitando tudo na população, eu tenho que criar o vínculo com ela, eu tenho que ir junto com ela... Que foi o que Paulo Freire fez, fazer com que elas cresçam a partir das realidades e não se iluda com discurso dominante. Porque quando o político chegar lá nela: 'Eu vou lhe oferecer aqui, eu vou lhe dar tanto, receba... Você vai votar? Vota'. E ela votar com a consciência dela, porque ela não tem compromisso nenhum com ele. [...] Ela tem que olhar pra ela, olhar pra família dela e saber se aquele voto tá interferindo na vida dela. E é isso, eu acho que a educação popular tem muito aí, associado a uma coisa que é nossa, que é a nossa prática. [...] Todos os dias nós estamos aprendendo, crescendo, ensinando e aprendendo, todo tempo, né? É isso. Então, é essa educação não formal né, essa educação que você pode passar a partir dos grupos. (COORDENADORA 2)

Finalizando, a Coordenadora 2 concorda que o trabalho na Assistência Social é exaustivo e duro para os/as trabalhadores/as do SUAS, e o caminho para “facilitar” o cotidiano de todos é encontrar saídas coletivas, e, segundo a interlocutora, a educação popular pode contribuir nesse percurso.

[...] Aí senão você vai viver cansada, porque não tem profissional que viva atendendo todo dia essa população, a semana inteira e não se diga que não... Porque é cansativo. Porque o profissional, ainda precisa sacar... A assistência ainda não conseguiu fazer isso. É também, criar processos de trabalho menos cruéis. [...] Porque é muito cruel, um profissional no SUAS atender de segunda a sexta. Atendimento individualizado, é um cansaço imenso. Olha como é diferente de um dia você fazer um grupo e você tá lá fazendo essa troca. Porque assim, eu vejo significado, não tô dizendo que eu não vejo significado no atendimento individualizado, claro que ele tem o seu papel. Ele até, inicialmente precisa ser individual mesmo, porque eu não posso jogar a pessoa no coletivo sem saber que ela está preparada pro coletivo, porque tem gente que não tá preparada pro coletivo, porque as condições de vida são tão desumanas, que nem permite que ela consiga acender as vezes uma dimensão coletiva, principalmente as situações de violações mais severas. Mas tem pessoas, que elas estão preparadas pro coletivo. E até isso eu tenho que avaliar. Mas o que eu não posso é centrar todo serviço PAIF no atendimento particularizado, tendo um acompanhamento particularizado. [...] vamos supor... Talvez... Em 20 dias eu atenda 30 famílias, eu posso atender 30 famílias coletivamente em uma tarde num grupo. Olha a capilaridade que eu posso dar de atendimento, de informação, de orientação coletiva. Tu acredita, que tem um absurdo... Que eu fico pensando... De dizer que é melhor falar no particularizado do que falar no coletivo, porque elas vão problematizar... porque uma vai falar e a outra vai pegar corda, e vai reclamar e vai num sei o que. Mas é isso que tem que ser feito. Porque eu não vou poder gritar por elas, quem tem que gritar por elas são elas. [...] Qual é o projeto que eu acredito? Pois então é dele que eu vou centrar, pra população o melhor é ele. Se a minha finalidade é que as pessoas acessem direitos, o projeto neoliberal não faz isso. Eu sei disso, como é que eu vou querer achar que vai dar certo. Então o que é que vou poder fazer. Eu vou fazer as disputas alternativas. (COORDENADORA 2)

Tendo em vista, que coletivamente as interlocutoras e técnicas/técnicos do SUAS podem encontrar/construir novas possibilidades de resistências em seus territórios, através da educação popular, afetando diretamente suas situações familiares, ao lutar por direitos sociais e políticas sociais efetivas.

Ao resistir à dominação do dominador, as classes populares vão transformando a sociedade. As pessoas descobrem que ao resistirem, por meio de ações coletivas, vão surgindo

novas possibilidades de existência e, em consequência, aparecem possibilidades positivas para aqueles que resistem, que refletem também sobre outras pessoas (FREIRE; NOGUEIRA, 1989). Assim, os grupos do PAIF podem ser espaços de resistências coletivas construídas por trabalhadores e sujeitas/sujeitos da política de Assistência Social.

No entanto, compreendemos que as novas estratégias e possibilidades criadas coletivamente, encontram pelo caminho a precarização do trabalho, severos ajustes fiscais e cortes orçamentários, que por muitas vezes, ultrapassam as competências profissionais. Então, caminhamos para a conclusão deste trabalho com os nossos objetivos respondidos, mas com novas questões e problematizações. Outras curiosidades surgem, a saber: Como a Educação Popular seria usada como possibilidade de romper com as protoformas desta política pública, dentro dos sucessivos desmontes e precariedade do trabalho? Isso ficará para uma próxima pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao escolher amar, começamos a nos mover contra a dominação, contra a opressão. No momento em que escolhemos amar, começamos a nos mover para a liberdade, a agir de maneiras que libertem a nós mesmas/os e a outrem. Essa ação é o testemunho do amor como a prática da liberdade.

(Outlaw Culture. Resisting Representations – Bell Hooks)

A partir das análises de conteúdo, contexto, trajetória institucional e dos espectros territorial e temporal propostos na Avaliação em Profundidade (RODRIGUES, 2008; 2011b; 2016) do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), compreendemos que não existe um processo linear na política de Assistência Social consecutivamente nos serviços, programas e benefícios dessa política pública, mesmo com todo aparato legal e institucional que a regulariza.

O que observamos, ao longo desta dissertação, é que existem projetos societários políticos e econômicos que interferem diretamente na implantação e implementação dessa política pública em âmbito nacional, estadual e municipal, e essas mudanças sociais alcançam a realidade das interlocutoras da Política de Assistência Social.

Diversas dificuldades podem ser experienciadas pela PAS, como discorrido ao longo desta investigação, por exemplo: a supervalorização dos benefícios, a descontinuidade dos serviços e programas, a sobreposição dos atendimentos particularizados sobre as ações coletivas e as problemáticas vivenciadas pela equipe técnica, como: baixa remuneração, precariedade nas condições de trabalho, ausência de concursos e instabilidade profissional.

Cotidianamente, os/as trabalhadores/trabalhadoras do SUAS enfrentam a contradição permanente entre as demandas e lutas por direitos da classe trabalhadora e as regras da acumulação do capital, as quais obrigam a mercantilização de bens e serviços, colocando a profissão na linha tênue entre os antagonismos de classe e a luta perene para assegurar os direitos sociais. Se por um lado os direitos sociais fomentam a ordem do capital, por outro, também contribuem para sua reprodução (CFESS, 2018).

Entretanto, não podemos negar todas as conquistas da Assistência Social desde LOAS à criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Os documentos oficiais são instrumentos utilizados para garantir que a política seja seguida democraticamente, a partir de valores plurais, de equidade, bem como que caminhem para a superação das vulnerabilidades

sociais e incentivem a autonomia de seus/suas sujeitos/as, assim, como a busca constante pela ruptura com práticas assistencialistas e clientelistas.

Antes o que era um Ministério do Desenvolvimento Social, criado em 2004, especialmente para cuidar da pasta da Política de Assistência Social, com a gestão de Jair Bolsonaro, temos o Ministério da Cidadania e, dentro dele, temos um pequeno recorte que está responsável pela PAS, que é a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Ou seja, o que antes era um Ministério, responsável por toda dinâmica, retrocedeu para uma Secretaria, demonstrando especificamente não ser prioridade do governo.

No contexto brasileiro, devido aos acordos políticos e por sucessivos e agressivos ajustes fiscais utilizados de forma arbitrária contra as políticas sociais. Admitimos que, neste momento, os desmontes das políticas públicas estão ocorrendo por meio de novas estratégias políticas, as quais acontecem por vias de discursos e práticas neoconservadoras, pautadas por valores morais individualistas e neoliberais, sendo estes reproduzidos e legitimados por parte da sociedade e pelo Estado.

A materialização desses espaços simbólicos incentiva uma possível transferência de responsabilidade para as famílias e, principalmente, para as mulheres, como também a desresponsabilização do Estado, diante das expressões da questão social. Desse modo, a política está suscetível a retroceder, trazendo novamente para pauta as “performances” de gênero, a supervalorização de “estruturas” familiares heteronormativas e a classificação dos seus sujeitos/sujeitas como excluídos e necessitados de ajuda e não como sujeitos de direitos. Convivemos cotidianamente com as formas arcaicas da sociedade, e em busca de rompê-las.

Contudo, em âmbito municipal, mesmo com todas as dificuldades encontradas durante o isolamento social, as coordenadorias da Assistência Social vêm realizando as suas ações e contribuindo diretamente para diminuir os impactos negativos sentidos pela população atendida pela rede socioassistencial durante o contexto pandêmico. Mesmo entendendo todas as contradições do atual momento político do Brasil, a equipe técnica esteve empenhada em melhorar e reciclar seus conhecimentos teóricos e empíricos, para realizar uma intervenção incisiva e contribuir para a construção de uma Política de Assistência Social descentralizada e democrática.

Com o objetivo de amenizar a situação de vulnerabilidade social das famílias cearenses, a Política de Assistência Social chefiou várias ações em âmbito federal, estadual e municipal. No âmbito federal, o governo lançou a Portaria nº 369/2020, a qual alude sobre o repasse financeiro emergencial para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da

rede do SUAS, devido à situação de Emergência em saúde pública, em decorrência da Covid-19 (BRASIL, 2020d).

O recurso, por meio da SASC, foi destinado a ações e aquisições: de equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os profissionais das unidades (como máscara dupla descartável, óculos de segurança, protetor facial em acrílico, luvas, álcool etílico 70%, álcool em gel etc.); de alimentos, prioritariamente ricos em proteína, para pessoas idosas e com deficiências, acolhidas no Serviço de Acolhimento Institucional e em atendimento no Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; para o acolhimento para pessoa idosa ou com deficiência; além do cofinanciamento de ações socioassistenciais visando ao enfrentamento da situação de emergência em decorrência da Covid-19 (MARACANAÚ, 2020b).

No campo estadual, foi criado o Programa Social de Distribuição de Gás pelo governo do estado – Lei Estadual nº 17.202/2020 – (CEARÁ, 2020), que disponibilizou uma recarga de botijões de gás de cozinha às famílias que seguissem os critérios: famílias beneficiárias do Cartão Mais Infância Ceará; famílias beneficiárias no Programa Bolsa Família, com renda “*per capita*” igual ou inferior a R\$ 89,34; famílias que possuam jovens em situação de vulnerabilidade social, inscritos no Programa Superação. Em Maracanaú, 2.864 famílias foram contempladas (MARACANAÚ, 2020b).

Com a integração do SUAS e do Sistema Único Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), os Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição (EPANs) ofereceram refeições de qualidade a um baixo custo à população mais vulnerável no município. Segundo o Boletim de Vigilância Socioassistencial (MARACANAÚ, 2020b), é considerável destacar que parte das/os sujeitas/os dos EPANs são acompanhados pela Assistência Social e não possuem condições de pagar a taxa de acesso às refeições (R\$1,00) e, por isso, são isentos desta, sendo garantido o acesso ao direito humano à alimentação adequada. No período da pandemia, 63% das refeições tipo almoço e 100% das refeições tipo jantar servidas foram isentas da taxa de acesso aos seus frequentadores.

Acrescida a essas ações, ocorreu ainda a continuidade da execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nas modalidades Leite e Compra Direta com doação simultânea, que visa a fomentar a produção de alimentos e produtos oriundos da agricultura familiar local. O PAA Leite recebeu 34.600 litros de leite os quais foram distribuídos às entidades socioassistenciais cadastradas no Banco de Alimentos, e o PAA Compra Direta recebeu 11.859 Kg de produtos da agricultura familiar, beneficiando as entidades socioassistenciais cadastradas na Unidade de Recebimento e Distribuição da Agricultura

Familiar, além disso, acompanhou tecnicamente 35 agricultores ao todo neste período (MARACANAÚ, 2020b).

Observamos que as ações da política de Assistência Social em Maracanaú alcançaram os/as seus/suas sujeitos/sujeitas, de forma emergencial e focalizadora. Compreendendo, por exemplo, que “Projeto Cuida Maracanaú” que teve como base doações de empresas privadas, evidenciou a desresponsabilização do Estado, frente às desigualdades sociais, e as consequências severas dos desmontes das políticas sociais, realizadas através de intransigentes cortes orçamentários federais.

É fato também que todas as problemáticas percorridas durante esta investigação já existiam, elas só se intensificaram com a pandemia da Covid-19, assim como a crise mundial que já se encontrava em curso e que ganhou novas formas com a crise pandêmica.

Por fim, assumimos um posicionamento ético-político em prol da classe trabalhadora e concordamos que é necessário que a Política de Assistência Social construa coletivamente novas formas de atuação profissional, com instrumentais e discussões que dialoguem com a realidade das/os sujeitas/os, respeitando seus vínculos familiares e suas territorialidades.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Guilherme Silva de. Notas sobre a complexidade do neoconservadorismo e seu impacto nas políticas sociais. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 720-731, set./dez. 2020.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. *In*: GALLEGO, Esther Solano. (org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 1795-1799.
- ALMEIDA, Wanessa da Silva de *et al.* Mudanças nas condições socioeconômicas e de saúde dos brasileiros durante a pandemia de COVID-19. **Rev. bras. epidemiol.**, Rio de Janeiro, v. 23, e200105, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-90X2020000100211&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 maio 2021.
- ALVES, Giovanni. **O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal**. Blog da Boitempo. São Paulo, 8 jun. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/>. Acesso em: 14 abr. de 2020.
- ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação. *In*: RICO, Elizabeth Melo (org.) **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001. p. 29-39.
- BAPTISTA, D. M. T. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. *In*: MARTINELLI, Maria Lúcia. (org.). **O uso de abordagens qualitativas em Serviço Social: um desafio Instigante**. São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade, 1994. p. 19-26.
- BARBOSA, Honório. Corte em orçamento prejudica programas de Assistência Social no Ceará. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 24 jul. 2019. <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/corte-em-orcamento-prejudica-programas-de-assistencia-social-no-ceara-1.2127039>. Acesso em: 24 jan. 2020.
- BARDIN, Laurence. **“Análise de conteúdo”**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Revista Serviço Social e Sociedade**, [S. l.], n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2018.
- BIZERRA, Fernando de Araújo; GOIS, Juliana Carla da Silva. Estado e Capital: uma ineliminável relação de complementariedade à base material. **Revista Katál.**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 77-86, jan./jun. 2014.

BOSCHETTI, I. **Assistência Social no Brasil**: um direito entre originalidade e conservadorismo. 2. ed. Brasília: UnB, 2003.

BOULLOSA, Rosana de Freitas; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de; ARAÚJO, Edgilson TAVARES de; GUSSI, Alcides Fernando. Por um antimanual de avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Avaliação**, [S. l.], v. 10, n. 1, e100521, 2021.

BOULOS, Guilherme. 12 retrocessos em 12 meses de Temer. **Carta Capital**, São Paulo, 15 maio 2017. Opinião. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/12-retrocessos-em-12-meses-de-temer/>. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Cultura rebelde**: escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 jan. 2019.

BRASIL. **Lei ordinária nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm. Acesso em: 15 nov. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional da Assistência Social**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004b. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 8 nov. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

BRASIL. Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Presidência da República, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional dos serviços socioassistenciais**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 8 nov. 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece o parâmetro para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de orientações técnicas sobre o PAIF**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2015. <http://mds.gov.br/ acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-PAIF>. Acesso: 8 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Relatório de Informações (RI) do Bolsa Família e Cadastro Único**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2019. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php>. Acesso em: 1 dez. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2020a. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 fev. 2020.

BRASIL. Portaria nº 337, de 24 de março de 2020. Dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 mar. 2020b.

BRASIL. Portaria nº 148, de 13 de novembro de 2020. Aprova recomendações gerais à gestão da rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social, especialmente às organizações da sociedade civil, sobre a adaptação das ofertas socioassistenciais no contexto da pandemia do novo coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 nov. 2020c.

BRASIL. Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020. Dispõe acerca do atendimento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único, disposto pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, no Distrito Federal e nos municípios que estejam em estado de calamidade pública ou em situação de emergência reconhecidos pelos governos estadual, municipal, do Distrito Federal ou Federal, inclusive a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional declarada pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 abril. 2020d.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Revista Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Sueli. O matriarcado da miséria. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, p. 5, set. 2000. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-matriarcado-da-miseria/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **Avaliação da conjuntura**. Palestra no ESPLAR. Fortaleza: s. n., 2018.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; GUERRA, Eliana Costa. O Brasil no século XXI nos circuitos da crise do capital: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica. **R. Pol. Públ.**, São Luís, v. 19, n. 1, p. 41-60, jan./jun. 2015.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; GUERRA, Eliana Costa. Brasil nos circuitos do golpe 16: novo ciclo de ajuste e democracia em risco. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 8., 2017, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFM, 2017.

CARVALHO, Alba Maria Pinho; GUSSI, Alcides Fernando. Avaliação de Políticas Públicas em Tempos Contemporâneos”. *In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ*. (org.). **Perspectivas contemporâneas em avaliação de políticas públicas**. Fortaleza: UFC, 2011. p. 37-49.

CASSIN, M. As políticas sociais nos governos do PT e a consolidação da hegemonia burguesa no Brasil. *In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS*, 4., 2015, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Serviço Social, 2015.

CEARÁ. Lei Estadual nº 17.202, de 08 de abril de 2020. Autoriza o poder executivo a adquirir e distribuir gás em botijão às famílias em situação de maior vulnerabilidade social do estado do Ceará, durante o estado de calamidade pública ocasionado pela pandemia do novo coronavírus. **Diário Oficial do Estado**, Fortaleza, 8 abr. 2020.

CEPAL. **Pandemia provoca aumento nos níveis de pobreza sem precedentes nas últimas décadas e tem um forte impacto na desigualdade e no emprego**. [S. l.]: s. n., 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-provoca-aumento-niveis-pobreza-sem-precedentes-ultimas-decadas-tem-forte>. Acesso em: 5 mar. 2022.

CFESS. Manifesta. *In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL*. 2., 2018, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: CFESS, 2018.

CISNE, Mirla. A feminização da Assistência Social: apontamentos históricos para uma análise de gênero. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 3, 2007, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Orçamento da Assistência Social sofre cortes**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2018. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orcamento-da-assistencia-social-sofre-cortes>. Acesso em: 24 jan. 2020.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Coronavírus: e quem trabalha na política de Assistência Social?** Santa Catarina: CRESS, 2020. Disponível em: <http://cress-sc.org.br/2020/06/20/coronavirus-e-quem-trabalha-na-politica-de-assistencia-social/>. Acesso em: 28 out. 2020.

CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, [S. l.], n. 37, p. 5-16. 2013. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1590> Acesso em: 24 jan. 2020.

CORRÊA, Sonia. Eleições brasileiras de 2018: a catástrofe perfeita? *Sexual Policy Watch (SPW)*. [S. l.], p.1-15, 2018. Disponível em: <https://is.gd/VIagXP>. Acesso em: 24 abr. 2021.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. [S. l.]: Ação Educativa, 2012. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2020.

CRONEMBERGER, I.; TEIXEIRA, S. A centralidade da família nas políticas sociais de atenção básica: qual projeto e direção do trabalho social com famílias? *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 5., 2011, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2011.

CRUZ, Danielle Maia. Enfoques contra hegemônicos e pesquisa qualitativa: desafios da avaliação em profundidade em políticas públicas. **AVAL Revista**, [S. l.], p. 161-173, 2019.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In: DENZIN, Norman K. (org.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-42.

DETONI, Priscila Pavan; NARDI, Henrique Caetano. **Proteção social básica e relações de gênero**, Niterói, v.13, n.1, p. 61-73, 2. 2012.

DRAIBE, Sônia. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista da USP: dossiê liberalismo/neoliberalismo**. São Paulo, n. 17, p. 86-101, mar./maio 1993.

DRAIBE, Sônia. Brasil, a proteção social após 20 anos de experimentação reformista. **Com Ciência**, online, 10 out. 2002. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp10.htm>. Acesso em: 15 maio 2019.

DUARTE, Newton. O currículo em tempos de obscurantismo beligerante. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 2, n. 11, p. 139-145, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/ufpb.1983-1579.2018v2n11.39568>. Acesso em: 5 mar. 2022.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Rev. Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

EM 15 anos, número de famílias chefiadas por mulheres mais que dobra. **Agência O Globo**, online, 06 mar. 2018. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2018/03/em-15-anos-numero-de-familias-chefiadas-por-mulheres-mais-que-dobra.html>. Acesso em: 10 mar. 2019.

FGV/NEB. **Nota Técnica: a pandemia de Covid-19 e os profissionais da Assistência Social no Brasil**. Brasília: FGV, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/Profissionais--covid-19-depoimentos-v2.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2020.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique (org.). **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p. 179-206

FONSECA, M. T. N. M. Famílias e políticas públicas: subsídios para a formulação e gestão das políticas com e para famílias. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 1, n. 2, p. 1-13, dez. 2006.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria prática em educação popular**. Petrópolis: Editora Vozes, 1989. 68p.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 22. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

GARSCHAGEN, Sérgio. Programas sociais: a trajetória dos gastos governamentais. **Revista Desafios do Desenvolvimento**. Brasília, Ano 4, p. 46-56, dez. 2007. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2221:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 23. dez. 2014.

GESUAS, 2020. **Guia completo: o SUAS na Pandemia**. Viçosa: Gesuas. Disponível em: <https://www.gesuas.com.br/blog/guia-suas-na-pandemia/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Alícia Ferreira. Políticas públicas, etnografia e a construção dos indicadores socioculturais. **Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, n. 1, p. 17-28, 2008.

GRABOIS, A. P. PIB *per capita* anual subiu 1,2% no primeiro governo Lula, aponta IBGE. **O Globo Economia**, online, 28 fev. 2007. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/pib-per-capita-anual-subiu-12-no-primeiro-governo-lula-aponta-ibge-4212661>. Acesso em: 30 nov. 2019.

GRANEMANN, Sara. O desmonte das políticas de seguridade social e os impactos sobre a classe trabalhadora: as estratégias e a resistência. **SERV. SOC. VER.**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 171-184, jul./dez. 2016.

GRANEMANN, Sara. Crise econômica e a Covid-19: rebatimentos na vida (e morte) da classe trabalhadora brasileira. **Trabalho, Educação e Saúde**, [S. l.], v. 19, e00305137, 2021.

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna. **Avaliação de quarta geração**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

GUSSI, Alcides Fernando. Apontamentos teórico-metodológicos para a avaliação de programas de microcrédito. **Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**, Fortaleza, ano 1, v. 1, n. 1, p. 29-37, jan./jun. 2008.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. Discutindo paradigmas contra-hegemônicos de avaliação de políticas públicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO

E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS, 1., 2015, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, 2015.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, B.R. Políticas Públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Revista Desenvolvimento em Debate**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 83-101, 2016.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Revista de Ciências Sociais - Mediações**, Londrina, v. 20 n. 2, p. 97-128, jul./dez. 2015.

IAMAMOTO, Marilda V. & CARVALHO, Raul de. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 34 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009**: antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 10 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: síntese de indicadores 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: PNAD Covid19 resultados mensais. Rio de Janeiro: IBGE; Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2020. 34 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101727.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População estimada de Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/maracanau>. Acesso em: 23 jan. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Indicadores Sociais do Ceará 2017**. Fortaleza: IPCE, 2017. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/01/Indicadores_Sociais_2017.pdf. Acesso em: 9 mar. 2019.

IVO, Anete Brito Leal. **Viver por um fio**: pobreza e política social. São Paulo: Annablume, 2008.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009. 320p.

KRIPKA, Rosana; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. *In*: CONGRESSO

IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 4., 2015, Aracajú. **Anais [...]**, Aracajú: CIAIQ, 2015.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre: Zouyk, 2019.

LEJANO, Raul P. **Parâmetros para análise de políticas: a fusão de textos de texto e contexto**. Campinas: Ed. Arte Escrita, 2012.

MARACANAÚ. **Perfil das Famílias do Cadastro Único**. Maracanaú: Secretaria de Assistência Social e Cidadania, 2015.

MARACANAÚ. **Relatório de Gestão da Política de Assistência Social do Maracanaú/CE**. Maracanaú: Secretaria de Assistência Social e Cidadania, 2015.

MARACANAÚ. **Relatório de Gestão da Política de Assistência Social do Maracanaú/CE**. Maracanaú: Secretaria de Assistência Social e Cidadania, 2016.

MARACANAÚ. **Perfil das Famílias do Cadastro Único**. Maracanaú: Secretaria de Assistência Social e Cidadania, 2016.

MARACANAÚ. **Perfil das Famílias do Cadastro Único**. Maracanaú: Secretaria de Assistência Social e Cidadania, 2017.

MARACANAÚ. **Relatório de Gestão da Política de Assistência Social do Maracanaú/CE**. Maracanaú: Secretaria de Assistência Social e Cidadania, 2017.

MARACANAÚ. **Consolidado Proteção Social Básica (2018-2020)**. Maracanaú: Secretaria de Assistência Social e Cidadania, 2018.

MARACANAÚ. **Perfil das Famílias do Cadastro Único**. Maracanaú: Secretaria de Assistência Social e Cidadania, 2018.

MARACANAÚ. **Plano Municipal de Assistência Social de Maracanaú 2018 – 2021**. Maracanaú: Secretaria de Assistência Social e Cidadania, 2018.

MARACANAÚ. **Relatório de Gestão da Política de Assistência Social do Maracanaú/CE**. Maracanaú: Secretaria de Assistência Social e Cidadania, 2018.

MARACANAÚ. **Plano de Supervisão Técnica do PAIF do Maracanaú/CE**. Maracanaú: Secretaria de Assistência Social e Cidadania, 2018.

MARACANAÚ. **Relatório de Gestão da Política de Assistência Social do Maracanaú/CE**. Maracanaú: Secretaria de Assistência Social e Cidadania, 2019.

MARACANAÚ. **Perfil das Famílias do Cadastro Único**. Maracanaú: Secretaria de Assistência Social e Cidadania, 2019.

MARACANAÚ. **Relatório de Gestão da Política de Assistência Social do Maracanaú/CE**. Maracanaú: Secretaria de Assistência Social e Cidadania, 2020a.

MARACANAÚ. **Boletim de Vigilância Socioassistencial: a intersectorialidade entre SUAS, SISAN e outros sistemas públicos no enfrentamento da Pandemia de Covid-19 em Maracanaú-CE.** 1. ed., Maracanaú: s. n., 2020b.

MARACANAÚ. **Decreto nº 3.942, de 17 de março de 2020.** Declara situação de emergência no município de Maracanaú ante ao contexto de decretação de emergência de saúde pública de interesse nacional pelo Ministério da saúde e a declaração da condição de pandemia de infecção humana pelo coronavírus definida pela Organização Mundial de Saúde, na forma que específica, e dá outras providências. Maracanaú: Prefeitura de Maracanaú, 2020c.
<https://www.maracanau.ce.gov.br/download/decreto-no-3-942-de-17-de-marco-de-2020/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

MARACANAÚ. **Decreto nº 3.963, de 03 de abril de 2020.** Decreta ponto facultativo os expedientes dos dias 6 a 10 de abril de 2020, da Administração Pública Municipal, disciplina o funcionamento da Administração Pública Municipal durante o período de enfrentamento da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19), de que trata o Decreto nº 3.942, de 17 de março de 2020, e dá outras providências. Maracanaú: Prefeitura de Maracanaú, 2020d.
Disponível em: <https://www.maracanau.ce.gov.br/download/decreto-no-3-963-de-03-de-abril-de-2020/> Acesso em: 11 jun. 2021.

MARACANAÚ. **Plano de Contingência Municipal do Controle do Novo Coronavírus (Covid-19).** Maracanaú: Prefeitura de Maracanaú, 2020e. Disponível em:
<https://www.maracanau.ce.gov.br/download/plano-de-contingencia-municipal-do-controle-do-novo-coronavirus-covid-19/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

MARACANAÚ. **Perfil das Famílias do Cadastro Único.** Maracanaú: Secretaria de Assistência Social e Cidadania, 2020f.

MARQUES, Camilla Fernandes; ROBERTO, Nathalia Leardini Bendas; GONÇALVES, Hebe Signorini; BERNARDES, Anita Guazzelli. O que significa o desmonte? Desmonte do que e para quem? **Psicologia – Ciência e Profissão**, [S. l.], v. 39 n. 2, p. 6-18. 2019.

MARTINELLI, M. L. Uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social: um instigante desafio. **Caderno do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade**, São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUCSP, n. 1, p.1-18, 1994.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social, 2015.
Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/paif>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MENDES, Conrado. A pesquisa online: potencialidades da pesquisa qualitativa no ambiente virtual. **Revista digital Hipertextus**, [S. l.], n. 2, jan. 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** Tradução de Paulo Cezar Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIOTO, R. C. T. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. *In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. (org.). Política social, família e juventude: uma questão de direitos.* 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 43-59.

MONTAÑO, Carlos E. **O serviço social frente ao Neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional.** São Paulo: Cortez, 2001.

MONTANO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOTA, Ana Elizabete Fiúza da. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. *In: MOTA, Ana Elizabete Fiúza da. (org.). O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade.* 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 133-146.

MOTA, Ana Elizabete Fiúza da. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e Assistência Social brasileira nos anos 80 e 90.** São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. *Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 135-170, 2007.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, [S. l.], v. 8, n. 2, 2000.

NUNES, Renata; CÓRDOVA, Bruna Ramos. O CRAS como locus privilegiado de participação popular. *In: PAIVA, Beatriz Augusto de. (org.). Sistema Único de Assistência Social em perspectiva: direitos, política pública e superexploração.* São Paulo: Veras Editora, 2014. p. 181-202.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo.** Brasília: Paralelo 15, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório da cúpula mundial para o desenvolvimento social.** [S. l.]: s. n., 1965. Disponível em: <https://www.un.org/documents/ga/conf166/aconf166-9.htm>. Acesso em: 13 jun. 2019.

ORIENTAÇÕES técnicas sobre o PAIF. v. 2. Trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. 1. ed, Brasília: s. n, 2012.

OROZIMBO, Elizete Matias Barbosa; AFONSO, Maria Lúcia Miranda. Sentidos de família e o desafio para a intersectorialidade na proteção social. *Rev. Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 137, p. 95-112, jan./abr. 2020.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Família, pobreza e gênero: lugar da dominação masculina.** Fortaleza: EDUECE, 2001.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira; SILVEIRA, Clara Maria Holanda. Relações de gênero: uma construção cultural que persiste ao longo da história. **O público e o privado**, [S. l.], n. 19, jan./jun. p. 101-121, 2012.

OXFAM. O vírus da fome: como o coronavírus está aumentando a fome em um mundo faminto. **Comunicado de Imprensa OXFAM-BRASIL**, online, 8 jul. 2020. Disponível em: <https://d2v21prk53tg5m.cloudfront.net/wp-content/uploads/2020/07/O-Virus-daFome-FINAL.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas.** Tradução de Juliana Araújo Lopes. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. Dakar: CODESRIA, 2004. p. 1-8.

PAULA, Nilson Maciel de, ZIMMERMANN, Silvia A. A insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. **Revista NECAT**, [S. l.], ano 10, n. 19, p. 55-66, jan./jun. 2021.

PAULANI, L.M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J.C.F.; NEVES, L. M. W. (org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. p. 67-107.

PAULANI, L. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da História. Boletim de economia e política internacional. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. (org.). **Diretoria de estudos e relações econômicas e políticas internacionais.** Brasília: IPEA/Dinte, 2010. p. 89-102.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, Rio de Janeiro, v.12, n. 22, p.270-283, 2011.

PEREIRA, Potyara. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PISCETELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero: textos didáticos.** Campinas: IFCH/Unicamp, 2002. p. 1-25.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008. DOI: 10.5216/sec.v11i2.5247. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>. Acesso em: 15 abr. 2022.

PISCETELLI, Adriana. Atravessando fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil. **Contemporânea. Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 377-404, jul./dez. 2013.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. **Vigisan: Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-**

19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 10 set. 2021.

REIS, T. **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2. ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino, 2018.

RIBEIRO, Djamila. Para além da biologia: Beauvoir e a refutação do sexismo biológico. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 4, n.7, p. 506-509, jan./jun. 2013.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas**. Fortaleza, n. 1, p. 7-15, 2008.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. **CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, João Pessoa, n. 16, p. 55-73, mar. 2011.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Avaliação de Políticas Públicas no Brasil: antecedentes, cenário atual e perspectivas. In: PRADO, Edna Cristina; DIÒGENES, Elione Maria Nogueira (org.) **Avaliação de Políticas Públicas: entre Educação & Gestão Escolar**. Maceió, EDFAL, 2011. p. 37-55.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Método experiencial e avaliação em profundidade: novas perspectivas em políticas públicas. **Revista Desenvolvimento em Debate**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 103-155, 2016.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Etnografia na avaliação de políticas públicas: limites e possibilidades. **Revista de Ciências Sociais - Política & Amp.**, [S. l.], n. 47, p. 229-45, 2018.

RODRIGUES, Léa Carvalho. Avaliação em profundidade e ecologia política: um diálogo possível. **Revista de Avaliação de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 2, n. 16, p. 185-207, jul./dez., 2019.

ROSA, Mary Anne Filgueiras Porto. **Gestão integrada dos serviços e benefícios da política de Assistência Social: uma análise dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Maracanaú**. Fortaleza: s. n., 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.

SARTI, C. A. A família como ordem moral. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 91, p. 46-53, nov. 1994.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem simbólica. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 11-28, 2004

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat; Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1989.

SCOTT, Joan. Experiência. *In*: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (org.). **Falas de Gênero**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999. p. 21-55.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA. **Plano de Contingência 2020**. [S. l.]: SASC. 2020.

SIDI, Pilar de Moraes.; CONTE, Elaine. A hermenêutica como possibilidade metodológica à pesquisa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 4, p. 1942-1954, out./dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21723/riae.v12.n4.out./dez.2017.9270>. Acesso: 10 mar. 2020.

SILVA, André Luiz Reis da. De Dilma a Bolsonaro: as transformações matriciais na política externa brasileira. *In*: ENCONTRO DA ABRI, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 7., 2019, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ABRI, 2019.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico-metodológico da pesquisa avaliativa. *In*: SILVA, Maria Ozanira (org.). **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos**. São Paulo: Veras Editora, 2008. p. 89-177.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Mito e a realidade no enfrentamento à pobreza na América Latina: estudo comparado de programas de transferência de renda no Brasil, Argentina e Uruguai**. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O sistema único de Assistência Social (SUAS) no norte e nordeste: realidades e especificidades**. São Paulo: Cortez, 2019.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. Pontuando a realidade socioeconômica das regiões, estados e municípios espaços da pesquisa empírica. *In*: SILVA, Maria Ozanira da Silva. (org.). **O sistema único de Assistência Social (SUAS) no norte e nordeste: realidades e especificidades**. São Paulo: Cortez, 2019. p. 37-80.

STICOVSKY, Marcelo. Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. *In*: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 87-126.

SOUZA, José Neivaldo de. Covid-19 e capitalismo: uma visão. *In*: CASTRO, Daniel; SENO, Danillo Dal; POCHMANN, Marcio. (org.). **Capitalismo e a Covid-19: um debate urgente**. São Paulo: 2020. p.11-18

SOUZA, M. B.; HOFF, T. S. R. Governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências para a habitação popular. **URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [S. l.], n. 11, e20180023, 2019.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, S. M. Família na política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, v. 13, n. 2, p. 255-264, 2009.

TEIXEIRA, S. M. **Trabalho social com família**: fundamentos históricos, teórico-metodológicos e técnico-operativos. Teresina: EDUFPI, 2017.

TORRES Jr.; GUSSI, Silva; NOGUEIRA. Avaliar em profundidade: dimensões epistemológicas, metodológicas e experiências práticas de uma nova perspectiva de avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 147-170, ago. 2020.

VELHO, G. Observando o familiar. *In*: NUNES, E. de O. (org.). **A aventura sociológica**: Objetividade, paixão, improviso e método de pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 123-132.

VIVAS, F. 'Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã', diz Damares ao assumir Direitos Humanos. **G1 Globo Política**. Brasília, 02 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/estado-e-laico-mas-esta-ministra-e-terrivelmente-crista-diz-damares-ao-assumir-direitos-humanos.ghtml>. Acesso em: 9 mar. 2019.

WACQUANT, Loic. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. **Sociologia – Revista Da Faculdade De Letras Da Universidade Do Porto**, p. 27-39, 2006.

WALLACE, Rob. **Covid-19, Capitalismo e Crise**: bibliografia comentada. Rio de Janeiro: LEICC, 2020, 200p.

YAZBEK, Maria Carmelita A pobreza e as formas históricas de seu enfrentamento. **R. Pol. Públ.**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 217-228, jul./dez. 2005.

YAZBEK, M. C. Cultura da subalternidade e o protagonismo popular na política de Assistência Social: uma equação possível? *In*: PAIVA, B. A. (org.). **Sistema único de Assistência Social em perspectiva**: direitos, política pública e superexploração. São Paulo: Veras, 2014. p. 373-386.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. **Codínome**⁴⁰: _____

****PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO ****⁴¹

- **Local de moradia (Bairro/Território):** _____
- **Idade:** _____
- **Gênero:** () Feminino () Masculino () Outro.
- **Pertença cor/raça:**
 () Branca () Preto () Parda () Indígena () Asiático () Não declarada
 () Outra:

OBS: Considerar a autodefinição.

- **Qual sua escolaridade?**
 () Alfabetizado () Ensino fundamental incompleto
 () Ensino fundamental completo () Ensino médio incompleto
 () Ensino médio incompleto () Ensino superior incompleto () Ensino superior completo () Outros.
- **Qual é a sua formação?** _____
- **Qual sua renda mensal atual e a renda mensal do grupo familiar com quem reside (salário-mínimo R\$ 1100,00):**
 () Até ¼ s/m () Mais de ¼ a ½ s/m () Mais de ½ s/m a 1 s/m () Mais de 1 s/m a 2 s/m
 () Mais de 2 s/m a 3 s/m () Mais de 3 s/m a 4 s/m () Mais de 4 s/m a 5 s/m
 () Mais de 5 s/m a 6 s/m () Mais de 6 s/m. () Sem rendimento
- **Comprometimento da renda mensal:**
 () Alimentação () Vestuário () Água () Energia elétrica () Medicamentos
 () Aluguel () Transporte () Lazer:
 () Pensão alimentícia () Outros

⁴⁰ **Objetiva-se resguardar a identidade das interlocutoras, adotando nomes fictícios para todas.**

⁴¹ Caso a entrevista seja realizada em ambiente virtual, essa parte do roteiro será disponibilizada no Formulário Google: <https://forms.gle/MuGh6LbBkxV8tQQ98>

****POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E GÊNERO ****

2. Qual é a sua ocupação no CRAS e qual a sua situação de trabalho?
3. Há quanto tempo você trabalha na Assistência Social de Maracanaú, e, em específico, no CRAS Pajuçara?
4. Como é sua experiência atual de trabalho?
5. Quais são as especificidades dos interlocutores do CRAS Pajuçara?
6. Como você compreende a atuação no PAIF no contexto familiar?
7. Você acha que as atividades do CRAS fortalecem os vínculos familiares? Se sim, por qual motivo?
8. Como você compreende a titularidade feminina na Política de Assistência Social? Como vocês trabalham isso no PAIF?
9. Existe nos grupos e nos atendimentos PAIF uma discussão sobre gênero, em específico, sobre mulheres?
10. Em contexto pandêmico, como ocorreram os atendimentos no CRAS e no PAIF?
11. Quais foram as mudanças que você percebeu no contexto das famílias PAIF durante a pandemia?
12. Houve mudanças na Política de Assistência Social de Maracanaú durante a pandemia e nos atendimentos realizados pela equipe técnica?
13. Quais foram as principais demandas durante a pandemia?
14. Como você percebe a transição dos governos com os serviços aqui oferecidos? Antes, governo Dilma, governo Temer e, atualmente, governo Bolsonaro?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Ao desenvolvermos a pesquisa **“AVALIAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF) EM MARACANAÚ/CE: AS (RE)CONSTRUÇÕES DA POLÍTICA EM CONTEXTO DE PANDEMIA”**, apresentamos como objetivo avaliar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) a partir da realidade experienciada pelas interlocutoras da Política de Assistência Social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Pajuçara, em Maracanaú/CE. Dessa forma, buscamos compreender as experiências de mulheres interlocutoras desse serviço, trazendo para a discussão a dimensão de família e gênero no seio dessa política pública, tendo como horizonte a perspectiva de garantia de direitos inerentes à política pública em avaliação. A referida pesquisa é realizada pela mestranda do Programa de Pós-graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Jamille Rodrigues Braga, orientada pela professora Dra. Celecina de Maria Veras Sales, ambas vinculadas à Universidade Federal do Ceará (UFC).

Segundo a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, uma das exigências éticas e científicas para a realização de pesquisas com seres humanos é a não maleficência, ou seja, evitar que a pesquisa traga qualquer dano aos sujeitos. Nessa perspectiva, o presente estudo não apresenta riscos para os interlocutores e/ou as instituições parceiras, uma vez que não serão utilizados procedimentos invasivos, bem como se garantirá o sigilo das identidades dos (as) entrevistados (as) e das informações fornecidas.

Em termos dos benefícios pretendidos com esta pesquisa, destacamos a elaboração do perfil de interlocutoras dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) do território da Pajuçara (Maracanaú/CE), bem como a apreensão da percepção das mesmas sobre a Política de Assistência Social brasileira. Além disso, também almejamos compreender a perspectiva de autonomia e como se executa o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família por meio da perspectiva das interlocutoras do programa. Buscamos, dessa maneira, contribuir para o aperfeiçoamento de políticas públicas sociais direcionadas à Assistência Social, no nível de Proteção Social Básica, bem como visamos a colaborar com reflexões sobre a Política de Assistência Social executada nesse município.

Dessa forma, gostaríamos de contar com a sua participação, permitindo que realizemos observação direta e entrevistas. No caso das entrevistas, solicitamos sua permissão para gravá-las para garantir que nenhuma informação seja perdida. Garantimos resguardar o anonimato do(a) entrevistado(a) e demais pessoas citadas na(s) entrevista(s), bem como o uso

das informações fornecidas para fins exclusivos desta pesquisa, em consonância com as exigências éticas para realização de pesquisa social.

A pesquisa não trará risco a sua pessoa e você poderá desistir de participar da mesma no momento em que desejar, sem que isso lhe acarrete quaisquer penalidades e/ou danos. Se necessário, poderá entrar em contato com a pesquisadora pelo telefone (085) 9 88438628, bem como com a Secretária do Programa de Pós-graduação em Avaliação de Políticas Públicas (PPGAPP) da Universidade Federal do Ceará (UFC) – *Campus* do Pici, localizado na Avenida Mister Hull, nº 2977, CEP 60356-001, telefone: 3366.9663.

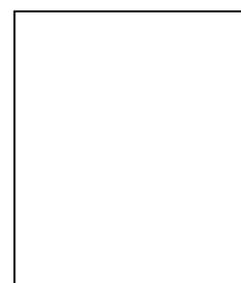
Jamille Rodrigues Braga
Pesquisadora

Profa. Dra. Celecina de Maria Veras Sales
Orientadora da pesquisa

Tendo sido esclarecido(a) sobre a pesquisa “AVALIAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF) EM MARACANAÚ/CE: AS (RE)CONSTRUÇÕES DA POLÍTICA EM CONTEXTO DE PANDEMIA”, concordo em participar da mesma.

Nome: _____

Assinatura: _____



Impressão digital
se necessário

Maracanaú, ____ de _____ de 2022.